



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

RESOLUCAO Nº529/2026/CONSUP/IFSULDEMINAS

16 de julho de 2026

Dispõe sobre a aprovação "ad referendum" da criação do Curso Licenciatura em Pedagogia Semipresencial do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, Professor Cleber Ávila Barbosa, nomeado pelo Decreto de 04.08.2022, publicado no DOU de 05.08.2022, seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º Aprovar "ad referendum" a criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade semipresencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – Campus Muzambinho, bem como o respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com início das atividades acadêmicas em 24 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cleber Avila Barbosa
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cleber Avila Barbosa, REITOR - CD1 - IFSULDEMINAS**, em 16/07/2026 10:30:40.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/07/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

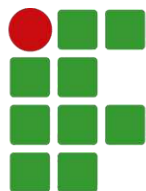
Código Verificador: 683597

Código de Autenticação: c258214a22

Nível de Acesso: Público

16/07/2026 10:21 - Criado inicialmente como: Público.





**INSTITUTO
FEDERAL**

Sul de Minas Gerais

Campus
Muzambinho

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – SEMIPRESENCIAL

Muzambinho – MG
2026

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Camilo Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Marcelo Bregagnoli

REITOR DO IFSULDEMINAS
Cleber Ávila Barbosa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Clayton Silva Mendes

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Luiz Carlos Dias da Rocha

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Daniela Ferreira Cardoso

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Carlos Henrique Rodrigues Reinato

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Cleber Ávila Barbosa

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Luiz Flávio Reis Fernandes, Aline Manke Nachtigall, Renato Aparecido de Souza, Juliano de Souza Caliari, Rafael Felipe Coelho Neves, Alexandre Fieno da Silva, João Olympio de Araújo Neto e Carlos José dos Santos.

Representante do Ministério da Educação

Silmário Batista dos Santos

Representantes do Corpo Docente

Rafael Vieira Âmbar, Flaviane Aparecida de Sousa, Luciano Pereira Carvalho, Carlos Alberto Machado Carvalho, Jussara Aparecida Teixeira, Nathalia Luiz de Freitas Braga, Donizeti Leandro de Souza e Aline Pereira Sales Morel.

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

João Carlos Ferreira, Lucas Viana Marinello da Silva, Evaldo Tadeu de Melo, Otávio Soares Paparidis, Márcio Messias Pires, Paula Costa Monteiro, Nelson de Lima Damião, Rodrigo Janoni Carvalho e Anne Caroline Bastos Bueno.

Representantes do Corpo Discente

Diego Rafael Rocha, Carolina Rodrigues Spagnol, Amanda Silva Padilha, Lucas Eduardo Caruzo da Silva, Amanda Oliveira Lemes, Fernanda Lorena Araujo Baeza, Breno Almeida Giannini Prado, Layara Gualberto Lopes

Representantes dos Egressos

Adriano Carlos de Oliveira, Ygor Vilas Boas Ortigara, Dara Gabrielle Garroni Andrade, Jorge Vanderlei Silva, Marcelo Junior Silva, David da Silva Beca, Débora Alvarenga dos Santos, Mellyna Cristal Souza.

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno e Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Teovaldo José Aparecido e Ana Rita de Oliveira Ávila Nossack

Representantes do Setor Público ou Estatais

Rosiel de Lima e Cícero Barbosa

Representantes Sindicais

Eduardo Pereira Ramos

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini e Marcelo Bregagnoli

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Inconfidentes

Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado

Aline Manke Nachtigall

Campus Muzambinho

Renato Aparecido de Souza

Campus Passos

Juliano de Souza Caliar

Campus Poços de Caldas

Rafael Felipe Coelho Neves

Campus Pouso Alegre

Alexandre Fieno da Silva

Campus Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

Campus Três Corações

Carlos José dos Santos

COORDENAÇÃO DO CURSO

Valdirene Pereira Costa

COORDENAÇÃO DE TUTORIA DO CURSO

Karina Elizabeth Serrazes

**EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO**

DOCENTES - PEDAGOGOS (membros do Colegiado do Curso)

Jonas Bento de Godoi - Licenciado em Pedagogia e Letras - Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais

Karina Elizabeth Serrazes - Licenciada em Pedagogia e História

Sueli Machado Pereira de Oliveira - Licenciada em Pedagogia

DOCENTES - NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Campus Muzambinho

Cristiane Fortes Gris Baldan

Sofia Valeriano Silva Ratz

Valdirene Pereira Costa

**Campus Poços de
Caldas**

Lívia Carolina Vieira

Campus Machado

Maria Lúcia Queiroz Guimarães Hernandez

**ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES
(CORPO DOCENTE)**

NOME	TITULAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Adriana Correia Almeida Batista	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Metodologia do Ensino da Matemática I
Amauri Araújo Antunes	Graduação em Artes Cênicas; Graduação em Letras; Graduação em Artes; Graduação em Filosofia. Mestrado em Teoria e História Literária; Doutorado em Teatro	Ludicidade na escola
Cristiane Fortes Gris Baldan	Graduação em Pedagogia Graduação em Agronomia Especialização em Educação Infantil Mestrado em Ciências Doutorado em Ciências	Educação em Ambientes Digitais Neuroeducação Projetos Integradores I Projetos Integradores II Projetos Integradores III Projetos Integradores IV Projetos Integradores V Educação Ambiental Elaboração de Trabalhos Acadêmicos Educação, Corpo e Movimento
Elisangela Silva	Graduação e Educação Física Especialização em Treinamento Esportivo Mestrado em Ciência da Motricidade Humana Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnológico	Elaboração de Trabalhos Acadêmicos
Hugo Baldan Junior	Graduação em Estudos Sociais. Mestrado em Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Doutorado em Ciências.	Educação Ambiental Metodologia do Ensino da Geografia

Ivan Paulino Pereira	Graduação em Tecnologia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Licenciatura em Computação. Especialização em Engenharia de Software Com Ênfase em Software Livre.	Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação
Jonas Bento de Godoi	Graduação em Pedagogia Bacharel em Letras Libras Especialização em TILS - Tradução e Interpretação da Libras Especialização em Educação Especial e AEE. Mestrado em Educação	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Educação Inclusiva Diversidade e Educação
Karla Aparecida Zucoloto	Graduação em Pedagogia. Mestrado e Doutorado em Educação.	Fundamentos de Currículo na Educação Infantil
Karina Elizabeth Serrazes	Graduação em Pedagogia e História Mestrado em História Doutorado em Educação Escolar	Avaliação de Sistemas Educacionais Fundamentos e Alfabetização na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) Educação do Campo Sociologia da Educação Metodologia do Ensino da Arte Alfabetização e Letramento I
Larissa Sales Martins	Graduação em enfermagem Pós-graduação em Gestão da Saúde Mestrado em Enfermagem	Saúde da Criança
Lívia Carolina Vieira	Graduação em História Graduação em Pedagogia Especialização em Metodologia e Gestão para Educação a Distância Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Metodologia do Ensino de História Fundamentos Filosóficos e Históricos da Educação
Lúcia Helena de Carvalho	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Trabalho de Conclusão de Curso (I e II)

Luciana Vanessa de Almeida Buranello	Graduação em ciências e matemática Mestrado e doutorado em Educação para Ciência	Metodologia do Ensino da Matemática II
Maria Lúcia de Queiroz G. Hernandez	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Fundamentos do currículo do Ensino Fundamental
Michele Correa Freitas Soares	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação	Metodologia da Educação Infantil
Nathália Luiz de Freitas	Graduação em Letras Mestrado em Letras Doutorado em Linguística Pós-Doutorado em Linguística, Letras e Artes	Alfabetização e Letramento II
Raissa Medice de Oliveira	Graduação em Letras Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa	Leitura e Produção de Texto Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa
Rogério Melo Grillo	Graduação em Educação Física Graduação em Pedagogia Especialização em Educação Física Escolar Mestrado em Educação Doutorado em Educação Física	Educação, Corpo e Movimento
Sofia Valeriano Silva Ratz	Graduação em Pedagogia Graduação em Ciências Biológicas Pós-Graduação em Informática em Educação Mestrado em Ensino de Ciências Doutorado em Ensino de Ciências	Metodologia do Ensino de Ciências Pesquisa em Educação

Sueli Machado Pereira de Oliveira	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Política e Organização da Educação Básica Gestão Escolar Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem
Valdirene Pereira Costa	Graduação em Pedagogia Especialização em Psicopedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Didática do Ensino

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	13
1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria	13
1.2 Entidade Mantenedora	13
1.3. IFSULDEMINAS – Polo: Campus Muzambinho – Campus Proponente	14
2. DADOS GERAIS DO CURSO	14
3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	14
4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS PROPONENTE	16
5. APRESENTAÇÃO DO CURSO	20
5.1 Características dos educandos graduados em Pedagogia	23
6. JUSTIFICATIVA	24
7. OBJETIVOS DO CURSO	26
8. FORMA(S) DE INGRESSO	27
9. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	28
9.1 Forma de acompanhamento do egresso	32
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	34
10.1. Sobre a Matriz Curricular e os Temas Integradores	37
10.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação	43
10.3 Descrição do Curso	45
11. EMENTÁRIO	49
12. BIBLIOTECAS DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL	95
12.1 Biblioteca do Campus proponente – Polo Muzambinho	95
13. METODOLOGIA	99
13.1. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDICs no processo de ensino e de aprendizagem	103
13.2. Mecanismos de interação e tutoria	106
13.3 Papel do Docente e do Mediador Pedagógico	107
13.3.1 Mediador Pedagógico:	107
13.3.2 Docente	113
13.4 Coordenação de Plataforma e Coordenação de Tutoria	115
13.5 Professor Assistente	117
13.6 Design Instrucional - DI	119
13.7 Equipe Multidisciplinar	119
13.8 Sobre a carga horária presencial	122
14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	125
14.1 Organização e sistematização das atribuições de funções do Estágio	131
14.1.1 Coordenação de Estágio Supervisionado	131
14.1.2 Professor Orientador de Estágio	132
14.1.3 Mediadores Pedagógicos do Estágio Supervisionado	132
14.1.4 Observação Institucional	133
15. ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO - A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	133
16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	137

16.1 Avaliação da Aprendizagem de Forma Presencial	139
16.1.1 Sistema de Avaliação para Disciplinas com Prática na Escola	139
16.1.2 Sistema de Avaliação para Disciplinas sem Prática na Escola	140
16.2 Avaliação da Aprendizagem no AVA	140
16.3 Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação	142
17. TERMINALIDADE ESPECÍFICA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	143
17.1 Terminalidade Específica	143
17.2 Flexibilização Curricular	144
17.3 Avaliação Inclusiva	145
18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	147
19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	149
20. APOIO AO EDUCANDO	152
20.1 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais	155
21. MATERIAL DIDÁTICO	157
21.1 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)	159
22. ÓRGÃOS COLEGIADOS	159
22.1 Núcleo Docente Estruturante - NDE	159
22.2 Colegiado de Curso	160
22.3 Atuação do(a) Coordenador(a)	162
23. CORPO DOCENTE	163
24. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS	165
25. MATRÍCULA, CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA, TRANCAMENTO DE MATRÍCULA, APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS, MUDANÇA DE CAMPUS E DE POLO PRESENCIAL, VAGAS REMANESCENTES (TRANSFERÊNCIA EXTERNA E PORTADOR DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO), AVALIAÇÃO, DEPENDÊNCIA, REUNIÕES PEDAGÓGICAS.	165
26. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS MUZAMBINHO (CAMPUS PROPONENTE)	166
26.1 Setor Pedagógico	166
26.2 O Centro de Educação a Distância – CEAD do Campus Muzambinho	166
26.2.1 Infraestrutura do Polo de Apoio Presencial do Campus Muzambinho	167
26.3 Biblioteca Monteiro Lobato	167
26.4 Laboratórios específicos do curso de Licenciatura em Pedagogia	167
26.4.1 Laboratório de Práticas Pedagógicas - Brinquedoteca	168
26.4.2 Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE da CAPES	171
27. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	172
28. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Cléber Ávila Barbosa
Endereço do Instituto	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37553465
DDD/Telefone	(35) 3449-6150
E-mail	reitoria@ifsuldeminas.edu.br

1.2 Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica– SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Marcelo Bregagnoli
Endereço da Entidade Mantenedora	Esplanada dos Ministérios Bloco I, 4º andar – Ed. Sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	setec@mec.gov.br

1.3. IFSULDEMINAS – Polo: Campus Muzambinho – Campus Proponente

Campus Ofertante				CNPJ	
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho				10.648.538/0002-96	
Nome do Dirigente					
Renato Aparecido de Souza					
Endereço do Instituto				Bairro	
Estrada de Muzambinho, km 35, Cx Postal 02				Morro Preto	
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone/Fax		Endereço Eletrônico
Muzambinho	MG	37890000	35 3571 5053		www.muz.ifsuldeminas.edu.br

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Pedagogia

Tipo de Curso: Licenciatura

Formato de Oferta: Semipresencial

Local de Funcionamento: IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho (Campus Proponente). Polo de Apoio Presencial – Polo Bragança Paulista.

Ano de Implantação: 2026

Habilitação: Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Gestão da Unidade Escolar

Número de Vagas Oferecidas: 300 vagas

Requisitos de Acesso: Ter concluído o Ensino Médio

Forma de ingresso: Processos seletivos – Vestibular

Duração do Curso: Quatro (4) anos

Tempo Máximo para Integralização do Curso: Oito (8) anos. A integralização corresponde ao dobro do tempo do curso.

Periodicidade de oferta: Anual

Atividades Formativas: 2.480 horas

Estágio Supervisionado: 400 horas

Atividades Acadêmicas de Extensão: 320 horas

Carga Horária Total: 3.200 horas

Ato Autorizativo: -

Ato Reconhecimento do Curso:

Exame Nacional de Desempenho do Estudante - ENADE: -

3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, estabelecida em 29 de dezembro de 2008, como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o propósito de

fortalecer o ensino profissionalizante no Brasil. Esta Rede é composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

O IFSULDEMINAS adota uma abordagem de educação profissional verticalizada, que promove a continuidade e integração de conhecimentos, técnicas e habilidades ao longo dos diferentes níveis de ensino. A verticalização também ocorre na disponibilização de múltiplos cursos na mesma área ou profissão, em diferentes níveis e modalidades educacionais, como Ensino Básico, Técnico, Tecnológico, Superior e de Pós-Graduação. Com isso, há um uso compartilhado de recursos, como bibliotecas, laboratório, espaços esportivos, além do conhecimento especializado dos professores, que atuam em ensino, pesquisa e extensão, promovendo a interação entre os diversos saberes e níveis de ensino na mesma instituição. Na formação verticalizada, os alunos podem escolher cursos relacionados à mesma área ou profissão, com vistas a aprofundar suas competências e desenvolver independência no aprendizado, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho.

Com forte atuação na região sul de Minas, o instituto tem como missão principal oferecer educação gratuita e de excelência, com qualidade socialmente referenciada, nos segmentos técnico, profissional e superior. O IFSULDEMINAS está comprometido com os princípios de uma educação formadora omnilateral, que busca desenvolver o indivíduo em todas as suas dimensões, promovendo a mobilidade social e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação oferecida visa não apenas a formação técnica, mas também a capacitação crítica e humanística, preparando os estudantes para serem agentes transformadores em suas comunidades e no mercado de trabalho.

Assim como os demais institutos federais, o IFSULDEMINAS possui uma estrutura multicampi. Originou-se da fusão das tradicionais e reconhecidas Escolas Agrotécnicas de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Atualmente, conta também com campi em Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Carmo de Minas e Três Corações, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região.

O desenvolvimento institucional exige um olhar atento ao passado, avaliando de forma contextualizada os erros e acertos sem paixões, em consonância com a realidade atual. Embora isso não garanta apenas sucessos,

reduz significativamente a probabilidade de novos fracassos, constituindo-se como a base de um planejamento eficaz.

A Reitoria do IFSULDEMINAS é formada pelo Gabinete, cinco Pró-Reitorias (Ensino; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Administração; Gestão de Pessoas) e duas Diretorias Sistêmicas (Desenvolvimento Institucional; Tecnologia da Informação) (IFSULDEMINAS – Plano de Desenvolvimento Institucional, 2024-2028).

4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS PROPONENTE

A cidade de Muzambinho está localizada em Minas Gerais, Estado com 586.528 km² e dividido em 853 municípios, sendo caracterizado pela regionalização e diversidade de sua economia e recursos naturais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o município de Muzambinho apresenta uma população estimada de 21.891 habitantes e área territorial de 409,948 km² (IBGE, 2010). Sua economia fundamenta-se, primeiramente, no setor de serviços, depois no setor de agropecuária e, por último, no setor de indústria, ao contrário do padrão estadual e nacional que apresenta o setor de indústria mais representativo que o setor agropecuário.

No município de Muzambinho também se localiza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho – que está situado na Estrada de Muzambinho – km 35 – Bairro Morro Preto, a 5 km da sede do município. Está inserido em uma região eminentemente agropastoril. Entre os principais produtos que movimentam a economia local, assim como verificado em todo o sul de Minas Gerais, encontra-se a cultura do café. Neste sentido, a missão do IFSULDEMINAS – *campus* Muzambinho, nos seus 71 anos de ensino agrícola, tem sido voltada para a formação profissional em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho, é hoje uma Instituição orientada pela SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - e vinculado ao MEC – Ministério da Educação - e sua origem é de 31 de dezembro de 1948, quando a comunidade muzambinhense entregou à União a gleba de terra necessária para a instalação de uma instituição de educação voltada para a agropecuária, obedecendo ao acordo firmado entre as partes em 22 de outubro de 1948.

Durante sua existência, o IFSULDEMINAS, campus Muzambinho, esteve permanentemente ligado ao ensino agrícola. De forma ininterrupta, desempenhou sua função de formação de profissionais ligados à agropecuária, numa prática educativa que sempre privilegiou a cidadania crítica, obtendo grande sucesso. Ao longo dos anos da história da referida instituição, esta recebeu três denominações: de 1953 a 1964, Escola Agrotécnica de Muzambinho; de 1964 a 1979, Colégio Agrícola de Muzambinho; então, por meio do Decreto nº 83.935/1979, recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG.

Em 2008, uma reorganização da Rede Federal, com uma proposta educacional inovadora que abrangia todos os estados do Brasil, levou à criação dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa nova estrutura permitiu a oferta de cursos técnicos e superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas, além de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. As escolas agrotécnicas federais ganharam uma nova identidade, reafirmando seu caráter social e ampliando sua função no contexto atual do desenvolvimento científico e tecnológico.

O IFSULDEMINAS surgiu da unificação de três escolas agrotécnicas localizadas em Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Atualmente, a instituição é uma autarquia federal vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC), regida pela Lei Federal n.º 8.731, de 16 de novembro de 1993. As Escolas Agrotécnicas Federais sempre estiveram comprometidas com a formação integral dos seus alunos, oferecendo educação básica, técnica e superior, além de promover o desenvolvimento econômico regional. Assim, atendem às expectativas da comunidade ao oferecer uma educação de qualidade, prestando serviços à sociedade por meio de atividades de pesquisa e extensão, e respondendo às demandas sociais do meio em que estão inseridas.

Assim, a transformação da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – campus Muzambinho, foi uma conquista que ressaltou a importância de sua área de atuação e, que durante toda sua existência, procurou o aprimoramento da qualidade do ensino ofertado, assim como a ampliação de sua função social.

Uma das missões do IFSULDEMINAS, campus Muzambinho, corresponde à capacitação, promoção e apoio aos agricultores familiares, às

associações comunitárias rurais, cooperativas e associações de produtores, bem como toda a iniciativa de desenvolvimento rural sustentável. Deste modo, a instituição visa promover uma educação de excelência por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a interação entre as pessoas, estabelecendo parcerias com outros órgãos e instituições, ampliando o conhecimento e construindo novas tecnologias e, ainda, proporcionando o desenvolvimento da região sul mineira. Simultaneamente, objetiva-se a formação dos seus ingressos, a proposição de alternativas de renda compatíveis com o equilíbrio ecológico, a fixação do homem ao campo como agente difusor das tecnologias de convivência e recuperador dos fatores ambientais essenciais à sua sobrevivência.

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho oferta cursos em nível técnico e superior, os quais podem ser desenvolvidos em modalidades presenciais ou à distância. Atualmente, os cursos oferecidos são:

1. Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.
2. Técnico Subsequente em Administração; em Agropecuária; em Contabilidade; em Edificações; em Enfermagem; em Informática; em Segurança do Trabalho.
3. Cursos Técnicos a Distância (EaD): Técnico em Cafeicultura, Técnico em Informática, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Vigilância em Saúde.
4. Graduação, com titulação de Bacharel, em Engenharia Agrônômica; em Ciência da Computação; em Medicina Veterinária.
5. Graduação, com titulação de Licenciado, em Ciências Biológicas.
6. Graduação, com titulação de Bacharel e ou Licenciado, em Educação Física.
7. Graduação (semipresencial): Licenciatura em Pedagogia
8. Superior em Tecnologia em Cafeicultura

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho teve declarada a sua regularidade de oferta de cursos pela Portaria nº 072/1980, da Secretaria de Ensino, vinculada ao MEC. Foi transformado em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731/1993, o que proporcionou maior agilidade na gestão de recursos e racionalização dos gastos, resultando em significativas melhorias nas estruturas física e pedagógica da Instituição.

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho é uma instituição pensada a partir do ambiente onde se situa e se origina. Comum às demais instituições de Ensino, organiza-se para desenvolver sua missão cultural que significa:

transmissão, perseverança e transformação do saber para atender a geração de uma investigação criativa; formação de profissionais necessários à sociedade; bem como a missão social de manter-se a serviço da região e do desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

O campus também possui alojamentos masculinos e femininos, oferecendo estrutura para receber alunos dos cursos técnicos e superiores. No regime de internato, são oferecidos acomodação, lavanderia, alimentação, assistência odontológica e médica, serviços de psicologia e acompanhamento pedagógico.

Para o ensino de Informática e disciplinas técnicas relacionadas ao curso, o campus dispõe de oito laboratórios específicos da área de informática. Há, também, o laboratório Espaço Maker, o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) e o Laboratório de Práticas Pedagógicas/Brinquedoteca.

O IFSULDEMINAS - campus Muzambinho tem avançado na perspectiva inclusiva com a criação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que possui regimento próprio e visa apoiar estudantes com limitações ou incapacidades que dificultem o desempenho das atividades acadêmicas. O campus promove a acessibilidade através da adaptação de sua infraestrutura física e curricular, incluindo a disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais), conforme os Decretos n.º 5.296/2004 e n.º 5.626/2005.

Além do NAPNE, o campus possui a Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando (CGAE), um setor dedicado ao apoio ao bem-estar dos alunos. A equipe da CGAE busca formar cidadãos críticos e responsáveis, planejando e desenvolvendo ações que proporcionem um ambiente favorável ao processo de aprendizagem. Entre suas funções, estão o acompanhamento e a orientação dos alunos que enfrentam dificuldades que possam interferir no desempenho acadêmico ou no cumprimento das normas disciplinares da instituição.

Ao Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), integram-se o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Educação e Sexualidade (NEGES).

O Instituto também incentiva o crescimento e desenvolvimento dos seus alunos por meio de atividades artístico-culturais, esportivas e cívicas, como Seminários, Jornadas Científicas, Maratonas, Olimpíadas, Campeonatos Esportivos, Grupos de Dança, entre outras iniciativas.

Considerando o cenário nacional relativo à expansão do ensino superior e do ensino técnico e, também, a condição de Muzambinho frente a este contexto, é imprescindível que a cidade disponha de instituições que ofereçam cursos de qualidade capazes de atender às necessidades e expectativas do mercado de trabalho, assim como às demandas da sociedade em geral. É justamente nessa perspectiva que se inserem as atividades do IFSULDEMINAS campus Muzambinho.

5. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Pedagogia a distância do IFSULDEMINAS, teve as atividades autorizadas pela Resolução CONSUP nº 041, de 08 de agosto de 2011, que dispõe sobre a aprovação “ad referendum” da criação do Curso Superior de Pedagogia junto aos campi do IFSULDEMINAS. Sua primeira oferta ocorreu em 2017, após publicação da Portaria SERES/MEC nº 375, de 08 de agosto de 2016, que credencia o IFSULDEMINAS para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Atualmente, o curso está Reconhecido pelo MEC por meio da Portaria SERES/MEC Nº 848, de 15 de agosto de 2022. Recentemente, em setembro de 2025, o curso foi autorizado no formato semipresencial, por meio da PORTARIA SERES/MEC Nº 612, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025.

A criação de um curso de licenciatura decorreu da elevada demanda pela formação de educadores no Brasil, com caráter crítico, e que auxiliassem na construção de uma sociedade igualitária e justa. Especificamente, o curso de Pedagogia surge da preocupação do IFSULDEMINAS com a qualidade da formação do docente que é um dos fatores que contribui fortemente para a construção de uma escola de boa qualidade. Mas essa qualidade não pode ser apenas relacionada ao conteúdo do ensino. A formação dos docentes deve proporcionar-lhes, além do conhecimento específico de sua área ou nível de atuação, os recursos necessários para que sejam capazes de desenvolver um trabalho pedagógico que ofereça às crianças as condições necessárias para que elas possam construir um mundo orientado pela solidariedade e respeito às diferenças.

O crescimento do número de crianças que, por vários motivos, são atendidas em creches e pré-escolas, vem exigindo que o IFSULDEMINAS também se comprometa com a formação de educadores para atuar na educação infantil (0 a 5 anos), bem como para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental. Essa necessidade é ainda maior quando se constata que esse

atendimento é realizado pelas Prefeituras que, em muitos casos, não contam com profissionais bem formados para atender as crianças, especialmente aquelas que por sua condição social mais necessitam de apoio. Especificamente, o atendimento proporcionado na educação infantil deve ir além do pedagógico por si só, ele deve ampliar-se num trabalho especial do educador que deve ser responsável por *educar e cuidar*. Essas duas palavras desvelam novas responsabilidades para esse profissional que, portanto, deve ter uma formação humana e cidadã.

Nesse contexto, a Reitoria do IFSULDEMINAS tomou a iniciativa de acolher e dar tramitação a uma proposta de curso de nível superior para formação de docentes para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ou em outros ambientes educativos, sejam escolares ou não escolares. Além disso, visa desenvolver competências para a gestão democrática escolar. O pressuposto para tal iniciativa funda-se na especificidade da clientela, que será objeto de formação em exercício. Para o seu desenvolvimento foram mobilizados docentes do IFSULDEMINAS. O curso está organizado em oito períodos com disciplinas que abrangem as grandes áreas de formação. Tem a duração mínima de 3.200 horas e oferta 300 vagas anuais que são distribuídas entre o campus Muzambinho e polo Bragança Paulista.

O curso de Licenciatura em Pedagogia oferecido pelo Campus Muzambinho será disponibilizado na modalidade semipresencial, com uma duração mínima de quatro anos e máxima de oito anos, abrangendo 3.200 horas distribuídas em diferentes núcleos, sendo:

- Núcleo I: 880 horas de Estudos de Formação Geral (EFG);
- Núcleo II: 1600 horas de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE);
- Núcleo III: 320 horas de Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE);
- Núcleo IV: 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado (ECS).

A estrutura do curso segue a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, conforme determina o Parecer CNE/CP nº 5/2025 para o atual momento de “transição”.

Importante se faz destacar o que traz a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006:

Art. 4. O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na

Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares [...] (Brasil, 2006).

A citação acima ressalta que esta resolução estabeleceu que a formação do pedagogo prioriza a docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e em matérias pedagógicas do curso normal de nível médio, mas também abrange áreas como gestão escolar, pedagogia hospitalar, social e empresarial.

Destaca-se também o Art. 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece o que segue:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia [...] (Brasil, 1996).

A formação também abrange a atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e outros contextos educativos. Conforme o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, a EJA é uma modalidade da educação básica voltada para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, exigindo do pedagogo uma formação que atenda às especificidades dessa modalidade. Além disso, o pedagogo pode atuar em instituições não escolares, como hospitais, empresas e organizações sociais, oferecendo suporte pedagógico e promovendo processos educativos adaptados às necessidades dessas instituições, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394/96, Art. 63). O curso de Pedagogia, portanto, oferece uma formação abrangente, capacitando os pedagogos a atuar em diversas instituições e localidades onde seus conhecimentos pedagógicos sejam necessários, tais como hospitais (pedagogia hospitalar), empresas (educação corporativa) e organizações comunitárias, ampliando o campo de atuação do profissional para além da escola tradicional.

5.1 Características dos educandos graduados em Pedagogia

O perfil do egresso encontra-se descrito no item 9 deste projeto e fundamenta as características dos educandos graduados em Pedagogia pelo IFSULDEMINAS. Foi elaborado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 (artigo 10º) e de acordo com o Parecer CNE/CP nº 5/2025 para o atual momento de “transição curricular”.

Assim, as áreas de formação e aprofundamento deste curso estão em conformidade com os dispositivos legais estabelecidos pela LDB e por outros atos normativos relacionados à formação de educadores. Os fundamentos legais que sustentam a formulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia incluem: Resolução CNE/CP nº 1/2006, Resolução CNE/CP nº 4/2024 e o Parecer CNE/CP nº 5/2025.

Os educandos graduados em Pedagogia estarão aptos a exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos: Normal de Ensino Médio; Ensino Médio de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar; e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

O licenciado em Pedagogia tem a profissão regulamentada pela base legal: 1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96); 2) Resolução CNE/CP nº 1/2006, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia; 3) Resolução CNE/CP nº 04/2024 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura); 4) Parecer CNE/CP nº 05/2025, que traz as Orientações para a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para

graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

6. JUSTIFICATIVA

De acordo com o portal do MEC (2012), “O acesso de crianças brasileiras a creches deu um salto na última década, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Censo Escolar. [...] O aumento supera os 150%”. Recentemente, o Censo Escolar de 2019 divulgou um aumento de 4,24% nos educandos matriculados em creches e alta de 0,75% nas matrículas para a pré-escola.

Nesse sentido, desde o ano de 2011 o Campus Muzambinho tem se preocupado com a grande demanda pela formação de educadores, percepção pautada em reuniões da então direção do campus com a AMOG e prefeitos da região, que almejavam a iniciativa da Instituição. Em 2014, em uma pesquisa realizada pelo Campus Muzambinho, divulgada na página da Instituição, no website “Muzambinho.com” e no Jornal Folha Regional, de abrangência regional, o curso de Licenciatura em Pedagogia é listado dentre os cinco mais votados na enquete.

Neste contexto, o curso de Pedagogia do IFSULDEMINAS, que tem como campus proponente Muzambinho, surgiu da preocupação da Instituição com a qualidade da formação docente, um dos fatores que contribui fortemente para a construção de uma escola de qualidade. A formação de docentes qualificados não pode se pautar apenas aos conteúdos curriculares - conhecimento específico de sua área ou nível de atuação, deve lhes proporcionar recursos pedagógicos e a conscientização do seu papel enquanto educador, a fim de que promovam o desenvolvimento integral da criança, sujeito histórico e cultural de direitos, que é capaz de participar do seu próprio processo formativo. Um trabalho de educador que deve ser responsável por educar e cuidar, palavras que desvelam novas responsabilidades para esse profissional que, portanto, deve ter uma formação humana e cidadã. Ainda, no âmbito da gestão escolar, este profissional deve compreender que a criança deve ser amparada nos princípios da democracia, que envolve a participação de todos na reflexão do espaço escolar.

A concretização dessa proposta exige grande esforço de todas as instituições responsáveis pela formação de docentes. Ciente da demanda existente, a Reitoria do IFSULDEMINAS acolhe a proposta do primeiro curso gratuito de Pedagogia na região, semipresencial, oferecido institucionalmente.

Ofertar essa Licenciatura em Pedagogia semipresencial se justifica pela

percepção de que assim o IFSULDEMINAS conseguirá atender a demanda da região e, conseqüentemente, abrangerá formação para um número elevado de educandos que buscam atuar na docência e gestão escolar.

Este Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi elaborado em um contexto de “transição curricular” para seguir as determinações da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, já que as instituições têm até o dia 1º de julho de 2026 para efetuar essa mudança. Para a transição curricular, da modalidade EaD para a modalidade semipresencial, especificamente para os ingressantes de 2026, o PPC do curso terá os seguintes ajustes, conforme determina o Parecer CNE/CP 05/2025, visando garantir que:

- *Ao final do curso de licenciatura, o(a) egresso(a) deverá estar apto(a) a todos os incisos elencados no art. 10 da Resolução CNE/CP no 4, de 29 de maio de 2024;*
- *O Estágio Curricular Supervisionado siga todas as orientações definidas na Resolução CNE/CP no 4, de 29 de maio de 2024 e em outras legislações vigentes; e*
- *As Atividades Acadêmicas de Extensão – AEX sigam todas as orientações definidas na Resolução CNE/CP no 4, de 29 de maio de 2024 e em outras legislações vigentes (Parecer CNE/CP 05/2025, item 12).*

A oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia possibilita a ampliação da formação inicial e continuada de professores. As parcerias já existentes poderão ser expandidas, e novas poderão ser firmadas por meio de convênios com prefeituras, intercâmbios e projetos de extensão, conforme previsto no PDI do IFSULDEMINAS, que visa fomentar o desenvolvimento educacional e socioeconômico dos municípios do Sul de Minas Gerais (PDI 2024-2028, p. 63-64).

O PDI do IFSULDEMINAS reforça que as políticas de ensino de graduação e pós-graduação estão em constante evolução, considerando metodologias didático-pedagógicas inovadoras e que favorecem o atendimento educacional especializado (PDI, p. 63). No interstício de cinco anos, o PDI também busca garantir políticas voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social, promovendo ações de inclusão e inovação, como o empreendedorismo e o cooperativismo (PDI, p. 64).

Diante do exposto, percebe-se que a oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia semipresencial no IFSULDEMINAS campus Muzambinho se alinha aos objetivos institucionais de promover processos educacionais transformadores que contribuam para o desenvolvimento social e econômico do país. Além disso, essa iniciativa está em consonância com o compromisso da instituição de garantir que 20% de seus cursos sejam de licenciatura,

promovendo a democratização do ensino de qualidade e ampliando o acesso à educação superior.

7. OBJETIVOS DO CURSO

O Núcleo Docente Estruturante - NDE pensou e discutiu os objetivos do curso de Licenciatura em Pedagogia a partir da legislação vigente e do perfil do egresso que se pretende alcançar. Dessa forma, constam no PPC, explicitando nosso compromisso com a oferta de formação em nível superior por meio da Licenciatura em Pedagogia, para o público que queira se habilitar ao exercício do magistério da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como das funções previstas no art. 64 da LDB (Gestão escolar).

O curso ainda tem como objetivo o desenvolvimento de processos pedagógicos que visem à elaboração de conhecimentos teóricos e competências relativas à docência, otimizando a reflexão, a prática pedagógica e a autonomia intelectual; o estímulo à reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana do educando, possibilitando-lhe a reconstrução do processo de análise da prática docente, tendo como instrumental os fundamentos da perspectiva de intervenção; possibilitando que os nossos educandos dominem criticamente o uso das novas tecnologias disponíveis na sociedade e, especialmente, nas escolas; bem como, objetiva-se contribuir para a interação entre os diversos níveis e modalidades de ensino, especialmente entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e desenvolver as habilidade e competências necessárias para a formação do gestor para a Unidade escolar.

Os objetivos supracitados estão implementados e se consolidam à medida que se trabalha na construção do perfil profissional do egresso. A organização curricular deste curso, por meio da seleção e articulação de conteúdos teórico-práticos, prevê disciplinas específicas para o curso de Licenciatura em Pedagogia, atividades acadêmicas de extensão e Estágio Supervisionado, alinhadas ao PDI, à missão institucional, ao contexto educacional e que estimule a experientiação da prática pedagógica, vivenciadas nas disciplinas *Projetos Integradores* (que articulam as práticas e as atividades acadêmicas de extensão: Curricularização da Extensão), explorando-se características e demandas locais e regionais, possibilitando a intervenção através da proposição e execução de projetos práticos, alinhados às novas práticas emergentes no campo do conhecimento do curso.

Da mesma forma, articula-se estas dimensões e vivências à rotina de

um educando de uma graduação semipresencial, como por exemplo, a familiarização com as tecnologias de informação e comunicação, com as metodologias ativas que englobam as estratégias de ensinar e aprender, articulação constante da tríade ensino-pesquisa-extensão e da práxis - relação permanente entre a teoria e a prática.

Além disso, como um curso na modalidade semipresencial, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) torna-se um elemento chave para concretizar os objetivos do curso, uma vez que nele estão registrados os conteúdos trabalhados, bem como as propostas de atividades e resultados a eles relacionados. Cada disciplina, em sua especificidade epistemológica, contribui por meio de sua organização para o desenvolvimento dos conhecimentos teóricos, práticos, teórico-prático, habilidades e competências necessárias para o exercício da docência e da gestão escolar de forma autônoma, crítica e reflexiva. Esse processo é garantido não apenas pela organização das disciplinas no âmbito do AVA, mas, principalmente, pelas relações existentes entre os principais sujeitos do curso - educandos, mediador pedagógico e docentes, e nas interações estabelecidas com o material didático disponível.

Vale a pena pontuar, também, como forma de alcançar os objetivos propostos, o uso diversificado de estratégias ativas de aprendizagem, bem como o estímulo para que os docentes implementem e socializem práticas pedagógicas exitosas no âmbito do curso. Adicionalmente, a fim de garantir a inclusão e a permanência de educandos com necessidades educacionais específicas, objetiva-se a implementação de uma articulação ativa com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE, já evidenciada pela trajetória exitosa de educandos do curso.

Por fim, com o objetivo de atender às demandas pedagógicas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso, atendendo ao perfil do egresso, fomenta-se a oferta de disciplinas eletivas.

8. FORMA(S) DE INGRESSO

As formas de ingresso no curso de Licenciatura em Pedagogia serão organizadas com base na Resolução CONSUP nº 069/2017, de 14 de novembro de 2017, atualizada pelas Resoluções nº 075/2020 e nº 157/2022, que tratam da aprovação das Normas Acadêmicas para cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Também segue as diretrizes da Resolução CONSUP nº 118/2021, que regula os procedimentos para o Processo Seletivo de ingresso

de estudantes nos cursos oferecidos pela instituição. De acordo com o PDI, 2024-2028, os requisitos mínimos para ingresso no curso de Licenciatura em Pedagogia incluem a conclusão do Ensino Médio ou equivalente e a aprovação em processo seletivo, ou o cumprimento das normas institucionais de transferência interna, externa e *ex officio*.

O acesso ao curso de Licenciatura em Pedagogia semipresencial ocorre mediante processo seletivo, pautado nos princípios institucionais, de acordo com a legislação vigente, e presente em edital próprio, sendo realizada entradas anuais. Em cada processo seletivo são ofertadas 300 (trezentas) vagas. No IFSULDEMINAS, a forma de acesso ao curso superior ocorre a partir de processos seletivos institucionais, conforme instruções e orientações estabelecidas em edital específico.

Outras formas de acesso a este curso incluem: o uso da Nota do ENEM, exame realizado anualmente pelo Governo Federal para avaliar os estudantes do Ensino Médio e os Processos Seletivos de Vagas Remanescentes, que abrangem a obtenção de novo título, transferências internas e externas, regulamentados pelas Resoluções CONSUP nº 028/2011 e pelas Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação (IFSULDEMINAS, 2020). A abertura de vagas remanescentes depende da disponibilidade de vagas e da compatibilidade curricular do candidato com o curso pretendido.

Após a aprovação no processo seletivo, a matrícula e rematrícula dos estudantes seguirá o Calendário Escolar e as Normas Acadêmicas do IFSULDEMINAS.

9. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Para definir o perfil profissional do egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS, o Núcleo Docente Estruturante - NDE se fundamentou na legislação vigente (Art. 10 da Resolução CNE/CP nº 04/2024) e nas demandas regionais. Pensou-se no Licenciado em Pedagogia como um profissional com perfil pesquisador crítico-reflexivo, habilitado a atuar no ensino, pesquisa, organização e gestão de projetos educacionais, bem como produção e difusão do conhecimento em diversas áreas da educação, tendo a docência como base de sua formação e identidade profissional.

Assim, também de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior, o egresso dos cursos de formação inicial em nível superior deverá estar apto a:

I - demonstrar conhecimento e compreensão da organização

epistemológica dos conceitos, das ideias-chave, da estrutura da(s) área(s) e componentes curriculares para os quais está sendo habilitado para o exercício da docência;

II - compreender criticamente os marcos normativos que fundamentam a organização curricular de cada uma das etapas e modalidades da Educação Básica e, em particular, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e da Base Nacional Comum Curricular;

III - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária e de relações democráticas na escola;

IV - reconhecer os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua e, também os contextos de vidas dos estudantes, propiciando assim, aprendizagens efetivas;

V - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir, por meio do acesso ao conhecimento, para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VI - compreender como as ideias filosóficas e as realidades e contextos históricos influenciam a organização dos sistemas de ensino, das instituições de Educação Básica e das práticas educacionais;

VII - demonstrar conhecimento sobre o uso da linguagem e do pensamento lógico matemático no desenvolvimento do conteúdo específico de ensino;

VIII - demonstrar conhecimento sobre diferentes formas de apresentar os conteúdos dos componentes e das áreas curriculares para os quais está habilitado à docência, utilizando esse conhecimento para selecionar recursos de ensino adequados que contemplem o acesso ao conhecimento para um grupo diverso de estudantes;

IX - aplicar estratégias de ensino e atividades didáticas diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes, incluindo aqueles que compõem a população atendida pela Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, e levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos;

X - estruturar ações pedagógicas e ambientes educativos que promovam a aprendizagem dos estudantes a respeito: a) das relações étnico-raciais estabelecidas na sociedade brasileira no presente e no passado e que garantam a apropriação dos conhecimentos relativos à história e cultura africana, afrobrasileira e dos povos originários do Brasil, bem como de valores

e atitudes orientados à desconstruir e combater todas as expressões do racismo, com a devida valorização da diversidade cultural e étnico-racial brasileiras; e b) das múltiplas formas de participação e atuação das mulheres na sociedade brasileira, no passado e no presente, bem como de conhecimentos, valores e atitudes orientados à prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

XI - construir ambientes de aprendizagens que incentivem os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança;

XII - planejar e organizar suas aulas de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação dos profissionais do magistério da educação escolar básica;

XIII - recontextualizar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias digitais de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

XIV - conhecer e utilizar os diferentes tipos de avaliação educacional, bem como os limites e potencialidades de cada instrumento para dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz e replanejar suas práticas de ensino de modo a assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam superadas por meio de sua atuação profissional em suas aulas;

XV - reconhecer e utilizar em sua prática as evidências científicas advindas de diferentes áreas de conhecimento, atualizadas e aplicáveis aos ambientes de ensino onde atua profissionalmente, de forma que possa favorecer os processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;

XVI - demonstrar conhecimento sobre o desenvolvimento físico, socioemocional e intelectual dos estudantes das etapas da Educação Básica para as quais está habilitado a atuar, utilizando esses saberes para: a) construir compreensão quanto ao perfil dos estudantes com os quais atua; e b) para selecionar estratégias de ensino adequadas e levantar hipóteses sobre como determinadas características presentes em seu grupo de estudantes potencialmente podem afetar a aprendizagem e assim, tomar decisões pedagógicas mais adequadas;

XVII - demonstrar conhecimento sobre os mecanismos pelos quais crianças, jovens e adultos aprendem, utilizando esse conhecimento para: a) planejar as

ações de ensino; e b) selecionar estratégias pedagógicas e recursos que sejam adequados à etapa da Educação Básica a qual seus alunos pertencem;

XVIII - manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a instituição de Educação Básica, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento;

XIX - dominar conhecimentos relativos à gestão das escolas de Educação Básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica; e

XX - demonstrar conhecimento e, sempre que possível, colaborar com o desenvolvimento de pesquisas científicas no campo educacional de maneira a refletir sobre sua própria prática docente e aplicar tal conhecimento em sua prática.

A articulação do perfil profissional do egresso aos objetivos do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho são visíveis e possíveis, principalmente, pela organização do Estágio Supervisionado e das disciplinas que compõem carga horária de “Prática na Escola” e de Curricularização da Extensão - cuja atividades acadêmicas de extensão serão desenvolvida de forma integralmente presencial, como determina o Parecer nº 05/2025 e a Resolução nº CNE/CP 04/2024. Articulação esta, evidenciada através da organização das disciplinas, caracterizadas por propiciar atividades práticas e teóricas desenvolvidas, prioritariamente, nas escolas, futuro campo de atuação do profissional, relacionadas ao exercício crítico e reflexivo da docência.

As atividades realizadas no ambiente educativo são oportunidades para a aproximação dialética entre a teoria e a prática, com vistas à problematização e investigação científica, possibilitando, a partir da observação *in loco* da realidade local e regional, o desenvolvimento de propostas práticas articuladas às necessidades demandadas do ambiente escolar. Nessas disciplinas, cabe aos nossos educandos, a partir da integração dos conhecimentos obtidos ao longo dos semestres letivos, a proposição e execução de projetos e portfólios relativos às ações e atividades planejadas e executadas durante o seu desenvolvimento.

Como exemplos de materiais produzidos, cita-se a criação de material de áudio, vídeo ou audiovisual, proposição, execução e avaliação de atividades lúdicas voltadas para práticas educacionais; planejamento e criação de projetos associados à Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; planejamento, criação, organização e desenvolvimento de campanhas

destinadas à sensibilização da comunidade quanto a assuntos relacionados à Educação; planejamento, criação, organização e desenvolvimento de campanhas de integração escola-comunidade, dentre outros.

Neste sentido, evidencia-se que os egressos do curso estarão aptos a atuar com ética e compromisso, desenvolver e conduzir com domínio os processos de ensino e de aprendizagem, como também, as competências para conceber, executar e avaliar projetos educacionais/pedagógicos (coletivos e interativos) – sempre articulando teoria e prática. Além disso, garantir a construção do senso crítico e do espírito participativo, o desenvolvimento de competências para a avaliação do curso e de programas de ensino e/ou atividades nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Enfim, garantir a construção das habilidades essenciais para práticas inerentes ao exercício docente.

9.1 Forma de acompanhamento do egresso

A Coordenação do Curso, juntamente com a Coordenação de Tutoria, organiza dados para garantir um processo de avaliação dos egressos de forma continuada, mediante dados do sistema acadêmico, formulários (Google Forms), bem como via suporte dos mediadores pedagógicos. Em conformidade com o PDI 2024-2028, ressalta-se que os próprios cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS buscam possibilitar o desenvolvimento da região e da sociedade como um todo e, considerando a perspectiva de inserir seus egressos no processo de desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, registra-se o que segue:

Capacita Sul de Minas (Pós-Graduação Lato Sensu): o programa, criado em 2020, é dividido em duas frentes, sendo uma a oferta de Capacitação Presencial e outra a oferta de Pós-Graduação Lato Sensu na modalidade EAD para formação de professores. Nessa segunda frente, uma parceria entre a Diretoria de EAD e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação tem possibilitado uma expansão da oferta de vagas em cursos de formação docente, que atende a 25 polos em todo o estado de Minas Gerais e oferta 870 vagas em três diferentes cursos (IFSULDEMINAS, 2024, p. 89).

A citação supracitada é importante por apresentar resultados concretos de ações realizadas pelo IFSULDEMINAS que incentivam a formação continuada dos egressos. Além disso, o IFSULDEMINAS possui uma coordenadoria para atender as necessidades que envolvem os Egressos e Estágios.

Em tempo, acredita-se na eficiência de algumas ferramentas no

acompanhamento dos egressos, a exemplo das redes sociais, promoção de eventos para relacionamento, convites para palestras e eventos (Feira de Estágio do IFSULDEMINAS; Simpósios de Estágio do IFSULDEMINAS; Encontro das Licenciaturas, etc.), relacionados à área de formação do egresso. São apresentadas ações de melhoria, que contemplem o estímulo ao uso dos portais de estágios e de egressos, atualização dos dados cadastrais nos sistemas da instituição formadora, criação de perfil em redes sociais para contato com os ex-colegas, professores.

O Programa de Acompanhamento de Egressos é uma política institucional que visa acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão e que venha agregar à formação acadêmica, bem como sua entrada para o mercado de trabalho. O projeto é realizado por meio de uma pesquisa de acompanhamento aos egressos que visa levantar dados sobre a continuidade do egresso na vida acadêmica e sobre a inserção profissional. Esse levantamento é realizado de forma periódica. Com os dados levantados, é possível fazer um paralelo entre a atuação do egresso e sua formação acadêmica. Além disso, foi criado o Comitê Gestor dos Egressos, no qual serão alinhadas todas as ferramentas de acompanhamento de Egressos (IFSULDEMINAS, 2024, p. 143).

De acordo com IFSULDEMINAS (2024), as ações voltadas à realização de estágios tem o objetivo de promover a trabalhabilidade, por meio da inserção de adolescentes, adultos e jovens aprendizes em empresas e instituições públicas. Essas iniciativas proporcionam aos estudantes experiências práticas de aprendizagem, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à sua área de formação. Entre as principais atividades, destacam-se programas como Jovem Aprendiz, intercâmbios de estágios, trainee, residências acadêmicas (agrícola e pedagógica), feira de estágios e empregos, além do acompanhamento de egressos. Esse conjunto de ações visa monitorizar o percurso profissional dos ex-alunos, identificando cenários no mundo produtivo e contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, oferece apoio a estudantes e egressos por meio da divulgação de empresas, agentes de integração e consultorias de recursos humanos, bem como oportunidades de estágio e emprego, incluindo banco de currículos e observatório de oportunidades, entre outros serviços.

Destaca-se a existência de um setor nos campi destinado exclusivamente para o acompanhamento de ingressos, carreiras e egressos.

Trata-se do Setor de Acompanhamento de Ingressos, Carreiras e Egressos - SAICE.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS atende ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tanto no que se refere à carga horária quanto aos aspectos relativos à concepção de formação do Pedagogo. A organização curricular do curso tem como base a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que orienta a constituição da matriz a partir de quatro núcleos: Núcleo I: compreende os estudos de formação geral; Núcleo II: compreende o aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional; Núcleo III: compreende as atividades acadêmicas de extensão; Núcleo IV compreende o estágio supervisionado.

Nesse contexto, tem-se o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, com forte característica de articulação teórico-prática, e a produção de um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, a partir de uma experiência vivenciada ao longo do curso, seja no Estágio, Projeto de Pesquisa, Projeto de Extensão ou Projeto Integrador. Interdisciplinares por excelência, Estágio e TCC concretizam o caminhar do educando pelos vários conteúdos que, ao se relacionarem com a prática, possibilitam a problematização da realidade e o estabelecimento de estratégias para melhor compreendê-la por meio do ato de pesquisar (procurar, questionar, refletir, discutir, buscar dados).

Ao tratar da práxis - relação permanente entre teoria-prática, a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia dá ênfase às disciplinas de *Projetos Integradores* que, em conjunto com outros componentes curriculares, articulam a prática e as atividades acadêmicas de extensão, no âmbito da Curricularização da Extensão. Assim, alocadas na matriz curricular do curso, juntamente com o Estágio Supervisionado e as disciplinas TCC I e II, garantem a articulação da tríade ensino-pesquisa- extensão.

Estas relações - teoria-prática e ensino-pesquisa-extensão, explicitam a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação do acadêmico. Como elementos comprovadamente inovadores e exitosos em nossa estrutura curricular, pode-se citar a própria metodologia proposta para as disciplinas de *Projetos Integradores*, que, ao desenvolverem projetos - a partir de observações *in loco* no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - promovem intervenções que contribuem para o ambiente

escolar (local); assim como a elaboração e apresentação do TCC, proporcionando a integração dos componentes curriculares do curso, como aprofundamento e continuidade das atividades vivenciadas, como objeto de estudo e pesquisa ao longo dos semestres.

Neste contexto, a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS proporciona aos futuros pedagogos discernimento e construção de habilidades para propor, gerenciar e conduzir, de forma interdisciplinar e inovadora, as mudanças em prol do desenvolvimento qualitativo das comunidades local e regional.

É a partir das diversas disciplinas do curso - como Educação, Corpo e Movimento, Alfabetização e Letramento I, Metodologia do Ensino da Matemática II, Diversidade e Educação, Educação Ambiental e *Projetos Integradores*, que se materializa o exercício da interdisciplinaridade no processo de formação inicial dos nossos educandos. Baseadas neste princípio, as cinco disciplinas de *Projetos Integradores* garantem a conexão de saberes e conhecimentos construídos ao longo de cada semestre e no decorrer do curso. Pode-se citar ainda, as relações interdisciplinares estabelecidas a partir de ações articuladas entre corpo docente, mediador pedagógico e coordenação (de curso, de plataforma e de tutoria, professor assistente), com destaque para o planejamento antecipado e participativo das disciplinas entre docentes e professor assistente, diálogo frequente entre docentes e mediadores pedagógicos - estabelecidos nos fóruns de comunicação/feedback das disciplinas, e as Reuniões Pedagógicas Semestrais, momento em que propostas de melhorias são estruturadas a partir de reflexões/autoavaliação das principais demandas e dificuldades apontadas pelos diversos agentes do curso (docentes, mediadores pedagógicos, coordenadores – curso, plataforma e tutoria, professor assistente e representantes da direção).

Ademais, por se tratar de um curso de formação inicial de professores na modalidade semipresencial, o Núcleo Docente Estruturante inseriu na Matriz Curricular uma disciplina para atender a essa especificidade, denominada *Educação em Ambientes Digitais* que, não somente cumpre o papel de promover a ambientação dos calouros ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, mas também, o de trazer à tona discussões importantes para essa modalidade, que tem ganhado força e importância no contexto atual, tais como planejamento de estudos, características desejáveis de um bom estudante EaD, desenvolvimento de autonomia, plágio acadêmico, netiqueta, entre outros.

Com carga horária de 60 horas, o ambiente virtual da disciplina *Educação em Ambientes Digitais* é liberado aos educandos com uma semana de antecedência ao início das atividades letivas, garantindo tempo extra para o estudante se familiarizar com a sala de aula virtual. Vale ressaltar que junto às informações de login e senha, enviadas via e-mail aos educandos(as), um vídeo instrucional da professora da disciplina traz um tutorial para o primeiro acesso, além da apresentação das principais abas da disciplina.

Com estas ações conjuntas e articuladas entre si, o curso se difere e se destaca por oportunizar reflexão, autoavaliação e planejamento coletivo e sistemático para fins de integralização do Projeto Pedagógico do Curso, que se organiza na seguinte estrutura curricular, composta com carga horária total de 3200 horas:

- Núcleo I - 880 (oitocentas e oitenta) horas, composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas;
- Núcleo II - 1.600 (mil e seiscentas) horas, composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos.
- Núcleo III - 320 (trezentas e vinte) horas, composto pelas Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão, prioritariamente, nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.
- Núcleo IV - 400 (quatrocentas) horas, que compreende o Estágio Curricular Supervisionado, componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.

Destaca-se as disciplinas formativas obrigatórias previstas em nossa

Matriz Curricular: Educação Ambiental, oferecida no sexto período, com carga horária de 50 horas; Diversidade e Educação, oferecida no quinto período com carga horária de 70 horas; Educação Inclusiva, prevista para o oitavo período com carga horária de 70 horas; e LIBRAS, prevista para o oitavo período com carga horária de 60 horas.

Vale ressaltar que os conteúdos curriculares acima, além de disciplinados, perpassam as demais disciplinas e atividades formativas do curso, estabelecendo relações e diálogos entre elas para o exercício da interdisciplinaridade. Para a complementação, enriquecimento cultural e atualização de conhecimentos específicos para formação do educando, o curso oferta disciplinas eletivas, que são de livre escolha do estudante regular. Por meio delas, o educando tem a oportunidade de diversificar o seu aprendizado pessoal, profissional e ainda fortalecer o conhecimento básico.

Na organização curricular do curso, destaca-se os **pré-requisitos nas disciplinas:**

- Alfabetização e Letramento II - cursar Alfabetização e Letramento I
- Metodologia do Ensino da Matemática II - cursar Metodologia do Ensino da Matemática I
- Trabalho de Conclusão de Curso II - cursar Trabalho de Conclusão de Curso I

10.1. Sobre a Matriz Curricular e os Temas Integradores

A organização curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade semipresencial, está disposta na Matriz Curricular, disponibilizada a seguir, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior.

O detalhamento dos componentes curriculares segue os núcleos propostos pela Resolução nº 04/2024, sendo o Núcleo I destinado aos estudos de formação geral (Estudos de Formação Geral - EFG); o Núcleo II destinado ao aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional (Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE); o Núcleo III destinado às atividades de extensão (Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE); e o Núcleo IV destinado às atividades de estágio supervisionado (Estágio Curricular Supervisionado - ECS).

Com a estrutura curricular organizada a partir de temas integradores semestrais, os componentes curriculares se articulam para cumprir o que determina as DCN's no que diz respeito ao cumprimento das cargas horárias das disciplinas obrigatórias, extensão e estágio supervisionado:

Temas Integradores que compõem a matriz curricular

Os temas integradores foram pensados a partir da obra *Pedagogia e pedagogos, para quê?* (Libâneo, 2000) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da ONU. Estes temas representam possibilidades de enriquecimento da matriz curricular do curso, uma vez que permitem abranger aspectos filosóficos e epistemológicos da educação. Assim, ao incorporar esses temas, é possível promover uma integração efetiva de diversas práticas formativas para os futuros pedagogos, o que favorece uma aprendizagem significativa que articula teoria e prática de forma conectada. Esse enriquecimento do conhecimento, via práxis, possibilita uma formação sólida para atuar de maneira crítica e reflexiva na educação.

À seguir, apresenta-se os Temas Integradores semestrais do curso:

Períodos	Temas Integradores
1º	BRINCAR COMO LINGUAGEM DA INFÂNCIA
2º	INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL: CORPO, EMOÇÃO E APRENDIZAGEM
3º	SABERES DAS CRIANÇAS E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM
4º	LER, CONTAR E ESCREVER: A CULTURA DA PALAVRA NA EDUCAÇÃO
5º	EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E DIVERSIDADE
6º	EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: CIÊNCIA, TERRITÓRIO E CIDADANIA
7º	EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
8º	ESCOLA E COMUNIDADE: TERRITÓRIOS DA DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

À partir dos temas integradores, organizou-se a Matriz Curricular, a seguir:

MATRIZ CURRICULAR

TEMA INTEGRADOR: BRINCAR COMO LINGUAGEM DA INFÂNCIA								
DISCIPLINAS 1º PERÍODO	NÚCLEO	CH EaD	CH PRESENCIAL				CE***	CH TOTAL*
			Encontros formativos	Prática na Escola	Síncrona Mediada**	Estágio		
Educação em Ambientes Digitais	I	60	0	0	0	0	---	60
Ludicidade na Escola	II	7	21	20	12	0	---	60
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos	I	80	0	0	0	0	---	80
Didática do Ensino	II	33	19	20	18	0	---	90
Fundamentos do Currículo na Educação Infantil	I	60	0	0	0	0	---	60
****Estágio (ECS): Observação na Educação Infantil	IV	0	0	0	0	40	---	40
CARGA HORÁRIA TOTAL		240	40	40	30	40	0	390

* Para todas as disciplinas, estão previstas 2 (duas) horas presenciais destinadas à Avaliação Individual Presencial Obrigatória (AIPO), não contabilizadas na carga horária total da disciplina.

**As disciplinas do Núcleo I preveem pelo menos 1 encontro síncrono mediado (2 horas), não contabilizado na carga horária total da disciplina.

***CE – Carga horária destinada a Curricularização da Extensão. Integralmente presencial. Será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

****ECS - Carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado. Será desenvolvido em consonância com o Art. 14, inciso IV, § 5º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

TEMA INTEGRADOR: INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL: CORPO, EMOÇÃO E APRENDIZAGEM								
DISCIPLINAS 2º PERÍODO	NÚCLEO	CH EaD	CH PRESENCIAL				CE***	CH TOTAL*
			Encontros formativos	Prática na Escola	Síncrona Mediada**	Estágio		
Educação, Corpo e Movimento	II/III	40	16	0	14	0	20	90
Fundamentos Filosóficos e Históricos da Educação	I	80	0	0	0	0	---	80
Leitura e Produção de Texto	I	70	0	0	0	0	---	70
Metodologia da Educação Infantil	II	29	11	20	10	0	---	70
Projetos Integradores I (Educação Infantil: Creche)	II/III	23	5	0	12	0	40	80
****Estágio (ECS): Observação e Regência na Educação Infantil - Creche	IV	0	0	0	0	50	---	50
CARGA HORÁRIA		242	32	20	36	50	60	440

* Para todas as disciplinas, estão previstas 2 (duas) horas presenciais destinadas à Avaliação Individual Presencial Obrigatória (AIPO), não contabilizadas na carga horária total da disciplina.

**As disciplinas do Núcleo I preveem pelo menos 1 encontro síncrono mediado (2 horas), não contabilizado na carga horária total da disciplina.

***CE – Carga horária destinada a Curricularização da Extensão. Integralmente presencial. Será desenvolvida em

consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

****ECS - Carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado. Será desenvolvido em consonância com o Art. 14, inciso IV, § 5º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

TEMA INTEGRADOR: SABERES DAS CRIANÇAS E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM								
DISCIPLINAS 3º PERÍODO	NÚCLEO	CH EaD	CH PRESENCIAL				CE***	CH TOTAL*
			Encontros formativos	Prática na Escola	Síncrona Mediada**	Estágio		
Alfabetização e Letramento I	II/III	43	13	0	14	0	20	90
Metodologia do Ensino da Matemática I	II	27	11	20	12	0	---	70
Metodologia do Ensino da Arte	II	30	8	20	12	0	---	70
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	I	60	0	0	0	0	---	60
Projetos Integradores II (Educação Infantil: Pré-escola)	II/III	28	0	0	12	0	45	85
****Estágio (ECS): Observação e Regência na Educação Infantil - Pré-escola	IV	0	0	0	0	50	---	50
CARGA HORÁRIA		188	32	40	50	50	65	425

* Para todas as disciplinas, estão previstas 2 (duas) horas presenciais destinadas à Avaliação Individual Presencial Obrigatória (AIPO), não contabilizadas na carga horária total da disciplina.

**As disciplinas do Núcleo I preveem pelo menos 1 encontro síncrono mediado (2 horas), não contabilizado na carga horária total da disciplina.

***CE – Carga horária destinada a Curricularização da Extensão. Integralmente presencial. Será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

****ECS - Carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado. Será desenvolvido em consonância com o Art. 14, inciso IV, § 5º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

TEMA INTEGRADOR: LER, CONTAR E ESCREVER: A CULTURA DA PALAVRA NA EDUCAÇÃO								
DISCIPLINAS 4º PERÍODO	NÚCLEO	CH EaD	CH PRESENCIAL				CE***	CH TOTAL*
			Encontros formativos	Prática na Escola	Síncrona Mediada**	Estágio		
Metodologia do Ensino da Matemática II	II/III	35	21	0	14	0	20	90
Fundamentos do Currículo do Ensino Fundamental	I	60	0	0	0	0	---	60
Alfabetização e Letramento II	II	37	11	20	12	0	---	80
Sociologia da Educação	I	60	0	0	0	0	---	60
Projetos Integradores III (Ensino Fundamental - 1º ao 3º anos)	II/III	28	0	0	12	0	45	85
****Estágio (ECS): Observação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	IV	0	0	0	0	50	---	50
CARGA HORÁRIA		220	32	20	38	50	65	425

* Para todas as disciplinas, estão previstas 2 (duas) horas presenciais destinadas à Avaliação Individual Presencial Obrigatória (AIPO), não contabilizadas na carga horária total da disciplina.

**As disciplinas do Núcleo I preveem pelo menos 1 encontro síncrono mediado (2 horas), não contabilizado na carga horária total da disciplina.

***CE – Carga horária destinada a Curricularização da Extensão. Integralmente presencial. Será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

****ECS - Carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado. Será desenvolvido em consonância com o Art. 14, inciso IV, § 5º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

TEMA INTEGRADOR: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E DIVERSIDADE								
DISCIPLINAS 5º PERÍODO	NÚCLEO	CH EaD	CH PRESENCIAL				CE***	CH TOTAL*
			Encontros formativos	Prática na Escola	Síncrona Mediada**	Estágio		
Diversidade e Educação	II/III	45	13	0	12	0	20	90
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	II	29	11	20	10	0	---	70
Metodologia do Ensino de História	II	22	8	20	10	0	---	60
Política e Organização da Educação Básica	I	60	0	0	0	0	---	60
Projetos Integradores IV (Ensino Fundamental - 4º e 5º anos)	II/III	28	0	0	12	0	45	85
****Estágio (ECS): Observação e Regência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 3º anos)	IV	0	0	0	0	60	---	60
CARGA HORÁRIA		184	32	40	44	60	65	425

* Para todas as disciplinas, estão previstas 2 (duas) horas presenciais destinadas à Avaliação Individual Presencial Obrigatória (AIPO), não contabilizadas na carga horária total da disciplina.

**As disciplinas do Núcleo I preveem pelo menos 1 encontro síncrono mediado (2 horas), não contabilizado na carga horária total da disciplina.

***CE – Carga horária destinada a Curricularização da Extensão. Integralmente presencial. Será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

****ECS - Carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado. Será desenvolvido em consonância com o Art. 14, inciso IV, § 5º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

TEMA INTEGRADOR: EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: CIÊNCIA, TERRITÓRIO E CIDADANIA								
DISCIPLINAS 6º PERÍODO	NÚCLEO	CH EaD	CH PRESENCIAL				CE***	CH TOTAL*
			Encontros formativos	Prática na Escola	Síncrona Mediada**	Estágio		
Educação Ambiental	II/III	27	13	0	10	0	20	70
Metodologia do Ensino da Geografia	II	22	8	20	10	0	---	60
Metodologia do Ensino de Ciências	II	19	11	20	10	0	---	60
Pesquisa em Educação	I	60	0	0	0	0	---	60
Neuroeducação	I	50	0	0	0	0	---	50
Projetos Integradores V (Séries Iniciais do Ensino Fundamental)	II/III	28	0	0	12	0	45	85
****Estágio (ECS): Observação e Regência nos Anos	IV	0	0	0	0	50	---	50

Iniciais do Ensino Fundamental (4º e 5º anos)								
CARGA HORÁRIA	206	32	40	42	50	65	435	
* Para todas as disciplinas, estão previstas 2 (duas) horas presenciais destinadas à Avaliação Individual Presencial Obrigatória (AIPO), não contabilizadas na carga horária total da disciplina. **As disciplinas do Núcleo I preveem pelo menos 1 encontro síncrono mediado (2 horas), não contabilizado na carga horária total da disciplina. ***CE – Carga horária destinada a Curricularização da Extensão. Integralmente presencial. Será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024. ****ECS - Carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado. Será desenvolvido em consonância com o Art. 14, inciso IV, § 5º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.								

TEMA INTEGRADOR: EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS								
DISCIPLINAS 7º PERÍODO	NÚCLEO	CH EaD	CH PRESENCIAL				CE***	CH TOTAL *
			Encontros formativos	Prática na Escola	Síncrona Mediada**	Estágio		
Educação do Campo	II	5	23	20	12	0	---	60
Fundamentos e Alfabetização na Educação de Jovens, Adultos e Idosos - EJAII	II	33	21	10	16	0	---	80
Saúde da Criança	I	40	0	0	0	0	---	40
Trabalho de Conclusão de Curso I	I	60	0	0	0	0	---	60
****Estágio (ECS): Observação e Regência em EJAII	IV	0	0	0	0	50	---	50
CARGA HORÁRIA		138	44	30	28	50	0	290
* Para todas as disciplinas, estão previstas 2 (duas) horas presenciais destinadas à Avaliação Individual Presencial Obrigatória (AIPO), não contabilizadas na carga horária total da disciplina. **As disciplinas do Núcleo I preveem pelo menos 1 encontro síncrono mediado (2 horas), não contabilizado na carga horária total da disciplina. ***CE – Carga horária destinada a Curricularização da Extensão. Integralmente presencial. Será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024. ****ECS - Carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado. Será desenvolvido em consonância com o Art. 14, inciso IV, § 5º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.								

TEMA INTEGRADOR: ESCOLA E COMUNIDADE: TERRITÓRIOS DA DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA								
DISCIPLINAS 8º PERÍODO	NÚCLEO	CH EaD	CH PRESENCIAL				CE***	CH TOTAL *
			Encontros formativos	Prática na Escola	Síncrona Mediada**	Estágio		
Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	II	22	8	20	10	0	-- -	60
Gestão Escolar	II	24	8	10	8	0	-- -	50
Avaliação de Sistemas Educacionais	I	40	0	0	0	0	-- -	40
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	II	30	12	10	8	0	-- -	60
Educação Inclusiva	II	26	12	20	12	0		70
Trabalho de Conclusão de Curso II	I	40	0	0	0	0	-- -	40
****Estágio (ECS):	IV	0	0	0	0	50	--	50

Observação em Gestão Escolar							-	
CARGA HORÁRIA	182	40	60	38	50	0	370	
* Para todas as disciplinas, estão previstas 2 (duas) horas presenciais destinadas à Avaliação Individual Presencial Obrigatória (AIPO), não contabilizadas na carga horária total da disciplina. **As disciplinas do Núcleo I preveem pelo menos 1 encontro síncrono mediado (2 horas), não contabilizado na carga horária total da disciplina. ***CE – Carga horária destinada a Curricularização da Extensão. Integralmente presencial. Será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024. ****ECS - Carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado. Será desenvolvido em consonância com o Art. 14, inciso IV, § 5º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.								

Carga Horária Total do Curso por semestre

Período	CH EaD Disciplinas	CH Presencial Disciplinas	CH Total Disciplinas	CH Presencial Extensão	CH Presencial Estágio	CH TOTAL DO SEMESTRE / CURSO
1º	240	110	350	0	40	390
2º	242	88	330	60	50	440
3º	188	122	310	65	50	425
4º	220	90	310	65	50	425
5º	184	116	300	65	60	425
6º	206	114	320	65	50	435
7º	138	102	240	0	50	290
8º	182	138	320	0	50	370
TOTAL	1600	880	2480	320	400	3200

QUADRO RESUMO DOS COMPONENTES CURRICULARES	CH TOTAL
Atividades Formativas Núcleo I (880h) Núcleo II (1.600h)	2480
Atividades Acadêmicas de Extensão - Curricularização da Extensão Núcleo III (320h)	320
Estágio Supervisionado Núcleo IV (400h)	400
CARGA HORÁRIA	3200 horas

10.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação

DISCIPLINAS POR SEMESTRE							
1º 390h	2º 440h	3º 425h	4º 425h	5º 425h	6º 435h	7º 290h	8º 370h
Educação em Ambientes Digitais (60h)	Educação, Corpo e Movimento (70h)	Alfabetização e Letramento I (70h)	Metodologia do Ensino da Matemática II (70h)	Diversidade e Educação (70h)	Educação Ambiental (50h)	Educação do Campo (60h)	Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação (60h)
Ludicidade na Escola (60h)	Fundamentos Filosóficos e Históricos da Educação (80h)	Metodologia do Ensino da Matemática I (70h)	Fundamentos do Currículo do Ensino Fundamental (60h)	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (70h)	Metodologia do Ensino da Geografia (60h)	Saúde da Criança (40h)	Gestão Escolar (50h)
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (80h)	Leitura e Produção de Texto (70h)	Metodologia do Ensino da Arte (70h)	Alfabetização e Letramento II (80h)	Metodologia do Ensino de História (60h)	Metodologia do Ensino de Ciências (60h)	Fundamentos e Alfabetização na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (80h)	Avaliação de Sistemas Educacionais (40h)
Didática do Ensino (90h)	Metodologia da Educação Infantil (70h)	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (60h)	Sociologia da Educação (60h)	Política e Organização da Educação Básica (60h)	Pesquisa em Educação (60h)	Trabalho de Conclusão de Curso I (60h)	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (60h)
Fundamentos do Currículo na Educação Infantil (60h)	Projetos Integradores I (40h)	Projetos Integradores II (40h)	Projetos Integradores III (40h)	Projetos Integradores IV (40h)	Neuroeducação (50h)	Estágio Curricular Supervisionado VII (50h)	Educação Inclusiva (70h)
Estágio Supervisionado I (40h)	AAE / Curricularização da Extensão (60h)	AAE / Curricularização da Extensão (65h)	AAE / Curricularização da Extensão (65h)	AAE / Curricularização da Extensão (65h)	Projetos Integradores V (40h)	---	Trabalho de Conclusão de Curso II (40)
---	Estágio Curricular Supervisionado II (50h)	Estágio Curricular Supervisionado III (50h)	Estágio Curricular Supervisionado IV (50h)	Estágio Curricular Supervisionado V (60h)	AAE / Curricularização da Extensão (65h)	---	Estágio Curricular Supervisionado VIII (50h)
---	---	---	---	---	Estágio Curricular Supervisionado VI (50h)	---	---

Legenda:	Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG	
	Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE	
	Núcleo III -Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE	
	Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado - ECS	

10.3 Descrição do Curso

O curso de licenciatura em Pedagogia semipresencial ofertado pelo IFSULDEMINAS apresenta carga horária total de 3200 (três mil e duzentas) horas, sendo 2480 (duas mil, quatrocentas e oitenta) horas ligadas às atividades formativas; 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão - curricularização da extensão; 400 (quatrocentas) horas de Estágio Supervisionado.

A formação de licenciados em Pedagogia contempla uma abordagem transversal entre as disciplinas e projetos, em conformidade com a legislação vigente e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015), salientando-se:

- **Política de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas**

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho conta com o NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos educandos com necessidades educacionais específicas no espaço educacional da IES. Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 12.686, de 2025, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

A equipe do NAPNE é composta por representantes do corpo técnico-administrativo, docentes, educandos e representantes das famílias assistidas. O NAPNE tem como objetivo incluir todos os educandos e servidores que possuem qualquer tipo de barreira motora, intelectual ou social. Situações envolvendo gestantes; educandos acidentados; deficientes físicos; educandos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual; são alguns exemplos de atuações assistidas pelo NAPNE.

- **Relações étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena**

Em atendimento à Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015), as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, são trabalhadas em conteúdos abordados nas disciplinas **Metodologia do Ensino de História e Diversidade e**

Educação, as quais abordam conteúdos atrelados à riqueza cultural e, também, de comportamentos e hábitos observados na sociedade brasileira, preparando os licenciados em Pedagogia para o convívio harmônico em uma sociedade multifacetada e, deste modo, habilitando-os para as práticas profissionais e cidadãs.

Destaca-se, também, o trabalho dos Núcleos NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) e NEGES (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Educação e Sexualidade). Tratam-se de núcleos sistêmicos de natureza **propositiva e consultiva**, a serem formados em cada campus, para promoção e estímulo de Link: vinculadas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão sobre a temática das relações étnico-raciais visando a superação da discriminação e do preconceito racial por meio da valorização das identidades negra e indígena (NEABI) e a temática das relações de gênero, educação e sexualidade, visando a superação das desigualdades, discriminações e preconceitos por meio da valorização da diferença (NEGES). Estão presentes em cada campus do IFSULDEMINAS por meio de suas equipes eleitas a cada dois anos e nomeadas por portaria do Diretor-geral.

- LIBRAS

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é de oferta obrigatória nos cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia. Nos cursos de bacharelado, sua oferta pode ocorrer na modalidade optativa.

No âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS, a disciplina será ofertada no 8º período, sendo de caráter obrigatório para todos os licenciandos.

- Educação Ambiental

Em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999; ao Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002; à Resolução CNE/CP nº 2/2012 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015), os cursos devem prever em seus projetos o trabalho com Educação Ambiental. Além do tema ser abordado de forma interdisciplinar, o curso também possui uma disciplina ofertada no 6º período.

- Educação em Direitos Humanos

Em atendimento à Resolução nº 01/2012 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015), os cursos devem atender às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Nesse caso, o conjunto de conteúdos abordados nas disciplinas **Sociologia da Educação e Diversidade e Educação** atendem a essa demanda específica.

O maior conhecimento e vivência sobre as atividades e práticas ligadas à licenciatura também são contemplados em conteúdos trabalhados e debatidos por diversas disciplinas ao longo do curso, a se destacar: Didática do Ensino; Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem; Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA; Educação Ambiental; Gestão Escolar; Educação Inclusiva; LIBRAS; Diversidade e Educação; Sociologia da Educação.

Ademais, os educandos do curso de Licenciatura em Pedagogia, ao longo do desenvolvimento acadêmico, realizarão obrigatoriamente 400 (quatrocentas) horas de Estágio Curricular Supervisionado. Isso proporcionará, aos futuros licenciados, atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência junto à Educação Básica – educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, além de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas a ações cotidianas escolares.

Deste modo, caberá aos educandos, a partir da integração dos conhecimentos obtidos ao longo do semestre letivo, a elaboração de material técnico, científico, didático e pedagógico – relacionado aos conteúdos de Pedagogia. Objetiva-se, então, o rompimento das ideias que segregam, ao longo do desenvolvimento acadêmico do educando, as disciplinas específicas de conteúdos voltadas para área pedagógica, o que não raramente repercute na redução da interdisciplinaridade, com consequências negativas para o perfil do futuro docente.

- Política Nacional de Cuidados (PNC)

A PNC é uma política pública instituída no Brasil por meio do Decreto nº 11.795, de 21 de novembro de 2023, com o objetivo de reconhecer, valorizar e organizar o trabalho de cuidado como uma responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias, comunidades e setor privado. Trata-se de um marco normativo fundamental para a garantia de direitos sociais, com foco especial na promoção da igualdade de gênero, geração, raça e classe.

A política compreende o cuidado em sentido amplo, abrangendo:

- Cuidado direto: como o acompanhamento de crianças, pessoas idosas,

com deficiência ou doentes.

- Cuidado indireto: como tarefas domésticas e suporte emocional.
- Cuidado remunerado e não remunerado, formal e informal.

A formulação desta Política Nacional de Cuidados (PNC), evidencia a urgência de reconhecer o cuidado como dimensão essencial da vida social e política. No Brasil, historicamente, o trabalho de cuidado — tanto o direto, como o acompanhamento de crianças, pessoas idosas e com deficiência, quanto o indireto, como tarefas domésticas — tem sido executado majoritariamente por mulheres, de forma não remunerada e em condições precárias. Essa distribuição desigual dos encargos compromete o pleno exercício da cidadania e o acesso a direitos fundamentais, como educação, trabalho e saúde.

O cenário se agrava diante da crescente demanda por cuidados, impulsionada pelo envelhecimento populacional, aumento de doenças crônicas, mudanças nos arranjos familiares e pela ampliação da participação feminina no mercado de trabalho. Estudos do IBGE (2022) revelam que as mulheres brasileiras continuam a dedicar o dobro de tempo aos cuidados em comparação aos homens, o que limita sua inserção produtiva, perpetua a feminização da pobreza e aprofunda desigualdades interseccionais de raça e classe.

Diante desse contexto, justifica-se a implementação de projetos que promovam a institucionalização de ações de cuidado no âmbito das políticas públicas. A criação e ampliação de serviços como creches, cuidadotecas, centros de convivência, serviços domiciliares e formação profissional para cuidadores são estratégias fundamentais para enfrentar o déficit histórico de proteção social e garantir o cuidado como direito de todas e todos. Além disso, a valorização do trabalho de cuidado contribui para o fortalecimento da economia do cuidado, geração de empregos e redistribuição do tempo social.

Projetos ancorados na PNC devem atuar de forma intersetorial, articulando os sistemas de saúde, assistência social e educação, e dialogando com marcos legais como o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.743/2003), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742/1993) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015), com destaque para os ODS 5 (igualdade de gênero), 8 (trabalho decente) e 10 (redução das desigualdades). Assim, tais iniciativas não apenas asseguram direitos, mas também impulsionam o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

11. EMENTÁRIO

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Educação em Ambientes Digitais – Carga Horária: 60 horas
Ementa: O estudante e a educação em ambientes digitais: seu papel e sua organização para o estudo. Concepções e políticas de EaD e de ensino híbrido em diferentes contextos históricos. Processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologias: componentes e papéis. Ambientes virtuais de ensino e aprendizagem e suas particularidades no contexto do IFSULDEMINAS. Inteligência Artificial na Educação e as implicações nos processos de ensino e aprendizagem e mediação pedagógica. Questões legais e normativas relacionadas à educação em ambientes digitais.
Referências Bibliográficas BÁSICA KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância . 8.ed. Campinas: Papirus, 2010. LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). Educação a distância: o estado da arte . vol. 1. Vários autores. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. 479p. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/Estado_da_Arte_1.pdf . Acesso em: jul. 2020. MORAN, J. M.; VALENTE, J. A. Educação a Distância: Pontos e Contrapontos . Grupo Summus. 2011. 136p. COMPLEMENTAR BACICH, Lilian; MORÁN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática . Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p. BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância . 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. 127 p. (Educação contemporânea). MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 19. ed. Campinas: Papirus, 2012. PETERS, Otto. A educação a distância em transição: tendências e desafios . São Leopoldo: Unisinos, 2012. 400 p. SILVA, Robson Santos da. Objetos de aprendizagem para educação a distância . 1.ed. São Paulo: Novatec, 2011. 142 p.

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Ludicidade na Escola – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Conceito de jogo, brinquedo e brincadeira. Jogo na educação: aspectos sócio-históricos e culturais. Jogo simbólico e ação pedagógica. Ludicidade e prática pedagógica. Brinquedotecas escolares e não-escolares.
Referências Bibliográficas BÁSICA KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127 p. SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.). Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 143 p. COMPLEMENTAR ALVES, E. M. S. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. Campinas: Papirus, 2012. BENJAMIN, W. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2009. 176p. COX, M. Desenho da criança. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e. Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2018. 222 p. JEANDOT, N. Explorando o universo da música. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2008.

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – Carga Horária: 80 horas
Ementa: O texto acadêmico e o processo de construção do conhecimento. Gêneros textuais acadêmicos: fichamento, resenha, resumo, relatório, artigo e projeto. Pesquisa bibliográfica e suas fontes. Padrões Normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas para citações, referências e formatação de trabalhos acadêmicos. Técnicas de paráfrase. Estrutura e elaboração de projetos acadêmicos e sua relação com os Projetos Integradores. O uso de softwares livres como ferramenta de apoio ao discente: Drive, Google Docs e LibreOffice.
Referências Bibliográficas BÁSICA MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8.ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017. 346 p. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2019. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2018. 320p. COMPLEMENTAR ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 82 p. BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. 2.ed. Editora Contexto, 2016. 128p. FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p. UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos: Citação e Referência: ABNT. São Paulo: UNESP, 2023. 68p. Disponível em: https://www2.unesp.br/Home/cgb/graduacao/abnt-atualizado-fev-2024-3.pdf. Acesso em: 08 dez. 2025.

1º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Didática do Ensino – Carga Horária: 90 horas
Ementa: Concepções de educação: tradicional, escolanovista, tecnicista e progressista e suas didáticas. Plano de Curso, de unidade e de aula. Os ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os educandos. Avaliação da aprendizagem escolar. Relação professor-educando.
Referências Bibliográficas BÁSICA FAZENDA, I. Didática e interdisciplinaridade. 17.ed. Campinas: Papirus, 2011. LIBÂNEO, J. C. Didática. 34.ed. São Paulo: Cortez, 1994. LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011. COMPLEMENTAR CANDAU, V. M. A didática em questão. 32.ed., Campinas: Papirus, 2011. HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 43.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. 128 p. PETERS, O. Didática do ensino a distância. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo/ RS: Editora UNISINOS, 2001. SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. ZABALA, A. A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

1º Período – Disciplina Obrigatória**Disciplina:** Fundamentos do Currículo na Educação Infantil – **Carga****Horária:** 60 horas**Ementa:**

História, concepções de infância e a criança como sujeito de direito. Função social da Educação Infantil na sociedade contemporânea. Fundamentos legais que referenciam a organização, gestão e prática pedagógica das instituições de Educação Infantil: Constituição Federal, LDB, RCNEI, DCNEI, BNCC e demais referenciais curriculares estaduais e municipais. O currículo como construção do conhecimento para a Educação Infantil. A cultura da infância e as representações das infâncias nas expressões artísticas, midiáticas e culturais contemporâneas.

Referências Bibliográficas**BÁSICA**

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COMPLEMENTAR

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2009. 176p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: jul. 2020

KRAMER, S. et al. (org.). **Infância e educação infantil**. Campinas: Papirus, 2012.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Z. de (org.). **A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

2º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Educação, Corpo e Movimento – **Carga Horária Total:** 90 horas, sendo que 20 horas são destinadas à Curricularização da Extensão e esta será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

Ementa:

Corporeidade e movimento na infância como dimensões do desenvolvimento pleno da criança. Desenvolvimento motor e suas relações com a emoção e as funções psíquicas. Motricidade com enfoque em manipulação, equilíbrio, lateralidade, esquema corporal, orientação espacial e temporal. Cultura lúdica infantil como experiência estruturante do movimento, da expressão corporal e das interações na Educação Infantil. Cultura corporal e as linguagens da criança. Observação e mediação pedagógica quanto ao movimento, aos jogos/brincadeiras e à expressão corporal, em articulação com o tema integrador do semestre e com as experiências extensionistas desenvolvidas no Projeto Integrador I.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

COSTA, M. T. S. **O papel do corpo nas práticas de letramento:** um estudo sobre as atividades criadoras na infância. 2012. xii, 117 f., il. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11247/1/2012_MarinaTeixeiraMendesdeSouzaCosta.pdf. Acesso em: 22 mai. 2025.

ERTHAL, Auriane. **Letramento corporal na educação:** relações entre a aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil. Osório: Uergs, 2023.

Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/3034>.

Acesso em: 12 dez. 2025.

LOBO, A. S.; VEGA, E. H. T. **Educação motora infantil:** orientações a partir das teorias construtivista, psicomotricista e desenvolvimentista motora – zero a seis anos. 2. ed. – Caxias do Sul, RS: Educus, 2010. Disponível em:

<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-educacao-motora.pdf>. Acesso em 31 out. 2025.

COMPLEMENTAR

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base.

Ministério da Educação. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 mai. 2025.

CAMARGO, Daiana; DORNELLES, Leni Vieira. Brincar, corpo e movimento como eixos de formação de professores de crianças pequenas. **Educar em Revista**, v. 39, p. e77386, 2023.

DEBORTOLI, José Alfredo. O. **Linguagem Gestual, Corporeidade e Movimento.**

In: DALBEN, A. I. L. F.; COSTA, T. M. L. (Orgs.). Múltiplas Linguagens e Formas de Interação da Criança com o Mundo Natural e Social II: Corporeidade, Artes e Música. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/22d2d94f-86de-4911-a467-df7d3241dd9d/content>. Acesso em: 03 dez. 2025.

GRILLO, R. M.; SCAGLIA, A. J.; CARNEIRO, K. T. (Orgs). **Em defesa do jogo:** diálogos epistemológicos contemporâneos. Curitiba: Editora Appris, 2022.

LORDANI, S. F. de S. **Psicomotricidade na Educação Infantil:** uma proposta para a prevenção das Dificuldades de Aprendizagem. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2020.

2º Período – Disciplina Obrigatória	
Disciplina: Fundamentos Filosóficos e Históricos da Educação – Carga Horária: 80 horas	
Ementa: Estudo dos fundamentos filosóficos e históricos da educação. Análise da reflexão filosófica e do pensamento pedagógico ao longo da história, abordando as principais ideias, práticas e sistemas educacionais da Antiguidade ao século XXI. Discussão sobre a construção do pensamento educacional e seus fundamentos no contexto brasileiro, destacando os ideários pedagógicos e os principais educadores que contribuíram para a formação da educação no Brasil.	
Referências	Bibliográficas
BÁSICA ARANHA, M. L. A. de. Filosofia da educação . 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006. CAMBI, F. História da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999. MANACORDA, M. A. História da Educação : da Antiguidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.	
COMPLEMENTAR ARANHA, M. L. A. História da Educação e da pedagogia : geral e Brasil. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006. LUCKESI, C. C. Introdução à filosofia : aprendendo a pensar. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012. MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital . 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. RODRIGO, Lidia Maria. Filosofia em sala de aula : teoria e prática para o ensino médio. Campinas: Autores Associados, 2009. 278 p. (Formação de professores). SAVIANI, D. Educação : do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.	

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Leitura e Produção de Texto – Carga Horária: 70 horas
Ementa: Língua e Linguagem. Variações linguísticas e norma-padrão. Tipologia textual e gêneros do discurso. Práticas de leitura e de produção de textos orais, escritos e multissemióticos. Introdução ao estudo do texto acadêmico.
Referências Bibliográficas BÁSICA CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. xxxvii, 762 p. (Obras de referência). GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. SILVA, E. T. da. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011. COMPLEMENTAR BECHARA, Evanildo. Gramática Fácil. Editora Nova Fronteira. 1.ed. 2017. 208p. BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. 2.ed. Editora Contexto, 2016. 128p. SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 12.ed. São Paulo, 1994. SOLÉ, I. Estratégias de leitura. 6.ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. VANOYE, F.; OSAKABÉ, H. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

2º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia da Educação Infantil – Carga Horária: 70 horas
Ementa: Aspectos teóricos que orientam a ação docente na Educação Infantil. Diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem na Educação Infantil. Organização dos tempos e espaços de ensino e de aprendizagem. Identificação e utilização das várias linguagens. Adaptação da criança à escola. Estruturação do planejamento didático-pedagógico em educação infantil: pressupostos teóricos-metodológicos, Pedagogia de Projetos, Metodologias Ativas.
Referências Bibliográficas BÁSICA ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. HORN, M. das G. S. Sabores, Cores, Sons, Aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004. OLIVEIRA, Z. R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. COMPLEMENTAR ANGOTTI, M. A educação infantil em diálogos. São Paulo: Alinea, 2012. BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. Aprender e ensinar na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: jul. 2020. KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011. RIZZO, G. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

2º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Projetos Integradores I (Educação Infantil: Creche) – **Carga Horária Total:** 80 horas, sendo que 40 horas são destinadas à Curricularização da Extensão e esta será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024..

Ementa:

Projetos de extensão em escolas de Educação Infantil - creche, articulando teoria e prática no processo de identificação de demandas reais do cotidiano escolar, planejamento, execução, avaliação e socialização de ações pedagógicas que considerem corpo, emoção e aprendizagem como dimensões indissociáveis do desenvolvimento integral da criança, construídas em diálogo com a disciplina Educação, Corpo e Movimento, valorizando o brincar, a expressão, o movimento e a observação sensível das crianças. Registro e reflexão das experiências extensionistas no contexto da curricularização da extensão.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

LOBO, A. S.; VEGA, E. H. T. **Educação motora infantil:** orientações a partir das teorias construtivista, psicomotricista e desenvolvimentista motora – zero a seis anos. 2. ed. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2010. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-educacao-motora.pdf>. Acesso em 31 out. 2025.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.

COMPLEMENTARES:

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** v.1. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://curriculo-uerj.pro.br/wp-content/uploads/referencial-curricular-nacional-para-a-educacao-infantil-volume-1.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (org.). **Educação infantil:** pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

DALBEN, A. I. L. F.; COSTA, T. M. L. (orgs.). **Múltiplas Linguagens e Formas de Interação da Criança com o Mundo Natural e Social II:** Corporeidade, Artes e Música. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/22d2d94f-86de-4911-a467-df7d3241dd9d/content>. Acesso em: 05 jan. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LE BOULCH, J. **Educação psicomotora:** a psicomotricidade na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Alfabetização e Letramento I – Carga Horária Total: 90 horas, sendo que 20 horas são destinadas à Curricularização da Extensão e esta será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.
Ementa: Trajetória histórica da alfabetização no Brasil. Conceitos de alfabetização e letramento. Aspectos políticos, sociais e educacionais da alfabetização e do letramento. Métodos de alfabetização. O processo de alfabetização: consciência fonológica e princípio alfabético. Alfabetizar letrando. Abordagens e práticas de letramento: diferentes perspectivas. A oralidade, a leitura e a escrita na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Os processos de aquisição e de desenvolvimento da linguagem escrita. Observação e mediação pedagógica da apropriação inicial da língua escrita, em articulação com o tema integrador do semestre e com as experiências extensionistas desenvolvidas no Projeto Integrador.
Referências Bibliográficas BÁSICA CARVALHO, M. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999. SOARES, M. B. Alfabetização e Letramento. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2013. COMPLEMENTAR CAGLIARI, G. M.; CAGLIARI, L. C. Diante das letras: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado de Letras, 1999. CAGLIARI, L. C. Alfabetização & Linguística. 11.ed. São Paulo: Scipione, 2009. FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011. KLEIMAN, A.; MORAES, S. E. Leitura e Interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado das Letras, 2001. SOARES, M. B. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

3º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia do Ensino da Matemática I – **Carga Horária:** 70 horas

Ementa:

Conceito de número (aspectos qualitativos e quantitativos). O Sistema de Numeração Decimal. Operações fundamentais: Adição, subtração e diferentes tipos de problemas envolvendo suas propriedades. A resolução de problemas como perspectiva metodológica. Jogos matemáticos como recurso pedagógico. Planejamento de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos iniciais da alfabetização.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).**

Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da matemática.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2015. 120p.

GERALDO, A. C. H. **Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2009.

COMPLEMENTAR

ALVES, E. M. S. **A ludicidade e o ensino de matemática:** uma prática possível. Campinas: Papirus, 2012.

KAMII, C. **A criança e o número.** 31.ed. Campinas: Papirus, 2003.

PÓLYA, George. **A arte de resolver problemas:** um novo aspecto do método matemático. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. xx, 203 p.

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. S. V. (org.). **Ler, escrever e resolver problemas:** habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001. 204p.

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. S. V.; CÂNDIDO, P. **Figuras e formas:** matemática de 0 a 6. 2.ed. rev. Porto Alegre: Penso, 2014. 200 p.

3º Período – Disciplina Obrigatória	
Disciplina: Metodologia do Ensino da Arte – Carga Horária: 70 horas	
Ementa: Arte como objeto de conhecimento e de identidade cultural. O ensino de Arte no contexto contemporâneo e multicultural. Trajetória histórica do ensino de Arte no Brasil. Documentos curriculares e ensino de Arte no Brasil. Abordagens teórico-metodológicas do ensino de Arte. As linguagens no ensino da Arte: artes visuais, dança, música e teatro. Interdisciplinaridade e ensino de Arte. Práticas pedagógicas no ensino de Arte na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento e avaliação no ensino de Arte.	
Referências Bibliográficas BÁSICA BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação no Brasil. Editora Perspectiva, 7.ed. 2019. 136p. FERRAZ, M. H. C. de.; FUSARI, M. F. de. Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2018. KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011. COMPLEMENTAR BENJAMIN, W. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2009. 176p. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: jul. 2020. COX, M. Desenho da criança. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 JEANDOT, N. Explorando o universo da música. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2008 KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127 p.	

3º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Visão histórico-conceitual da Psicologia como ciência e sua contribuição à área educacional. Principais teorias de aprendizagem de base empirista, racionalista e interacionista: implicações na prática educativa. A Psicologia e o trabalho docente: a relação professor-aluno e suas implicações na prática escolar. Relações de gênero na escola. Indisciplina, bullying e violência em meio escolar.
Referências Bibliográficas BÁSICA BIAGGIO, Angela M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento . 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2019. 342p. GOULART, Íris Barbosa. Psicologia da educação : fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 214 p. MAIA, Christiane Martinatti. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem . Curitiba: Editora Inter Saberes 2017. COMPLEMENTAR LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa de Lima. Piaget, Vygotsky, Wallon : teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. 117 p. PIAGET, J. Experiências básicas para utilização pelo professor . 25.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança . 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 392 p. VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente : o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p. VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 12.ed. São Paulo: Ícone, 2012. 228 p. (Coleção Educação Crítica).

3º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Projetos Integradores II (Educação Infantil: Pré-escola) – **Carga Horária Total:** 85 horas, sendo que 45 horas são destinadas à Curricularização da Extensão e esta será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

Ementa:

Projetos de extensão em escolas de Educação Infantil - pré-escola, articulando teoria e prática no processo de identificação de demandas reais do cotidiano escolar, planejamento, execução, avaliação e socialização de ações pedagógicas que considerem os saberes e os processos de aprendizagem da criança, construídas em diálogo com a disciplina Alfabetização e Letramento I, valorizando a ludicidade e as habilidades preditoras para a apropriação da língua escrita. Registro e reflexão das experiências extensionistas no contexto da curricularização da extensão.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRITES, Luciana; ALMEIDA, Roselaine, Pondes de. (orgs.). **Alfabetização**: da ciência cognitiva à prática escolar. v.2, Londrina: NeuroSaber, 2023. 296p.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis**: o jogo, a criança e a educação. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127 p.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação**: dimensão – ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. São Paulo: Ação Educativa/MEC, 2006. 20p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/indqual_2.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://curriculo-uerj.pro.br/wp-content/uploads/referencial-curricular-nacional-para-a-educacao-infantil-volume-1.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura**: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012. 372p.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva (org). **Afetividade e práticas pedagógicas**. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. 311 p.

4º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia do Ensino da Matemática II – **Carga Horária Total:** 90 horas, sendo que 20 horas são destinadas à Curricularização da Extensão e esta será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

Ementa:

Operações fundamentais: multiplicação, divisão e suas propriedades; diferentes tipos de problemas envolvendo o campo multiplicativo: raciocínio combinatório e multiplicação retangular. Frações, números decimais e porcentagem; geometria; grandezas e medidas e tratamento da informação. Jogos matemáticos como recurso pedagógico. Pensamento algébrico. Planejamento de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos finais do ciclo de alfabetização, em articulação com o tema integrador do semestre e com as experiências extensionistas desenvolvidas no Projeto Integrador.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da matemática**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2015. 120p.

GERALDO, A. C. H. **Didática das ciências naturais na perspectiva histórico- crítica**. Campinas: Autores Associados, 2009.

COMPLEMENTAR

KAMII, C. **A criança e o número**. 31.ed. Campinas: Papirus, 2003.

PARRA, C.; SAIZ, I. (org.). **Didática da Matemática: Reflexões Psicopedagógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1996. 258p.

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. S. V.; CÂNDIDO, P. **Figuras e formas: matemática de 0 a 6**. 2.ed. rev. Porto Alegre: Penso, 2014. 200 p.

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. S. V.; CANDIDO, P. **Jogos matemáticos de 1º a 5º ano**. Porto Alegre: Grupo A, 2007. (Cadernos do Mathema - Ensino Fundamental).

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. S. V. (org.). **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Fundamentos do Currículo do Ensino Fundamental – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Fundamentos histórico, cultural, epistemológico social e ideológico das concepções de currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Componentes curriculares. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos (DCNEF), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's.
Referências Bibliográficas BÁSICA APPLE, M. W. Ideologia e currículo. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. GARCIA, R. L.; MOREIRA, A.F.B. Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003. COMPLEMENTAR BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC/ MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em 03 set. 2022. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1999. SILVA, T. T. da; MOREIRA, A.F.B. Currículo, cultura e sociedade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 154 p. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 325 p.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Alfabetização e Letramento II – Carga Horária: 80 horas
Ementa: Metodologias de alfabetização: histórico e tipologia. Didática da alfabetização e do letramento. Planejamento do ensino da leitura e da escrita; Análise e elaboração de atividades práticas de alfabetização e letramento. Multiletramentos. Transdisciplinaridade e Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas BÁSICA MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? São Paulo: FAPESP, 2014. 349 p. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao_ebook.pdf. Acesso em: jul. 2020. SOARES, M. B. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto: 2013. VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. Tradução Maria da Pena Villalobos. 11.ed. São Paulo: Ícone, 2010. (Coleção Educação Crítica). Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-Semenovitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf. Acesso em: jul. 2020. COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 22 jul. 2020. CARVALHO, M. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011. SILVA, E. T. da. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011. SOARES, M. B. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

4º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Sociologia da Educação – Carga Horária: 60 horas
Ementa: A Sociologia como ciência e o surgimento da Sociologia da educação. As relações entre educação, escola e sociedade. As teorias sociológicas clássicas no campo da educação: Comte, Durkheim, Marx e Weber. O pensamento sociológico contemporâneo e a educação. A função social da escola. O pensamento sociológico e o contexto educacional contemporâneo.
Referências Bibliográficas BÁSICA BOURDIEU, P. Escritos de Educação. Petrópolis/R.J.: Vozes, 2012. CARVALHO, A. B. de (org.). Sociologia e educação. São Paulo: AVERCAMP, 2006. DURKHEIM, E. Educação e sociologia. Portugal: Edições 70, 2011. COMPLEMENTAR FORACCHI, M.; MARTINS, J. S. (orgs.) Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: LTC, 2008. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GIDDENS, A. Sociologia. São Paulo: ARTMED, 2001. GUIMARAES NETO, E. Educar pela sociologia: contribuições para a formação do cidadão. Belo Horizonte: RHJ, 2012. MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho).

4º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Projetos Integradores III (Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 3º ano) – **Carga Horária Total:** 85 horas, sendo que 45 horas são destinadas à Curricularização da Extensão e esta será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

Ementa:

Projetos de extensão em escolas de Ensino Fundamental - 1º ao 3º anos, articulando teoria e prática no processo de identificação de demandas reais do cotidiano escolar, planejamento, execução, avaliação e socialização de ações pedagógicas que considerem os saberes e os processos de aprendizagem da criança, construídas em diálogo com a disciplina Metodologia do Ensino da Matemática II, valorizando a ludicidade e a matemática aplicada ao cotidiano. Registro e reflexão das experiências extensionistas no contexto da curricularização da extensão.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).**

Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da matemática.** 4.ed.

São Paulo: Cortez, 2015. 120p.

NACARATO, Adair Mendes; ARAÚJO, Elaine Sampaio de; SOUZA, Neusa Maria

Marques de; MORETTI, Vanessa Dias (orgs.). **A matemática na formação do**

professor da educação infantil e anos iniciais: uma análise a partir de

trabalhos publicados em eventos do campo da educação matemática. Vários

autores. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. Disponível em:

https://www.google.com.br/books/edition/A_matem%C3%A1tica_na_forma%C3%A7%C3%A3o_do_professor/a9q-EAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PP1&printsec=frontcover. Acesso em: 17 dez. 2025.

COMPLEMENTAR

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade:** história, teoria e pesquisa. 18.ed.

Campinas: Papirus, 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 36.ed. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 2014.

LIMA, Simone Marques. **Práticas pedagógicas de professores no ensino de**

matemática nos anos iniciais do ensino fundamental e a resolução de

problemas. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

346 p. Disponível em:

https://www.google.com.br/books/edition/Pr%C3%A1ticas_pedag%C3%B3gicas_d_e_professores_no/ZIQzEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=matem%C3%A1tica%20nos%20anos%20iniciais&pg=PP1&printsec=frontcover. Acesso em: 17 dez. 2025.

PARRA, C.; SAIZ, I. (org.). **Didática da Matemática:** Reflexões

Psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 1996. 258p.

VEIGA, I. P. A. **Formação de professores:** políticas e debates. 5.ed. São Paulo:

Cortez, 2012.

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Diversidade e Educação – Carga Horária Total: 90 horas, sendo que 20 horas são destinadas à Curricularização da Extensão e esta será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.
Ementa: Estudo dos conceitos de diversidade, identidade, igualdade e diferença, articulados à educação para os direitos humanos, ao multiculturalismo e às políticas públicas para a diversidade. Análise crítica das relações étnico-raciais, pedagogia antirracista, decolonialidade e aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Discussão sobre educação indígena, interseccionalidade entre classe, raça, gênero, sexualidades, religiosidades e demais marcadores sociais. Abordagem das violências simbólicas e discriminações na escola, clima escolar e convivência democrática. Observação e mediação de práticas pedagógicas culturalmente responsivas, currículo e representatividade, em articulação com o tema integrador do semestre e com as experiências extensionistas desenvolvidas no Projeto Integrador.
Referências Bibliográficas BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Brasília: SEPPIR, out. 2004. 262 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf Acesso em: 17 dez. 2025. BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006. 262 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: jul. 2020. RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. COMPLEMENTAR BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais - pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, MEC/SEF, v.2, 2.ed. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf. Acesso em: jul. 2020. FÁVERO, O.; IRELAND, T.D. Educação como exercício de diversidade. Brasília: Unesco, 2007. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. 1.ed. Brasília: Ministério da Educação, 2009. 455 p. (Educação para todos; 32). SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. Direitos humanos e as práticas de racismo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. 1 recurso online (287p.) (Temas de interesse do Legislativo; 19). Disponível em:

http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13516/direitos_humanos_santos.pdf?sequence=2. Acesso em: jul. 2020.

SILVA JÚNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira de (org.) **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: CEERT: Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores, 52p.2012. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192)

[2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: jul. 2020.

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa – Carga Horária: 70 horas
Ementa: Concepções de linguagem, língua e ensino. Evolução do currículo de Língua Portuguesa no Brasil. Contribuições da Linguística e da Sociolinguística. Compreensão da leitura e da escrita como práticas sociais. Ensino das estratégias de leitura. Trabalho com os gêneros do discurso. Estudo dos documentos oficiais que norteiam o ensino de Língua Portuguesa no país. Reflexões sobre práticas de leitura, produção escrita, oralidade e análise linguística/semiótica desenvolvidas nas salas de aula.
Referências Bibliográficas BÁSICA CASSEB-GALVÃO, Vânia; NEVES, Maria Helena de Moura. O todo da língua: teoria e prática do ensino de português. Parábola: 2017. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. SILVA, E. T. da. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011. COMPLEMENTAR BAGNO, M. A língua de Eulália: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 1997. BECHARA, E. Gramática fácil. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. 22. ed. São Paulo: Ática, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores da qualidade na educação: dimensão – ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. São Paulo: Ação Educativa/MEC, 2006. 20 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/indqual_2.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022. ESCRITORES da liberdade. Direção de Richard LaGravenese. EUA: Richard LaGravenese, 2007. (123 min.) GERALDI, J. W. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/587. Acesso em: 18 ago. 2022. SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 158 p. SOLÉ, I. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

5º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de História – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Natureza e objetivos do ensino de História enquanto componentes curriculares da educação infantil e do ensino fundamental. Reflexão crítica sobre a organização dos programas de ensino, propostas curriculares atuais, textos didáticos e outros materiais ou fontes. Novas metodologias do ensino de história. Subsídios para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.
Referências Bibliográficas BÁSICA BITTENCOURT, C. M. F. O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998. BORGES, V. P. O que é História? São Paulo: Brasiliense, 1980. PINSKY, J. O ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1997. COMPLEMENTAR BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. BLOCH, M. L. B. Apologia da história, ou, o ofício de historiador. São Paulo: Zahar, 2001. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: jul. 2020. HOBSBAW, E. Era dos Extremos: o breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 KARNAL, L. História na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

5º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Política e Organização da Educação Básica – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa:

Educação como política pública. Políticas e legislação da educação básica: aspectos históricos e sociopolíticos. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: impasses e perspectivas das políticas educacionais. Organização da educação básica: fundamentos legais, planos e programas no contexto nacional e no cenário da globalização. O sistema educacional brasileiro. Políticas curriculares e de financiamento da educação básica no Brasil. Planejamento, avaliação e gestão educacional. Os profissionais da educação.

Referências Bibliográficas**BÁSICA**

BRANDÃO, C. F. **LDB passo a passo:** Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei n. 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 5.ed. rev. atual. São Paulo: Avercamp, 2015.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F.de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Docência em formação saberes pedagógicos).

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil.** Brasília: MEC, 2006. 92p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; 7) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **O Sistema Nacional de Educação:** diversos olhares 80 anos após o manifesto. Brasília: MEC, 2014.

JEFFREY, D. C.; AGUILAR, L. E. (org.). **Política educacional brasileira:** análises e entraves: (níveis e modalidades). Campinas: Mercado de Letras, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB:** por uma outra política educacional. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. xvii, 317 p. (Educação contemporânea).

LUIZ, M. C. (org.) **Conselho escolar:** algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010. 151p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8683-livconselhos-ufscar-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: jul. 2020

5º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Projetos Integradores IV (Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 4º e 5º anos) – **Carga Horária Total:** 85 horas, sendo que 45 horas são destinadas à Curricularização da Extensão e esta será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

Ementa:

Projetos de extensão em escolas de Ensino Fundamental - 4º ao 5º anos, articulando teoria e prática no processo de identificação de demandas reais do cotidiano escolar, planejamento, execução, avaliação e socialização de ações pedagógicas que considerem a educação e o respeito à diversidade na infância, construídas em diálogo com a disciplina Diversidade e Educação, valorizando a educação para as relações étnico-raciais. Registro e reflexão das experiências extensionistas no contexto da curricularização da extensão.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.** Brasília: SEPPIR, out. 2004. 262 p.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf Acesso em: 17 dez. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006. 262 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: jul. 2020.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade:** história, teoria e pesquisa. 18.ed. Campinas: Papirus, 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 36.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

SILVA JÚNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira de (org.) **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** São Paulo: CEERT: Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores, 52p.2012. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 dez. 2025.

VEIGA, I. P. A. **Formação de professores:** políticas e debates. 5.ed. São Paulo:

Cortez, 2012.

6º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Educação Ambiental – **Carga Horária Total:** 70 horas, sendo que 20 horas são destinadas à Curricularização da Extensão e esta será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.

Ementa:

Contexto histórico da Educação Ambiental e desafios para o desenvolvimento sustentável. Aspectos legislativos e fundamentos que orientam a prática docente em Educação Ambiental. A formação do professor, desafios e caminhos para aprendizagens significativas em Educação Ambiental. Educação Ambiental para a mudança, reconhecendo o território, as vivências e a participação cidadã como fontes de sentido para as práticas escolares na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Jogos, brincadeiras e literatura infantil como estratégias lúdicas de sensibilização e construção de conhecimento. Observação e mediação pedagógica de práticas educativas voltadas à sustentabilidade, em articulação com o tema integrador do semestre e com as experiências extensionistas desenvolvidas no Projeto Integrador V.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

LAMIM-GUEDES, Valdir; MONTEIRO, Rafael de Araujo Arosa (orgs.). **Educação ambiental na educação básica:** entre a disciplinarização e a transversalidade da temática socioambiental [livro eletrônico]. Vários autores. 2.ed. São Paulo: Editora Na Raiz, 2019. p.131. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pNXnrSvSpHslrATjUdjnNVYTsaY8308/view>. Acesso em: 17 dez. 2025.

LISBOA, Cassiano Pamplona; KINDEL, Eunice Aita Isaia (org.). **Educação ambiental:** da teoria à prática. Porto Alegre: Mediação, 2012. 144 p.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental:** conceitos e princípios. 1.ed. Belo Horizonte: FEAM, 2002. 64p. Disponível em: https://jbb.ibict.br/bitstream/1/494/1/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

COMPLEMENTAR

BARCELOS, V. **Educação Ambiental e complexidade.** Santa Catarina: EDUNISC, 2008.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papirus, 1995. 107p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

LAMIM-GUEDES, Valdir; MONTEIRO, Rafael de Araujo Arosa (orgs.). **Educação Ambiental na Prática:** Transversalidade da temática socioambiental [Livro eletrônico]. Vários autores. São Paulo: Editora Na Raiz, 2020. 196p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1a1-mhxNbWmIL6oq-gBO_GiAXrbffVZ7e/view. Acesso em: 17 dez. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 17 dez. 2025.

PENTEADO, H. D. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

6º Período – Disciplina Obrigatória**Disciplina:** Metodologia do Ensino da Geografia – **Carga Horária:** 60 horas**Ementa:**

O ensino das noções de espacialidade e temporalidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Cartografia e alfabetização cartográfica no desenvolvimento da noção espacial e na leitura do mundo pelas crianças. Aplicando as principais categorias e conceitos da Geografia a partir das relações cidade-campo: a construção da identidade, cidadania e sustentabilidade a partir do espaço sensorial-afetivo no cotidiano infantil. Ressignificando o conhecimento e a percepção do espaço a partir das esferas da Terra. Prática educativa no contexto da evolução do pensamento geográfico. Tendências metodológicas no ensino de Geografia.

Referências Bibliográficas**BÁSICA**

LESANN, Janine. **Geografia no ensino fundamental I**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. 177 p. (Formação docente 1).

PENTEADO, H. D. **Metodologia do ensino de história e geografia**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2017. 256p.

GERARDI, L. H. de O.; CARVALHO, P.de. **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: Ed. UNESP, 2006. 440 p. Disponível em:

http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/dowgeografia.php. Acesso em: ago 2020.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

CARLOS, A. F. A. et al. (org.) **Geografia na sala de aula: práticas e reflexões**. 9.ed. Porto Alegre: Editora Contexto, 2009. 144p.

CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 12. ed. 2017. 144p.

FERRETTI, Eliane Regina. **Geografia em ação, práticas em climatologia**. 2.ed. Curitiba: Aymará, 2012. 127 p.

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2018. 383 p.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de Ciências – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Estudo dos fundamentos da produção e divulgação do conhecimento científico e suas relações com o Ensino de Ciências. O Ensino de Ciências por investigação. Alfabetização científica e as relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade, Ambiente e as Questões sociocientíficas. O Ensino de Ciências na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Planejamento de aulas e avaliação. Produção de recursos didáticos.
Referências Bibliográficas BÁSICA ARCE, A.; SILVA, D. A. S. M. da; VAROTTO, M. Ensinando ciências na educação infantil. Campinas: Alínea, 2011. 133 p. DELIZOICOV, D.; SILVA, A. F.G. da (Colab.). Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p. (Docência em formação - ensino fundamental). GERALDO, A. C. H. Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2009. xii, 170p. (Formação de professores). TRIVELATO, Sílvia; SILVA, Rosana Louro Ferreira. Ensino de ciências. São Paulo: Cengage Learning, c2012. 133 p. (Ideias em ação). COMPLEMENTAR ASTOLFI, J. P; DEVELAY, M. Didática das ciências. 16.ed. Campinas: Papirus, 2011. 123p. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: jul. 2020. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2014. PENTEADO, H. D. Meio Ambiente e Formação de Professores. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

6º Período – Disciplina Obrigatória	
Disciplina: Pesquisa em Educação – Carga Horária: 60 horas	
Ementa: Classificação das pesquisas quanto às suas abordagens (quantitativa, qualitativa e mista); quanto ao seu objetivo de estudo; quanto ao procedimento técnico. Tópicos em Letramento Acadêmico. Etapas para produção de projeto de pesquisa, artigo e resumo expandido. Estrutura teórica-metodológica do Relato de Experiência. Aspectos éticos da pesquisa em Educação. Comitê de Ética em Pesquisa.	
Referências Bibliográficas BÁSICA FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). A Pesquisa em educação e as transformações do conhecimento . 12.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 159 p. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado . 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 239 p. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 13.ed. São Paulo: Atlas, 2019.	
COMPLEMENTAR FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional . 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013. 112 p. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 312p. UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos: Citação e Referência: ABNT . São Paulo: UNESP, 2023. 68p. Disponível em: https://www2.unesp.br/Home/cgb/graduacao/abnt-atualizado-fev-2024-3.pdf . Acesso em: 08 dez. 2025.	

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Neuroeducação – Carga Horária: 50 horas
Ementa: Fundamentos da neurociência aplicados à educação. Noções sobre o Sistema Nervoso Central, o desenvolvimento cerebral e sua relação com a aprendizagem. Funções cognitivas e executivas — atenção, memória, linguagem, emoções, motivação, pensamento e raciocínio — e sua importância nos processos de aprender. Fatores ambientais e estressores e seus impactos na aprendizagem. Fatores ambientais e estressores e seus impactos nos processos de aprender. A neurociência nos primeiros anos do Ensino Fundamental: adaptação, alfabetização e os recursos cognitivos envolvidos em aprender a ler e escrever. Neuromitos e o uso crítico de conhecimentos neurocientíficos. Estratégias didáticas baseadas em evidências para favorecer a aprendizagem.
Referências Bibliográficas BÁSICA AMARAL, Ana Luiza Neiva; GUERRA, Leonor Bezerra. Neurociência e educação: olhando para o futuro da aprendizagem. Brasília: SESI/Portal da Indústria, out. 2022. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/24/33/24331119-5631-42c0-b141-9821064c820c/neurociencia_e_educacao_2022.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025. ATAGIBA, Daniela Carla; SILVA, Sirlene Carla. Neurociência Educacional. 1.ed. São Paulo: InterSaberes, 2022. 302p. COSENZA, Ramon Moreira; GUERRA, Leonor Bezerra. Neurociência e Educação: como o cérebro aprende. 1.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011. 151p. COMPLEMENTAR BRITES, C.; BRITES, L. M. D.; ALMEIDA, R. P. Neurociências e aprendizagem: alicerçando caminhos para a educação de resultados. 1.ed. Londrina: Neurosaber, 2022. 266p. BRITES, Luciana; ALMEIDA, Roselaine, Pondes de. (orgs.) Neurociência e Educação: caminhos para melhorar o ensino, transformar escolas e impactar a sociedade. Londrina: NeuroSaber. 2024. 259p. BRITES, Luciana; ALMEIDA, Roselaine, Pondes de. (orgs.). Alfabetização: da ciência cognitiva à prática escolar. v.2, Londrina: NeuroSaber, 2023. 296p. DEHAENE, Stanislas. Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012. 372p. MORAIS, EVERTON ADRIANO DE. Neurociência das emoções. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2020.

6º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Projetos Integradores V (Séries Iniciais do Ensino Fundamental) - Carga Horária Total: 85 horas, sendo que 45 horas são destinadas à Curricularização da Extensão e esta será desenvolvida em consonância com o Art. 14, inciso III, § 6º da Resolução CNE/CP nº 04/2024.
Ementa: Projetos de extensão nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando teoria e prática no processo de identificação de demandas reais do cotidiano escolar, planejamento, execução, avaliação e socialização de ações pedagógicas voltadas à educação para a sustentabilidade, construídas em diálogo com a disciplina Educação Ambiental, valorizando o protagonismo e a relação das crianças com o território, a participação cidadã e a sensibilização para mudanças de postura frente às questões socioambientais. Registro e reflexão das experiências extensionistas no contexto da curricularização da extensão.
Referências Bibliográficas BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 17 dez. 2025. ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 17 dez. 2025. LAMIM-GUEDES, Valdir; MONTEIRO, Rafael de Araujo Arosa (orgs.). Educação ambiental na educação básica: entre a disciplinarização e a transversalidade da temática socioambiental [livro eletrônico]. Vários autores. 2.ed. São Paulo: Editora Na Raiz, 2019. p.131. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1pNXnrSvSpHslrATjUdjnNVYTsaArY8308/view. Acesso em: 17 dez. 2025. COMPLEMENTAR FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 36.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. GERALDO, A. C. H. Didática das ciências naturais na perspectiva histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2009. LAMIM-GUEDES, Valdir; MONTEIRO, Rafael de Araujo Arosa (orgs.). Educação Ambiental na Prática: Transversalidade da temática socioambiental [Livro eletrônico]. Vários autores. São Paulo: Editora Na Raiz, 2020. 196p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1a1-mhxNbWmIL6oq-gBO_GiAXrbffVZ7e/view. Acesso em: 17 dez. 2025. MARCATTO, Celso. Educação ambiental: conceitos e princípios. 1.ed. Belo

Horizonte: FEAM, 2002. 64p. Disponível em:
https://jbb.ibict.br/bitstream/1/494/1/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf
f. Acesso em: 17 dez. 2025.
VEIGA, I. P. A. **Formação de professores**: políticas e debates. 5.ed. São Paulo:
Cortez, 2012.

7º Período – Disciplina Obrigatória**Disciplina: Educação do Campo – Carga Horária: 60 horas****Ementa:**

Educação do Campo: história e desenvolvimento. Legislações, políticas e programas de Educação no Campo. Currículo e Educação do Campo. Concepções teórico-metodológicas da Educação do Campo. Os sujeitos da Educação do Campo. O papel dos movimentos sociais na luta pela educação do campo, entre eles o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Práticas pedagógicas da Educação do Campo.

Referências Bibliográficas**BÁSICA**

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NETO, Luiz Bezerra. **Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

SANTOS, Clarice Aparecida dos (org.). **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação**. - Brasília: Incra; MDA, 2008.

COMPLEMENTAR

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2013.

KOLLING, E.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (orgs.). **Educação do campo: identidade e política**. Brasília/DF. Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Aracy Alves. (orgs.). **Educação do campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SANTOS, Arlete Ramos dos; SILVA, Geovani de Jesus; OLIVEIRA, Julia Maria da Silva; COELHO, Livia Andrade (orgs) **Educação do campo: políticas e práticas**. Ilhéus, BA: Editus, 2020.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

7º Período – Disciplina Obrigatória

Disciplina: Fundamentos e Alfabetização na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) – **Carga Horária:** 80 horas

Ementa:

Fundamentos históricos, filosóficos, sociais, políticos e pedagógicos da educação de jovens, adultos e idosos no Brasil. Legislação, políticas públicas e programas da EJAI no Brasil. A concepção de educação ao longo da vida e a diversidade dos sujeitos jovens, adultos e idosos. Pressupostos teórico-metodológicos da educação de jovens, adultos e idosos. Mundo do trabalho, cidadania e inclusão na EJAI. Alfabetização e letramento na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). O conceito freireano de alfabetização de adultos e a educação popular. Currículo, mediações e propostas didático-pedagógicas para a EJAI nos anos iniciais de escolarização básica.

Referências Bibliográficas**BÁSICA**

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 55.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
PAIVA, V. P. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.
SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2020**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: jun. 2020.
CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos**: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012. 150 p. (Educação em direitos humanos).
GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (org.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013. 160 p.
PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Marcia Cristina de. **Educação de jovens e adultos**: a educação ao longo da vida. Curitiba: IBPEX, 2011. 94 p.
SIQUEIRA, Antonio Rodolfo de; GUIDOTTI, Viviane. **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: SER-SAGAH, 2017. E-book.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Saúde da Criança – Carga Horária: 40 horas
Ementa: Saúde da criança de 0 a 10 anos. Políticas de atenção à saúde da criança. Programas de saúde, higiene e nutrição infantil. Crescimento e desenvolvimento infantil. Imunização na infância. Prevenção de acidentes na infância. Violência contra criança e as redes de proteção social. Os direitos da criança.
Referências Bibliográficas BÁSICA BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33). Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/cab-no-33-saude-da-crianca-crescimento-e-desenvolvimento/ Acesso em: jul. 2020. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf. Acesso em: jul. 2020. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. Disponível em: http://www.acessibilidade.net/at/kit2004/Programas%20CD/ATs/cnotinfor/Relatorio_Inclusiva/report_adaptacao_curricular_pt.html. Acesso em: jul. 2020. COMPLEMENTAR BEE, H. A criança em desenvolvimento. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. BRASIL, Ministério da Saúde. Caderneta da Saúde da Criança. 5.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_crianca_menino.pdf. Acesso em: jul. 2020. BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.1-2 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: jul. 2020. BRASIL. Ministério da Criança. Estatuto da criança e do adolescente. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: jul. 2020. FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf. Acesso em: jul. 2020.

7º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Inter-relação entre pesquisa, ensino e prática no campo educacional a partir de suas instâncias epistemológicas, pedagógicas e didáticas. Elaboração do trabalho científico: Relato de Experiência vivenciada em algum dos componentes curriculares do curso. Etapas de elaboração do Relato de Experiência: Introdução e Campo teórico; Procedimentos metodológicos; Resultados e Discussão; Considerações finais; Referências Bibliográficas; Título; Resumo e Palavras-chave. Normas ABNT. Normas para elaboração e defesa na Banca de Qualificação do Trabalho de Conclusão de Curso.
Referências Bibliográficas BÁSICA MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 239 p. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p. ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 82 p. COMPLEMENTAR FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). Metodologia da pesquisa educacional. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 212 p. IFSULDEMINAS. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2018. 91p. Disponível em: https://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/images/2020/02/biblioteca/Manual_TCC_IFSULDEMINAS.pdf. Acesso em: ago 2020. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2019. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2015. 288 p. SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 8.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 158 p.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Tecnologias: instrumentais, intelectuais e educacionais; Espaços diferenciados de aprendizagem; Mídias na Educação; Informática na Educação; Softwares Educacionais; Objetos de Aprendizagem; Redes Virtuais de Aprendizagem. Metodologias ativas para educação.
Referências Bibliográficas BÁSICA BACICH, Lilian; MORÁN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p. CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A Sala de Aula Inovadora: Estratégias Pedagógicas para Fomentar o Aprendizado Ativo. Editora Penso, 2018. 144p. SOBRAL, A. V. Internet na escola: o que é? Como se faz? 3.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2002. COMPLEMENTAR FERRETI, C. J.; FRANCO, M. L.; ZIBAS, D. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. FREIRE, W. (org). Tecnologia e educação: as mídias na prática docente. Rio de Janeiro: Wak, 2008. KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 8.ed. Campinas: Papirus, 2010. MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012. TAJRA, S. F. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor. São Paulo: Érica, 2012.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Gestão Escolar – Carga Horária: 50 horas
Ementa: Educação escolar e não escolar. Instituições escolares ou não escolares. Gestão democrática. Papel do gestor. Organização do trabalho pedagógico. Superação da dicotomia entre os aspectos administrativos e pedagógicos da gestão.
Referências Bibliográficas BÁSICA CONTI, C. L. A; RISCAL, S. A.; SANTOS, F. dos R. Organização escolar: da administração tradicional à gestão democrática. São Carlos: EdUFSCar, 2012. 105 p. (Coleção UAB-UFSCar). Disponível em: http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2729/1/Pe_Flavi_oReis_OrganizacaoEscolar.pdf. Acesso em: jul. 2020. LUCK, H. Liderança em gestão escolar. v. 4, 9. ed. Editora Vozes, 2014. 168p. PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2012. COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho escolar e direitos humanos. Brasília: MEC, 2008. 108p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; 11) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=752-cad-11-seb&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: jul. 2020. LUCH, H. Gestão participativa na escola. v.3, 11. ed. Editora Vozes, 2013. 128p. PARO, Vitor Henrique. Diretor escolar: educador ou gerente? 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015. PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. 1.ed. Editora Xamã. 2001 SANTOS, C. R. A gestão educacional e escolar para a modernidade. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

8º Período – Disciplina Obrigatória**Disciplina: Avaliação de Sistemas Educacionais – Carga Horária: 40 horas****Ementa:**

Conceitos e contextualização histórica da avaliação de sistemas educacionais. Fundamentos legais da avaliação de sistemas educacionais. As atuais políticas de avaliação educacional nas três esferas públicas: federal, estadual e municipal e seus instrumentos. As avaliações em larga escala, os indicadores e resultados educacionais: desafios e perspectivas. A avaliação de sistemas educacionais e suas inter-relações com a avaliação da aprendizagem.

Referências Bibliográficas**BÁSICA**

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. E-book.

LÜCK, Heloísa. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional**. Rio Janeiro: Vozes, 2013.

COMPLEMENTAR

ARREDONDO, Santiago Castillo; DIAGO, Jesus Cabrerizo. **Avaliação educacional e promoção escolar**. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regularização das aprendizagens : entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, Clóvis Roberto dos (org.); FERREIRA, Maria Cecília Iannuzzi (coord.). **Avaliação educacional**: um olhar reflexivo sobre a sua prática. São Paulo: Avercamp, 2005.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória**: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Compreensão da surdez em suas dimensões educacionais, culturais e socioantropológicas. Fundamentos da educação bilíngue para surdos, legislação e direitos linguísticos. Estudo introdutório da Libras: aspectos visuais, parâmetros, estrutura gramatical básica e variação linguística. Práticas iniciais de comunicação em Libras aplicadas ao contexto escolar. Análise do papel do professor na escolarização de estudantes surdos e das relações colaborativas entre professor regente, professor bilíngue e intérprete educacional.
Referências Bibliográficas BÁSICA FIGUEIRA, A. S. Material de Apoio para o aprendizado em LIBRAS. Porto Alegre: mediação, 2011. GESSER, A. LIBRAS: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. COMPLEMENTAR ALMEIDA, E. C. de.; DUARTE, P. M. Atividades ilustradas em sinais da LIBRAS. São Paulo: Revinter, 2004. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008. 352 p. LACERDA, C. B. F.de. Intérprete de LIBRAS. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. REIS, B. A. C. dos; SEGALLA, S.R. ABC em LIBRAS. São Paulo: Panda Books, 2009. SANTANA, A. P. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Educação Inclusiva – Carga Horária: 70 horas
Ementa: História e fundamentos da educação inclusiva. Políticas públicas, direitos educacionais e eliminação de barreiras à participação. Concepções contemporâneas de deficiência e diversidade. Características dos sujeitos da educação especial e seus processos de aprendizagem. Práticas pedagógicas inclusivas: adaptação curricular, estratégias de ensino e avaliação acessível. Organização do AEE, tecnologias assistivas e acessibilidade. Trabalho colaborativo entre professor regente, AEE, profissionais de apoio e demais especialistas no contexto escolar.
Referências Bibliográficas BÁSICA BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.146 de 6 de julho/2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf Acesso em: ago. 2020. DIAS, Félix et al. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas, 2009. Disponível em: http://books.scielo.org/id/rp6gk. Acesso em: jul. 2020. MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (org.) O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 491p., 2012. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm. Acesso em: jul. 2020. COMPLEMENTAR BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 128 p. CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Belo Horizonte: Mediação, 2004. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015. 95p. (Coleção novas arquiteturas pedagógicas). MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; PLETSCHE, Márcia Denise; HOSTINS, Regina Célia Linhares (Org.) Educação especial e/na educação básica: entre especificidades e indissociabilidades [recurso eletrônico] 1.ed. - Araraquara [SP]: Junqueira & Marin, 2019. 571p. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/ebook-educacao-especial-e-na-educacao-basica.pdf. Acesso em: jul. 2020. MENDES, Rodrigo Hübner; CAVALHERO, José; GITAHY, Ana Maria Caira. Artes visuais na educação inclusiva: metodologias e práticas do Instituto Rodrigo Mendes. São Paulo: Peirópolis, 2010. 143 p.

8º Período – Disciplina Obrigatória
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II – Carga Horária: 40 horas
Ementa: Orientações para a finalização da escrita do trabalho científico a partir das contribuições dos avaliadores da Banca de Qualificação. Normas para a elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso Final.
Referências Bibliográficas BÁSICA GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado.... 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 239 p. PEREIRA, Maurício Gomes. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 383 p. COMPLEMENTAR ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 82 p. FAZENDA, I.C.A. Metodologia da pesquisa educacional. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 212 p. IFSULDEMINAS. Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2018. 91p. Disponível em: https://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/images/2020/02/biblioteca/Manual_TCC_IFSULDEMINAS.pdf. Acesso em: ago 2020. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2015. 288 p. SANTOS, Clóvis Roberto dos Santos. Trabalho de Conclusão de Curso – Guia de Elaboração Passo a Passo. São Paulo: Cengage. Learning, 2010.

12. BIBLIOTECAS DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL

O IFSULDEMINAS ciente que o MEC estabelece os critérios para o funcionamento das bibliotecas nos polos de apoio presencial, baseia-se no documento “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” que estabelece que os mesmos cursos devam ter em sua infraestrutura de apoio polos com uma biblioteca contendo: “[...] um acervo mínimo para possibilitar acesso dos educandos à bibliografia, além do material instrucional utilizado pelo curso; sistema de empréstimo de livros e periódicos ligados à sede da IES para possibilitar acesso à bibliografia mais completa, além do disponibilizado no polo” (Brasil, 2007, p.19).

Ainda de acordo com o documento supracitado, é importante que as bibliotecas dos polos possuam acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas ministradas nos cursos ofertados. Seguindo a concepção de amplitude de meios de comunicação e informação da educação à distância, o material oferecido na biblioteca deve ser disponibilizado igualmente em diferentes mídias. Neste sentido, as bibliotecas dos polos de apoio presencial no qual o curso é ofertado devem possuir estrutura completa, que atenda às necessidades do curso. Descreve-se a seguir a infraestrutura da Biblioteca do Campus Muzambinho, proponente do curso.

É importante enfatizar a disponibilização da Biblioteca Virtual Pearson, contratada pelo IFSULDEMINAS. Assim, com o objetivo de padronizar procedimentos, otimizar o tratamento do acervo e tornar a recuperação das informações mais eficiente, além de proporcionar maior rapidez e comodidade aos utilizadores, a Biblioteca decidiu integrar os livros da Biblioteca Virtual Pearson ao Sistema de Gestão de Bibliotecas Pergamum. Com essa integração, ao efetuarem uma pesquisa, os utilizadores passam a visualizar, nos resultados, tanto as obras registradas no Sistema Pergamum quanto aquelas disponíveis na Plataforma Pearson.

12.1 Biblioteca do Campus proponente – Polo Muzambinho

A Biblioteca "Monteiro Lobato" conta com uma área de 713,3m², sendo a área do acervo equivalente a 93m², e está situada em área central, privilegiada, no Campus Muzambinho. Encontra-se aberta de segunda-feira a sexta-feira, para o atendimento diário a comunidade interna e externa (público geral), e aos sábados quando há encontros presenciais do curso de Pedagogia.

O prédio da biblioteca é dotado de 15 computadores, sendo 4 para uso dos servidores, 9 para uso de educandos/visitantes e 2 destinados à consulta de livros do acervo através do programa Pergamum. Dispõe de um aparelho de telefone IP que permite fazer ligações interna e externa, impressora a laser e acesso Wi-Fi, oferecendo internet a todos os usuários. Conta ainda com Sala para estudo individual, Sala de estudos em grupo, Sala de processamento técnico - reservada para o tratamento do material bibliográfico, bem como elevador para acesso às pessoas com necessidades educacionais específicas.

O acervo é composto por aproximadamente 17.000 exemplares (dados do 1º semestre de 2022) entre documentos como livros, monografias, teses, dissertações, DVDs, obras de referência e periódicos. O acervo bibliográfico virtual tem como suporte a Plataforma Virtual Pearson. Todo o acervo está tombado junto ao patrimônio da IES e gerenciado pelo Sistema Pergamum sendo os serviços on-line, com acesso via internet.

O acervo bibliográfico virtual tem como suporte a Plataforma Digital "Pearson". Já o acervo da biblioteca é aberto, de livre acesso às estantes. As obras estão arranjadas por assunto de acordo com Classificação Decimal Dewey (CDD), por autor segundo a tabela (PHA) e catalogado de forma descritiva, conforme o Anglo Americano (AACR2). Para consulta ao acervo, a biblioteca disponibiliza aos usuários terminal de consulta local e via internet.

O empréstimo domiciliar de materiais é permitido para educandos devidamente matriculados, sendo disponibilizados até 5 materiais por 7 dias seguidos. Para professores, tutores e servidores terceirizados o empréstimo é de até 10 materiais por 15 dias seguidos. Os usuários podem se cadastrar no balcão de atendimento ou virtualmente através da página da Pearson.

É importante ressaltar que todas as bibliotecas do IFSULDEMINAS possuem um sistema interligado denominado "Meu Pergamum" que permite aos usuários consultarem o acervo, reserva de livros, renovação on-line e consulta de débitos referentes ao acervo de todos os campi-polo.

Para melhor atendimento aos usuários, a biblioteca conta com parcerias e convênios: Catálogo Coletivo Nacional (CCN), Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Nacional e Sistema de Bibliotecas Pergamum. Em relação a periódicos, além do Portal de Periódicos Capes (com mais de 37 mil periódicos disponíveis), a biblioteca Monteiro Lobato dispõe de acesso ao Scielo e LivRe que apresentam uma grande robustez de informação, além dos Portais de Periódicos de Acesso Aberto (*Open Acess*) das principais instituições, tais como, UNICAMP, USP e UFSC, etc.

Vale ressaltar que o Campus Muzambinho procura sempre inovar seus serviços, oferecendo na biblioteca auxílio na pesquisa do acervo local, divulgação de novas aquisições, catálogo online, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos (ABNT), catalogação na fonte, levantamento bibliográfico e empréstimo entre Bibliotecas (EEB) via serviço de malotes, que atende às solicitações de obras que não constam no acervo do campus Muzambinho. Mantém convênio com o Programa de Comutação Bibliográfica (Comut) que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos (solicitação de partes de teses, monografias, artigos de revistas, por educandos, professores e pesquisadores) disponíveis nas principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais.

Atenta à sua missão, a biblioteca oferece capacitação aos usuários sobre o Sistema Pergamum e suas funcionalidades, a exemplos: Empréstimo, devolução, renovação e reserva; Visita guiada - apresentados aos novos usuários o funcionamento da Biblioteca a fim de torná-los autônomos e aptos à plena utilização dos espaços disponíveis e dos serviços oferecidos; Orientação na elaboração das referências e citações segundo normas ABNT; Apresentação do portal de Periódicos da Capes e orientação sobre as bases de dados disponíveis. Realiza-se também, preferencialmente na Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, atividades educativas e eventos culturais. Conta com dois projetos de incentivo à leitura: Projeto Mais Leitores - em que são premiados semestralmente os usuários que mais solicitam empréstimo de livros, e o Projeto Clube do Livro, com reuniões mensais onde se debate sobre um livro previamente escolhido e lido.

Quanto ao acervo específico do curso de Licenciatura em Pedagogia, a biblioteca dispõe de exemplares da Bibliografia Básica que atendem à demanda do curso, estando o acervo referendado por relatório de adequação validado pelos membros do NDE do curso. Quanto ao acesso dos educandos, será disponibilizado aos avaliadores relatório, emitido pelo Sistema Integrado de Biblioteca "*Pergamum*", que informa o quantitativo (número de exemplares e número de empréstimos) por obra, além do Plano de Contingência.

As bibliografias básicas e complementares do curso de Licenciatura em Pedagogia contam também com o suporte da Biblioteca Virtual Pearson possuindo um contrato de acesso firmado entre a IES e a empresa representante da Plataforma, que permite o acesso a mais de 13 mil títulos das principais editoras acadêmicas do país, 24 horas por dia e 7 dias por semana, de qualquer lugar com acesso à internet. Tanto o acervo físico quanto o virtual

possuem garantia de acesso, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda.

Para a garantia de acesso a Biblioteca Pearson, a biblioteca conta com 10 computadores conectados à internet, além de rede sem fio (Wi-Fi), o que permite aos usuários conectarem a internet utilizando dispositivos próprios, tais como, notebooks, tablets e ou smartphones. É disponibilizado também dois computadores para autoatendimento onde é possível realizar pesquisas dos acervos (físico e on-line).

Objetivando a unicidade de procedimentos, a facilidade no tratamento das obras e a eficiente recuperação das informações, e para maior agilidade e facilidade aos usuários, a Biblioteca optou por migrar os livros da Biblioteca Virtual Pearson para o Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas Pergamum. Com essa unificação os usuários ao realizarem uma determinada pesquisa, os resultados gerados mostram as obras que estão cadastradas no Sistema Pergamum e as obras disponíveis na Plataforma Pearson.

13. METODOLOGIA

Saviani (2003, p.13) afirma que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. A partir dessa fundamentação teórica, ao pensar a metodologia do curso, o Núcleo Docente Estruturante se baseou nas concepções de docente, professor mediador/tutor e educando enquanto sujeitos historicamente constituídos e de construção do conhecimento como produto de um processo ativo de mediação constante entre sujeito, ambiente e os saberes individuais e os saberes expressos nos componentes disciplinares e nas metodologias de ensino preconizadas no curso e no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

No decorrer dos oito períodos do curso os componentes curriculares, articulados aos oito temas integradores, a saber: *Brincar como Linguagem da Infância* (1º período), *Infância e Desenvolvimento Integral: Corpo, Emoção e Aprendizagem* (2º período), *Saberes das Crianças e Processos de Aprendizagem* (3º período), *Ler, Contar e Escrever: a Cultura da Palavra na Educação* (4º período), *Educação, Linguagens e Diversidade* (5º período), *Educação para a Sustentabilidade: Ciência, Território e Cidadania* (6º período), *Educação, Cidadania e Direitos Humanos* (7º período), *Escola e Comunidade: Territórios da Democracia e Educação Inclusiva* (8º período), são apresentados,

refletidos, discutidos e desenvolvidos pelos agente do processo didático-pedagógico por meio de metodologias ativas, tendo como suporte: o material apostilado - textos organizados com o referencial teórico norteador do conteúdo que permite ao acadêmico conhecer os fundamentos teóricos de cada área de conhecimento do curso; as videoaulas - discutem a temática da semana, ampliam o referencial teórico e relacionam as possibilidades que a teoria permite na intervenção prática da futura profissão; os vídeos complementares de diferentes profissionais da educação - para não se restringir somente ao olhar do professor aos fundamentos teóricos, discutem a temática e contribuem para ampliar o entendimento teórico. Destacamos o uso permanente de atividades avaliativas diversificadas que permitem que as metodologias sejam variadas a cada semana. Dentre a gama de ferramentas disponíveis no AVA temos questionário, cruzadinha, tarefa (texto online e envio de arquivos), wiki, glossário e fóruns.

Para além das possibilidades avaliativas oferecidas pelo AVA, nos momentos de encontro presencial obrigatórios, as atividades avaliativas compõem um importante aspecto teórico-metodológico do curso. Os momentos de trabalho em grupo constituem importante estratégia para construção de habilidades de competências de âmbito conceitual/factual, atitudinal e procedimental. Essa metodologia de trabalho, além de favorecer a construção dos conhecimentos, oferece oportunidades simultâneas a todos, respeitando todos os tipos de aprendizagem e atendendo a uma ampla gama de objetivos.

Em alinhamento com a nossa opção metodológica de estimular e valorizar a interação entre todos os sujeitos do processo pedagógico, contamos com os Fóruns, que se configuram como importante ferramenta de estímulo à aprendizagem dialógica. Os Fóruns são muito utilizados para promoção da interação e comunicação entre os usuários do curso: Fórum de Dúvidas Semanal de cada disciplina – educandos apresentam dúvidas referentes ao conteúdo da semana e das atividades; Fórum de Dúvidas para Webconferência - os educandos postam dúvidas ou conteúdos que precisam ser abordados pelo docente no momento de aula síncrona.

Como prática metodológica para atendimento dos educandos, os mediadores pedagógicos utilizam encontros via Google Meet, para sanar dúvidas pontuais a grupos específicos de educandos. No AVA, há, ainda, um Fórum oculto aos educandos

– Fórum Mediadores Pedagógicos x Professor, onde os mediadores pedagógicos enviam dúvidas e feedbacks semanais sobre o andamento das

atividades da disciplina aos docentes. Essa devolutiva semanal que o professor mediador/tutor faz é um elemento norteador à sequência do trabalho do docente, que se julgar necessário, pode acrescentar, transformar, adequar elementos na sequência de seu trabalho, como por exemplo, gravar nova videoaula para esclarecer dúvidas, articular saberes com a prática educativa ou até mesmo estabelecer relações entre os conteúdos estudados no decorrer das semanas, rompendo assim, a fragmentação do ensino, proporcionando ao acadêmico melhor compreensão dos assuntos estudados. Em caso de dúvida ou sugestão, mediadores pedagógicos e docentes têm à sua disponibilidade uma cópia das mensagens transmitidas via plataforma, encaminhada ao e-mail de cada usuário, evitando ruídos na comunicação.

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE, criado no campus Muzambinho objetiva a promoção da integração entre os cursos graduação/licenciatura e a articulação com os projetos PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e Novos Talentos. Com a implantação das unidades, foi possível incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas, elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar, uso de tecnologia da informação e comunicação e amparar projetos que envolvem pesquisa e extensão, conforme preconizado no PPC do curso.

Nesse contexto, destaca-se também, o Espaço *Maker* do IFSULDEMINAS, uma vez que o movimento maker apresenta iniciativas que podem ser aplicadas como alternativa aos momentos tradicionais de ensino. O foco em projetos coletivos, multidisciplinares, empoderamento do aprendiz e a resolução de problemas complexos do mundo real, são propostas dessa vertente que visa ensinar conceitos teóricos através da prática em ambientes assistidos pela tecnologia.

A metodologia proposta para as disciplinas *Projetos Integradores* é inovadora e exitosa, ao proporcionar, a partir de observações *in loco* no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental, a proposição de projetos que tenham potencial de promover melhorias para o ambiente escolar (local).

Outro destaque metodológico inovador é a proposta de elaboração do TCC. Nossos trabalhos de conclusão de curso devem ser elaborados a partir de alguma experiência prática vivenciada durante o curso, seja no Estágio, Projeto de Pesquisa, Projeto de Extensão ou Projeto Integrador, proporcionando a integração dos componentes curriculares do curso, como aprofundamento e continuidade das atividades vivenciadas, como objeto de estudo e pesquisa ao

longo dos semestres.

Imbuídos do propósito de desenvolver estratégias efetivas de aprendizagem, dando aos nossos educandos todo o suporte para o seu desempenho autônomo ao longo do curso, iniciamos o seu percurso formativo com a disciplina - *Educação em Ambientes Digitais*, estratégia adotada para que o ingressante se sinta seguro no curso e tenha acompanhamento para desenvolver as habilidades mínimas necessárias ao desempenho de suas atividades acadêmicas. Neste quesito, exitoso e inovador, introduz-se novas formas de interação entre educandos e mediadores pedagógicos que visam ampliar a capacidade de acompanhamento efetivo deles, de forma cotidiana e personalizada, a fim de evitar a evasão.

A diversificação das metodologias é valorizada, incentivada e concretizada tanto de forma presencial (momento em que educandos vivenciam a realidade escolar, por meio das disciplinas Projetos Integradores, Estágio Supervisionado ou TCC, encontros presenciais) quanto virtual (TIC's e recursos disponíveis no AVA), por meio de seminários, trabalhos de campo, pesquisas em bibliotecas, projetos, teatros, leituras, dramatizações, expressão corporal, jogos pedagógicos, entre outros. Em especial, ressaltamos as atividades em grupo como importante momento de aprendizagem, pois há a interlocução com os membros do grupo, a socialização entre os pares e a devolutiva do tutor.

Neste sentido, as metodologias do curso permitem que nosso acadêmico seja sujeito de sua própria aprendizagem, e que juntamente com o docente e o professor mediador/tutor, experiencie uma aprendizagem significativa e ativa no decorrer das disciplinas ofertadas no curso. Dentro do nosso pressuposto metodológico encontramos o empenho da equipe gestora dos processos didático-pedagógicos em estimular o desenvolvimento da autonomia dos nossos educandos em construção de forma dinâmica e participativa os seus aprendizados. Foram essas as reflexões que subsidiaram o NDE na proposição da metodologia do curso, entendida como um caminho que parte do perfil desejado para nosso egresso, da coerência entre o que se faz na formação do licenciando e o que se espera dele como futuro professor.

13.1. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDICs no processo de ensino e de aprendizagem

São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, com destaque para aquelas ferramentas disponíveis no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Moodle.

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) integram boa parte da vida acadêmica dos educandos do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS, uma vez que o oferecimento de cursos nas modalidades semipresencial e a distância só é possível devido ao uso e evolução das TDICs. Neste sentido, as TDICs estão presentes no dia a dia do nosso educando, desde o acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - nossa sala de aula virtual, ao início de uma disciplina, até as avaliações presenciais, ao término de cada disciplina, que comumente se utilizam de salas de aula com recursos multimídias ou laboratórios de informática.

O AVA do curso se define para além de simples repositório de textos, imagens e vídeos. Dentro dos princípios da aprendizagem e-learning é configurado para garantir aos usuários do curso uma diversidade de ferramentas síncronas e assíncronas que oportunizam novas competências, habilidades, formas de ser e fazer educando e docente, facilitando o processo de ensino aprendizagem, além de torná-lo mais prazeroso. Permitem a execução do Projeto Pedagógico do Curso, que prima pelo uso de ferramentas como enquete, webconferência, mensagem, glossário, tarefa, questionário, fórum e wiki.

Para cumprir os objetivos mínimos previstos considera-se necessário que o AVA contenha recursos mínimos de atividades e que os docentes as utilizem diversificadamente, tais como aquelas presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, que é o AVA escolhido para a oferta do curso. Destacam-se, dentre outros:

- **Enquete:** utilizada para coleta de opiniões ou, ainda, para outros motivos, como, por exemplo, realizar uma pesquisa de campo ou marcar um horário para trabalho presencial.
- **Webconferência:** cada disciplina oferta webconferência(s) para esclarecer dúvidas, apresentar um conteúdo ou para rever conteúdos para avaliação presencial.
- **Diálogo/Mensagem:** ferramenta para dialogar, via conversa assíncrona.
- **Glossário:** utilizado sempre que necessário para descrever termos

relacionados a determinado assunto.

- **Tarefa:** utilizada pelos docentes ao proporem atividades avaliativas semanais no AVA. Neste caso, as tarefas mais comuns neste tipo de atividade incluem artigos, ensaios, projetos e relatórios.
- **Questionário:** permite ao docente criar testes objetivos com diferentes tipos de perguntas (múltipla escolha; verdadeiro/falso; respostas curtas; correlações).
- **Fórum:** professores, mediadores e educandos desfrutam dessa ferramenta no curso, pois é utilizada de várias formas, não apenas restrita a atividades avaliativas - a exemplo os fóruns de discussão, mas também é amplamente utilizada para promover e facilitar a comunicação e interatividade entre docentes, educandos e mediadores, a exemplos: Fórum de Comunicação Mediadores x Professor (disposto na aba Apresentação da disciplina), Fórum de Dúvidas Semanal (disposto na aba semanal da disciplina), Fórum de Dúvidas da Área do Estágio Supervisionado (canal de comunicação mediadores e educandos).
- **Wiki:** os professores podem propor a wiki na disciplina pelo fato desta oferecer suporte a processos de aprendizagem colaborativa. Assim, de forma coletiva, os educandos constroem seus textos, revisam e entregam ao professor/tutor para avaliação.

Neste sentido, é importante mencionar que no planejamento das disciplinas do curso, prioriza-se a diversificação de ferramentas avaliativas, e, sobretudo, conscientizar os professores para a importância da utilização de ferramentas interativas e colaborativas de aprendizagem.

Ademais, as TDICs estão presentes nos ambientes de apoio presencial nos polos. Neste contexto, os educandos fazem uso da estrutura (laboratórios de informática, biblioteca, acesso à internet, servidores e conta de e-mail institucional) e de serviços que possibilitam a utilização de TDICs no processo ensino-aprendizagem, permitindo e facilitando a execução do projeto pedagógico do curso. A DTIC - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - é responsável na reitoria e os NTI (Núcleos de Tecnologia da Informação) nos polos pelo aprimoramento e manutenção dos serviços de TI. Como ferramenta de comunicação e objetivando eficiência na disponibilização dos recursos, o NTI utiliza a ferramenta GLPI, que consiste em uma aplicação de gestão desenvolvida para atender às necessidades de Gestores de TI no gerenciamento de chamados de Helpdesk. O Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) - software livre desenvolvido por e para os

institutos federais -, é utilizado pela secretaria acadêmica, educandos e docentes, local onde se registram notas, planos de ensino, geram-se relatórios, entre outros.

As bibliotecas dos polos oferecem serviços de empréstimo de material, computadores para os educandos, além de consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo por meio do sistema Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas, que possibilita a informatização e organização do catálogo bibliográfico, possibilitando o acesso virtual. Vale ressaltar que o IFSULDEMINAS também oferece à comunidade acadêmica o acesso irrestrito à base de dados “Pearson”. Podemos citar ainda os laboratórios de informática dos polos, presentes no polo de apoio presencial e nos prédios pedagógicos, equipados com diversas máquinas para dar total suporte ao curso, que passam rotineiramente por revisões e atualizações a fim de garantir recursos computacionais eficientes e atualizados.

Além dessa estrutura, o campus Muzambinho conta com o LIFE - Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores, projeto em parceria com a CAPES, onde os educandos de cursos de licenciatura têm acesso à internet, equipamentos de informática, áudio e vídeo, além de recursos de gravação. Outra forma de acesso à internet disponibilizada aos educandos é pela rede Wi- Fi, presente nos principais prédios. Vale lembrar que as salas de aula utilizadas nos encontros presenciais são dotadas de equipamentos multimídia que se conectam à internet, possibilitando o uso de quaisquer recursos que viabilizem a construção do conhecimento. Por fim, também é disponibilizado aos docentes, mediadores e educandos acesso a Sala de Aprendizagem Ativa, que conta com oito computadores para trabalho em grupo, além do computador do professor, datashow e lousa digital.

Ademais, pode-se citar o Google Meet, que em função da necessidade de comunicação e interação rápida, hoje é a principal ferramenta utilizada em webconferências e reuniões relacionadas ao curso. Sua utilização é garantida via contrato com a empresa Google e o IFSULDEMINAS, e tem sido periodicamente revisto para atender as demandas educacionais.

Como uma das práticas exitosas nesse contexto, adicionalmente, além das ferramentas já citadas, outras são incorporadas por cada docente nas disciplinas em que são responsáveis. Por exemplo, a disciplina de TDICs na educação, 8º período, trabalha o desenvolvimento de atividades, “Projeto mão na massa”, que levam os educandos a conhecerem e usarem outras ferramentas.

Dentro deste contexto, as tecnologias digitais de informação e comunicação disponíveis ao curso permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, mediadores e educandos, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

13.2. Mecanismos de interação e tutoria

Não basta garantir as estruturas tecnológicas de TDICs, ao contrário, elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos. Portanto, para além da descrição do AVA, importa descrever os mecanismos de atendimento ao público e as estratégias utilizadas para motivar educandos, professores, mediadores pedagógicos e tutores a promoverem ensino-aprendizagens colaborativas no AVA.

Uma estratégia refere-se a oferta de uma disciplina específica de Ambientação, com o título de *Educação em Ambientes Digitais*, que vai além do ensino das condições de acesso e introdução ao Moodle e trabalha na produção do Plano de Estudos dos educandos.

Além disso, busca-se introduzir novas formas de interação capazes de realizar um acompanhamento efetivo dos educandos, evitando sua evasão. Para tanto, os mediadores pedagógicos são essenciais, pois tem o mérito de estabelecer uma comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos, de modo a possibilitar ao educando a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências.

No AVA, a interação Professor-Mediadores se dá num Fórum específico, em cada disciplina, no qual os mediadores emitem feedbacks semanais ao professor, acerca de como ocorreu a semana anterior na disciplina. Nos canais de comunicação Mediador-Mediador da Área do Mediador - espaço virtual criado para fomentar o diálogo, a troca de experiências, a divulgação de cursos de formação da área de EaD e de comprovações de formação continuada, relatórios mensais, material utilizado nas formações. Outra forma de interação no AVA é a interação mediador-estudante, na qual destaca-se os feedbacks emitidos pelos mediadores pedagógicos acerca das atividades virtuais e presenciais dos educandos e os Fóruns de Dúvidas Semanais nas disciplinas, o envio de mensagens individuais. Para agilizar e ampliar a comunicação, nossa

equipe faz uso das Redes Sociais do curso e grupos no WhatsApp.

O professor mediador, no exercício da função auxiliar docente participa ativamente da prática pedagógica. Trata-se de um profissional graduado em Pedagogia e selecionado pelo campus proponente, com carga horária de trabalho semanal de 20 horas, garantindo-se o mínimo de 1 (um) mediador para cada 50 vagas oferecidas.

Os mediadores pedagógicos são também devidamente orientados para utilização das TDICs, atuando por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, preferencialmente na sede do campus proponente e seus polos.

Todo o trabalho desempenhado pela equipe de mediadores é rotineiramente avaliado, seja pelos educandos – via autoavaliações nas disciplinas; pelos docentes - mediante feedbacks à Coordenação e Professor Assistente; seja pela Equipe do curso, como um todo - nas Reuniões Pedagógicas ao final de cada semestre.

Para constante melhoria e ampliação da interação entre toda a equipe do curso, destaca-se o incentivo à participação de todos, não só pelos canais supracitados, mas também nas Reuniões Pedagógicas Semestrais, onde são elencadas demandas, pontos fortes e fragilidades do curso. Toda essa interação é acompanhada pela Coordenação de Curso, pela Coordenação de Plataforma e pela Coordenação de Tutoria, que avaliam a atuação da equipe e, se necessário, sugerem ou criam mecanismos de superação das dificuldades encontradas. Ademais, destacamos o contato diário entre a Coordenação de Tutoria e mediadores que permite incrementar soluções rápidas e pontuais à medida que surgem demandas ou ruídos na comunicação.

13.3 Papel do Docente e do Mediador Pedagógico

13.3.1 Mediador Pedagógico:

A equipe de mediadores pedagógicos do curso de Pedagogia é composta por profissionais licenciados em Pedagogia, selecionados via processo seletivo com duas fases (currículo e entrevista), levando-se em consideração além da experiência com tutoria e mediação na EaD, a experiência profissional, docente e titulação.

São incentivados e motivados, no âmbito institucional, a buscar aprimoramento profissional constante com a realização de cursos externos e formações internas. Essa conduta visa manter e aprimorar competências pedagógicas necessárias à atividade de mediação, das quais destacamos: os

métodos de ensino-aprendizagem - utilizados para promover a interação entre os educandos no AVA, incentivando o debate e a criticidade; orientar, esclarecer dúvidas, interagir de forma individual e em grupo com os educandos para fomentar discussões produtivas nos fóruns e encontros presenciais.

Tais competências advêm também da experiência docente destes profissionais na educação básica, no ensino superior e na EaD. A formação e atuação como docentes possibilita a qualidade no desempenho das funções inerentes à mediação como: avaliar os educandos; fornecer feedbacks de 100% das atividades virtuais e presenciais; mediar as discussões dos fóruns; incentivar e orientar o desenvolvimento de trabalhos. Assim, a mediação pedagógica é concebida como uma atuação de professor mediador que, ao realizar seu trabalho docente, facilita a construção do conhecimento dos educandos, ancorada na ação e na reflexão crítica das experiências didático-pedagógicas vivenciadas no curso.

O professor mediador busca intervir e promover situações diversificadas, inovadoras e enriquecedoras, a partir de um olhar reflexivo, para possibilitar a formação do licenciando de forma plena. Em sua atuação, se ancora em competências socioafetivas para desenvolver um trabalho eficiente e fomentar a interatividade e aprendizagem colaborativa no AVA. O bom relacionamento com seus licenciandos transcende as barreiras físicas e impacta positivamente a aprendizagem. Essa mediação pedagógica de qualidade requer habilidades emocionais e comportamentais bem desenvolvidas. A habilidade instrumental técnica é importante, mas os relacionamentos interpessoais positivos são decisivos na permanência ou evasão do educando em cursos a distância e semipresenciais.

O desenvolvimento da afetividade professor mediador-licenciando perpassa pelas mediações: ao acompanhar de forma individualizada e pessoalizada cada atividade online, evitar ou minimizar dúvidas, insegurança e afins; é realizado um trabalho competente socioafetivo, que se baseia em alguns pilares: conhecer o alunado e suas demandas; uso da linguagem cordial; ser atento, solícito e paciente; escutar de modo sensível; fomentar a participação; reforçar positivamente; observar e intervir de modo a sanar as dificuldades. Essas competências socioafetivas, construídas de forma respeitosa, promovem a diminuição do distanciamento físico característico de curso semipresenciais e a distância, previnem a evasão, diminuem dúvidas, conflitos e dificuldades, além de se tornarem exemplo e estímulo à atuação do futuro docente. Espera-se que assim, se eleve o nível de aprendizagem, o grau de satisfação dos educandos e

traga reconhecimento da qualidade desta instituição no mercado.

Podemos destacar ainda as competências autoavaliativas, que permitem atingir a eficácia através da reflexão sobre a ação docente. A participação assídua nos fóruns de cada unidade de estudo e os feedbacks de 100% das atividades são condutas do professor mediador na busca pela qualidade do ensino e propulsão da aprendizagem. O retorno dado ao educando sobre seu processo de aprendizagem imprime pessoalidade em sua didática e é um instrumento de avaliação cotidiano. A exploração dos recursos, a mediação contínua e a orientação dos estudos promovem o desenvolvimento da autonomia do educando e corroboram para o sucesso da aprendizagem.

A ação bem-sucedida da mediação é norteada pelo domínio instrumental do conteúdo atrelado às competências já citadas, onde o aparato tecnológico é utilizado para esclarecer dúvidas dos educandos sobre as tarefas e conteúdos, propor desafios, promover a interação e realizar webconferências com os educandos, sugerir leituras complementares e divulgar atividades extracurriculares. Para isso, os mediadores pedagógicos têm acesso às redes sociais do curso (Facebook e Instagram) como editores.

Ressalta-se que são objetivos do atendimento prestado pela mediação pedagógica: promover o envolvimento do acadêmico com o curso, infraestrutura e recursos humanos existentes; sanar ruídos na comunicação, auxiliar a resolução de problemas que surjam no decorrer do processo de ensino; articular e fomentar ações de aperfeiçoamento do curso; reduzir índices de repetência e evasão; aumentar o compromisso e envolvimento do corpo acadêmico com a proposta didático-pedagógica do curso; verificar pontos a serem aprimorados, integrar a relação educando/docente nas disciplinas ofertadas; estimular a aprendizagem autônoma do educando, acompanhar, orientar, motivar e avaliar os educandos.

No acompanhamento diário e semanal ao estudante, o professor mediador utiliza ligações telefônicas, mensagens via WhatsApp a educandos que se ausentam do AVA ou demonstram dificuldades no início da utilização dele. A acolhida ao educando ingressante no curso e o acompanhamento inicial são realizados pelo mediador com extremo zelo; a coordenação é informada pela equipe de mediadores sobre quaisquer tipos de dificuldades do corpo discente, docente, questões do AVA, estrutura do polo e outras especificidades. Quando necessário, os mediadores pedagógicos fazem uso de webconferências, grupos no WhatsApp e plantões virtuais. Nos encontros presenciais cabe ao docente e/ou professor mediador a aplicação da Avaliação

Individual com posterior correção e envio de feedbacks via AVA. Assim, averiguam se os educandos se apropriaram do conteúdo em estudo, participam e interagem cordialmente com o grupo, para ao final da avaliação/atividades, apresentarem feedbacks da aprendizagem.

O professor, ao atuar como mediador, conhece a realidade da turma que atua sob diferentes dimensões - pedagógica, pessoal, profissional, socioeconômica, familiar; estimula o aprendizado e favorece as atitudes de cooperação. Ao introduzir estímulos e situações inovadoras, propor leituras e atividades extracurriculares para estimular a aprendizagem; trazer situações reais de vida e considerar não apenas os conhecimentos teóricos e práticos que os educandos já possuem, acaba por aproximá-los de novos conhecimentos, de forma gradual e moderada, estimulando a curiosidade pelo desconhecido e o interesse pelo estudo. Oferece assim, possibilidades de participação, de reflexão, de ação e de tomada de decisão, que integradas ao atendimento individualizado, pessoalizado e cooperativo, facilitam o alcance dos objetivos do curso.

O fato de termos profissionais comprometidos, atualizados e com experiência profissional desenvolvendo as atividades de mediação pedagógica, revela a preocupação dos gestores do curso com a formação de nossos educandos, já que a mediação entre docentes, educandos e a instituição perpassa pela atuação da equipe de mediadores, que assume o papel de facilitadora da aprendizagem, sempre atenta às demandas dos educandos. Destaca-se que as ações, serviços e ferramentas utilizadas na EaD são periodicamente avaliadas, as dificuldades são elencadas e traça-se plano de ações com vistas a melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Tais avaliações são realizadas no AVA pelos educandos (autoavaliações) e nas Reuniões Pedagógicas com o corpo docente e mediadores pedagógicos.

Com relação à avaliação pelos educandos, essa é realizada ao término de cada disciplina do curso, por meio de um questionário autoavaliativo que contempla questões específicas acerca da mediação. De posse desses dados, são criadas as oportunidades de reflexão e reestruturação dos fluxos e processos de trabalho da equipe, ou de algum professor mediador, especificamente, quando necessário.

Ademais, é importante ressaltar que a Coordenação de Tutoria mantém contato permanente com os mediadores pedagógicos, inclusive aos sábados de encontros presenciais, acompanhando em tempo real suas ações, orientando e realizando os ajustes que se fizerem necessários. Neste sentido, sempre que

necessário, são convocadas reuniões de alinhamento e atualização para discussão de alguma demanda pontual que surja ao longo do processo.

Atribuições e Papel do Mediador Pedagógico:

Os mediadores pedagógicos são responsáveis pela mediação do processo pedagógico com educandos geograficamente distantes ou presentes nos polos de apoio presencial. São atribuições do professor mediador ou mediador pedagógico, a saber:

- Conhecer o Projeto Pedagógico do Curso, sua organização, estrutura e funcionamento, o material didático das disciplinas e metodologia de ensino e avaliação;
- Realizar pesquisa e produzir relatórios sobre ingressantes, matrículas, indicadores de permanência, êxito e evasão com o escopo de auxiliar a coordenação de curso no diagnóstico, avaliação e tomada de decisão pedagógica;
- Propiciar espaço de acolhimento e debate com os estudantes, estabelecendo ambiente cortês, cooperativo e com relacionamento motivacional com todos os usuários do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Participar dos encontros promovidos pela Coordenação do Curso e/ou Coordenação de Plataforma e Coordenação de Tutoria;
- Participar obrigatoriamente da capacitação específica para o desempenho da função, quando convocado, e da etapa preparatória dos alunos - Aula Inaugural, para o caso de turmas de 1º período;
- Participar das atividades relativas ao desenvolvimento e acompanhamento do seu curso e informar à Coordenação os problemas e eventuais dificuldades no desempenho da função ou no ambiente do curso;
- Esclarecer dúvidas dos estudantes a respeito do Projeto Pedagógico do Curso, da ementa, das metodologias e dos conteúdos das unidades curriculares, sob supervisão do professor regente, sendo o prazo para as respostas de e-mails 24 horas (úteis);
- Atuar na interação entre corpo docente e discente nas atividades síncronas e síncronas mediadas por meio das plataformas digitais e outros recursos tecnológicos;
- Contribuir com as ações relacionadas ao planejamento e avaliação de aprendizagem das unidades curriculares;
- Acompanhar as atividades presenciais e de educação a distância dos

estudantes (webconferências, encontros síncronos e atividades assíncronas no AVA) das disciplinas do módulo em curso, inclusive em atividades de natureza prático-profissionais, de pesquisa e de extensão, quando aplicável;

- Avaliar, sob supervisão do professor regente, as atividades online do curso (AVA), registrar as notas dos alunos no Moodle, assim como proporcionar aos alunos feedback individualizado;
- Aplicar e avaliar as atividades presenciais no polo de apoio presencial, registrar as notas dos alunos no Moodle, assim como proporcionar aos alunos feedback coletivo e individualizado de todas as avaliações, sob supervisão do professor regente;
- Realizar atendimentos presenciais aos estudantes na sede e nos polos de apoio e plantões online, conforme organização e planejamento da IES e do professor regente e demandas dos estudantes;
- Elaborar relatórios mensais de atividades realizadas e encaminhar à Coordenação de Tutoria via AVA;
- Atender a eventuais solicitações do Coordenador de Tutoria e Coordenador de Curso, não previstas como função neste projeto pedagógico do curso, que venham garantir o bom desempenho do ensino.

Além das funções de mediação supracitadas, a equipe gestora do curso de Pedagogia aposta no poder da comunicação e da afetividade, valorizando o vínculo professor mediador-estudante. Acreditamos que a atuação do professor mediador e o pleno desenvolvimento de suas atribuições são elementos fundamentais para o desenvolvimento da autonomia e da aprendizagem dos educandos sob sua tutela, uma vez que é o profissional que mais estabelece contato direto com os educandos, construindo vínculos de afetividade. Por isso, possibilitamos aos mediadores pedagógicos o desempenho de suas funções com autonomia, visando desenvolver também a autonomia do licenciando.

Como exemplos podemos citar a criação de atividades para socialização entre as turmas, momento de explanação de dúvidas ao começo dos encontros avaliativos presenciais, cafés comunitários, confraternizações, organização de cursos para atender demandas específicas de uma turma; intervenções pedagógicas a partir de demandas dos fóruns com o docente; mediação de conflitos. Para tanto, os mediadores pedagógicos têm papel essencial no curso, estabelecendo comunicação permanente e continuada, de modo a possibilitar ao educando a aquisição de conhecimentos, habilidades e sociabilidade, por meio de atividades de comunicação, interação e troca de experiências.

13.3.2 Docente

Ao pensar na ação dos docentes em função da análise dos conteúdos em busca da organização sistemática das disciplinas abordando sua relevância para atuação profissional e acadêmica do educando, torna-se importante ressaltar que o corpo docente é orientado pela Coordenação do Curso a realizar planejamento antecipado da disciplina, que é realizado de forma participativa com o Professor Assistente. Nesse planejamento, é confeccionado um Guia da Disciplina, a ser disponibilizado no AVA, que detalha a relação de conteúdos e os materiais didáticos (videoaulas, slides, apostila, vídeos e textos complementares) a serem disponibilizados, bem como o tipo de ferramenta avaliativa - se fórum, wiki, tarefa, questionário - primando-se pela diversidade de atividades.

Os docentes, atentos a fomentar atividades de raciocínio crítico e lógico, estimulam o educando a pensar, dialogar e questionar, a partir de objetos de aprendizagem diversificados e conteúdo de pesquisa com abordagem de temas atuais e relevantes com exemplificações empregam bibliografias físicas e digitais, videoaulas referentes aos conteúdos, trabalhados com metodologias variadas no AVA, dinâmicas em sala de aula, principalmente nos momentos de atividade presencial em grupo, nos quais enfatiza-se o aprender a trabalhar em equipe.

A interação entre o docente, o Coordenador do Curso e o Professor Assistente possibilita diálogos construtivos no sentido de articular os conteúdos específicos de cada disciplina aos objetivos e perfil do egresso, e às competências, habilidades e criticidade necessárias à formação inicial profissional do pedagogo - educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental, gestão escolar. Dessa forma, a análise dos conteúdos das unidades escolares e suas respectivas atividades, ambos realizados no planejamento antecipado da disciplina, fomenta o raciocínio crítico com base não só nos conteúdos curriculares previstos na ementa, mas também em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta por meio de artigos científicos - disponibilizados no material didático ou indicados para leituras complementares, e que possibilita relacionar os objetivos das disciplinas com o perfil do egresso.

Valoriza-se manter o corpo docente atualizado e aderente à atuação profissional e acadêmica própria à formação do futuro pedagogo. As ações dos docentes em suas especialidades possibilitam a formação de educandos com ampla visão do papel do Pedagogo e de conhecimento específico à formação proposta pelo curso. Hoje, pode-se dizer que isso é notável durante o processo

formativo do educando, com a mudança de atitudes, demonstração de segurança e autonomia para o desenvolvimento de projetos de extensão, inovação e pesquisa e referendado pelos resultados já obtidos por vários educandos em encontros internos e externos com apresentação de trabalhos acadêmicos realizados nas disciplinas, bem como, aprovação de educandos em concursos públicos da área da Educação. As produções técnica e científica dos docentes são apresentadas em encontros promovidos internamente ao IFSULDEMINAS, bem como em eventos nacionais e internacionais.

- Atribuições e Papel do Docente:

- Garantir acesso regular ao AVA durante o período da disciplina;
- Garantir que a comunicação com os mediadores pedagógicos e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;
- Elaborar/selecionar o material didático da disciplina a ser postado no AVA;
- Elaborar o Guia da Disciplina a ser postado no AVA, seguindo normas estabelecidas pela coordenação de curso e Professor Assistente;
- Elaborar um vídeo de apresentação do professor e da disciplina, com esclarecimentos e orientações sobre os encontros presenciais, divisão da carga horária, formas de avaliação da aprendizagem, unidades trabalhadas, dentre outros;
- Elaborar videoaulas semanais sobre os assuntos pertinentes à disciplina;
- Elaborar as avaliações presenciais, bem como gabarito de correção. As avaliações, obrigatoriamente, terão questões dissertativas e objetivas e serão inéditas a cada oferta da disciplina;
- Elaborar as avaliações presenciais adaptadas para os educandos de inclusão, seguindo recomendações do NAPNE, bem como o gabarito de correção;
- Fazer ajustes e adaptações necessárias aos materiais didáticos para os educandos de inclusão, seguindo recomendações do NAPNE;
- Encaminhar as avaliações ao Professor Assistente (Apoio ao Docente), com 30 (trinta) dias de antecedência à sua aplicação para que este possa realizar conferências e encaminhar aos polos para organização das cópias;
- Elaborar avaliações presenciais para aqueles educandos que tiveram

o requerimento de Segunda Oportunidade deferido, bem como o gabarito de correção;

- Elaborar a avaliação presencial de Exame Final, bem como o gabarito de correção;
- Após elaboração do material, enviá-lo, material completo (atividades, textos, videoaulas, Guia da Disciplina, Orientações da Semana, avaliações – individual, segunda oportunidade, exame final – com respectivos gabaritos para correção), com antecedência (30 dias) para que seja possível organizá-lo no AVA com a qualidade desejada pelo IFSULDEMINAS;
- Orientar os mediadores pedagógicos quanto às correções de todas as atividades propostas, enviando aos mesmos o gabarito de correção até no máximo a data do encerramento da atividade;
- Participar ativamente do Fórum de Dúvidas da disciplina;
- Organizar e participar de webconferência(s);
- Lançar aulas e notas no diário da disciplina, no Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), em até 10 (dez) dias após o encerramento da disciplina;
- Participar das Reuniões Pedagógicas e Formações quando requisitado pela Coordenação de Curso e/ou Professor Assistente.

13.4 Coordenação de Plataforma e Coordenação de Tutoria

O curso de Licenciatura em Pedagogia conta com uma Coordenação de Plataforma e uma Coordenação de Tutoria, que atuam com a Coordenação de Curso, Administrador da Plataforma e Design Instrucional.

A Coordenação de Plataforma e a Coordenação de Tutoria são instâncias distintas. A Coordenação de Plataforma está sob a responsabilidade de um profissional técnico da área de Tecnologia da Informação (TI), encarregado de organizar e administrar a plataforma, bem como de responder pelas questões técnicas relacionadas a ela. Já a Coordenação de Tutoria é exercida por outro profissional, possuindo caráter pedagógico, enquanto a Coordenação de Plataforma possui natureza eminentemente técnica, vinculada à área de TI.

Para contribuir com as atividades relacionadas à plataforma, contamos ainda com um profissional com formação em Design Instrucional (DI), responsável por alimentar o ambiente virtual do curso e conferir as configurações das disciplinas. Além do(a) designer instrucional, há o suporte de um profissional de TI que atua como Administrador(a) de Plataforma,

desempenhando as mesmas funções atribuídas aos demais coordenadores de plataforma do IFSULDEMINAS.

Quanto à coordenação de tutoria, este profissional se dedica-se às disciplinas e organização pedagógica da tutoria, norteando o trabalho dos mediadores pedagógicos, e nesse contexto, as atribuições e rotinas desempenhadas por eles no exercício de suas funções. Mantém o elo entre os mediadores pedagógicos e docentes para que as práticas pedagógicas elaboradas sejam executadas na forma planejada.

A coordenação de Tutoria acompanha, cotidianamente, e de forma individualizada a equipe de mediadores. Este profissional norteia e orienta as ações dos mediadores pedagógicos, de forma a garantir o atendimento às demandas didático-pedagógicas do curso, além das específicas de determinadas disciplinas. Mantém-se assim, o elo entre os mediadores pedagógicos/docentes/educandos, para que as práticas didático- pedagógicas propostas pelos docentes das disciplinas sejam executadas de forma mais fidedigna possível ao planejado.

Como já apontado anteriormente, para garantir comunicação eficiente, a cada disciplina, o curso se utiliza de um Fórum de Interação entre mediadores pedagógicos e o Professor regente, nos quais mediadores pedagógicos relatam para o professor, semanalmente, como se deu a condução da disciplina na semana anterior, garantindo melhorias e possíveis ajustes, quando necessário.

Com relação à comunicação com os educandos, a equipe de mediadores faz uso de dois fóruns: Fórum de Dúvidas Semanal - onde os educandos apresentam dúvidas sobre os conteúdos em estudo, atividades, sugestões e ou elogios; e o Fórum para Webconferência – onde o educando indica conteúdos e dúvidas a serem abordados pelo professor. Essa dedicação em feedbacks diários aos educandos, enfim, essas mensagens de retorno dos mediadores pedagógicos proporcionam, por meio dessa comunicação diária, um clima de afetividade entre eles (mediadores pedagógicos e educandos) o que os tornam mais próximos e mais companheiros. Esse vínculo, permeado pela atenção e carinho (de ambas as partes) reflete na aprendizagem que se torna mais prazerosa.

A organização do atendimento e o acompanhamento pedagógico desenvolvido pela equipe de mediadores são também ancorados na exploração de distintas técnicas de ensino que incluem redes de comunicação interativas - incluindo as redes sociais para disseminar oportunidades de formação para além da graduação em si. Todo esse trabalho é acompanhado pela

Coordenação de Tutoria, que mantém contato permanente com os mediadores pedagógicos, inclusive aos sábados de encontro presencial, acompanhando em tempo real suas ações, o que permite incrementar soluções rápidas e pontuais à medida que surgem demandas ou ruídos na comunicação, orientando e realizando ajustes importantes. Neste sentido, sempre que necessário, são convocadas reuniões de alinhamento e atualização para discussão de alguma demanda pontual que surja ao longo do processo.

Vale destacar que a equipe de mediadores do curso passa por formação continuada constante, sendo este um critério de avaliação de desempenho utilizado pela Coordenação de Tutoria. Ademais, todos os mediadores pedagógicos atuam ou atuaram como professores da educação básica, o que confere aos mesmos, ampla compreensão do sistema educacional e dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que participam de constante formação continuada também nas diferentes redes de ensino em que atuam.

A Coordenação de Tutoria trabalha com uma equipe de mediadores pedagógicos graduados na área de Pedagogia, portanto, as disciplinas pelas quais são responsáveis estão diretamente ligadas à sua área de formação inicial e há ainda o aprofundamento em nível de pós-graduação Lato Sensu e/ou Stricto Sensu em uma área específica do curso.

Quanto à plataforma, o profissional de TI e o(a) DI verificam a alimentação do AVA. O envio dos materiais elaborados pelos docentes, de forma a garantir o bom funcionamento da plataforma bem como o cumprimento do estabelecido nos Guias das disciplinas são verificados por esses profissionais. Além disso, a coordenação de plataforma (TI) acompanha todo o processo de enturmação dos educandos no AVA, sendo estes referentes a situações de educandos regulares (entrada vestibular), dependências, adiantamento de estudos, vagas remanescentes, etc.

13.5 Professor Assistente

Considerando a especificidade da formação de professores em cursos ofertados na modalidade semipresencial, destaca-se a necessidade de um corpo docente com competências pedagógicas e tecnológicas próprias desse modelo. A semipresencialidade, conforme o Decreto nº 12.456/2025, exige a articulação intencional entre atividades presenciais e mediadas por tecnologias digitais, demandando planejamento integrado, gestão adequada dos tempos e espaços de aprendizagem e acompanhamento sistemático dos estudantes.

Nesse contexto, não se trata de transpor o curso presencial para ambientes digitais, mas de elaborar propostas didático-pedagógicas coerentes com a lógica formativa da modalidade, garantindo continuidade entre os momentos síncronos, assíncronos e presenciais. Para tanto, é indispensável que os profissionais envolvidos compreendam os princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024, assegurando práticas que promovam acessibilidade, equidade, qualidade acadêmica e integração entre teoria e prática, fundamentos essenciais para a formação do pedagogo.

Esta demanda reforça a necessidade de o curso de Licenciatura em Pedagogia Semipresencial contar com o acompanhamento de um profissional capacitado, com experiência administrativa e docente nesta modalidade. Esse professor será designado como Professor Assistente, um profissional responsável por oferecer suporte pedagógico, organizacional e tecnológico aos docentes do curso, contribuindo para a qualidade acadêmica das disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial. Trata-se de uma função de caráter docente e não tutorial, destinada a fortalecer o planejamento, a integração das tecnologias digitais e a consistência pedagógica dos componentes curriculares. terá a atribuição de auxiliar os docentes titulares nas etapas de planejamento e condução das disciplinas, incluindo:

- Apoio técnico junto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e seus recursos, priorizando as necessidades particulares do processo de ensino e aprendizagem em EaD;
- Definição de estratégias pedagógicas adequadas às diferentes tecnologias utilizadas, incluindo a escolha dos métodos e meios instrucionais estruturados para produção de um aprendizado efetivo;
- Integração adequada das tecnologias da informação e comunicação para aprendizagens significativas, de modo a aproveitá-las de forma competente e ativa; se pautar não apenas no conteúdo curricular do curso, mas também em decisões sobre o suporte ao educando, acesso e escolha dos meios de aprendizagem;
- Estímulo à atuação docente produtora, conselheira e parceira, à medida que elabora as propostas do curso, acompanha os educandos e constroi, junto aos especialistas em tecnologia, abordagens inovadoras de aprendizagem;
- Estímulo à produção de material autoral para fundamentar as disciplinas ofertadas pelos docentes;
- Orientação quanto a necessidade de atualização dos materiais, principalmente, quanto à elaboração de **avaliações** (individuais, Segunda

Oportunidade e Exame Final) **inéditas a cada oferta da disciplina;**

Para atender essa demanda de trabalho são destinadas 10 (dez) horas-aula semanais para essa função no curso de Licenciatura em Pedagogia. Enfim, o trabalho associado entre o Coordenador do Curso e o Professor Assistente junto aos docentes possibilita diálogos construtivos no sentido de articular os conteúdos específicos de cada disciplina aos objetivos e perfil do egresso, e às competências e habilidades necessárias à formação inicial profissional do pedagogo: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, gestão escolar e demais modos de atuação.

Dessa forma, a análise dos conteúdos das unidades didáticas e suas respectivas atividades, ambos realizados no planejamento antecipado da disciplina, fomenta o raciocínio crítico com base não só nos conteúdos curriculares previstos na ementa, mas também em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta por meio de artigos científicos, disponibilizados no material didático ou indicados para leituras complementares, e que possibilita relacionar os objetivos das disciplinas com o perfil do egresso.

13.6 Design Instrucional - DI

O curso de Licenciatura em Pedagogia contará com o apoio de um profissional com formação específica em “Design Instrucional”. Este profissional auxiliará os docentes quanto à postagem dos materiais e recursos disponíveis no AVA, diagramação de material didático e layout do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além disso, contribuirá com o processo de produção do material didático autoral, iniciado em 2021.

O DI trabalhará diretamente com o Professor Assistente, com o Coordenador de Plataforma e com o Coordenador de Tutoria, estabelecendo diálogos significativos para amparar o quesito “qualidade do ensino” no curso. O DI alimentará semanalmente o AVA com todas as informações necessárias para o bom andamento da disciplina, para isso é necessário que o docente encaminhe todo o material com antecedência de 30 (trinta) dias.

13.7 Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS foi instituída em outubro de 2017 em reunião entre a Coordenação do Curso com o Núcleo Docente Estruturante com o intuito de se

adequar ao novo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância, publicado pelo INEP/MEC.

Essa Equipe Multidisciplinar é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e dos recursos educacionais para a Educação à Distância. Equipe essa que, no âmbito do material didático, tem atuado principalmente na conscientização dos docentes quanto à qualidade dos materiais áudio visuais e apostilados, com resultados comprovados pela evolução dos materiais didáticos ofertados.

Com a elaboração de um Plano de Ação e Autoavaliação de seu trabalho, ao final de cada ano letivo, a Equipe Multidisciplinar constroi reflexões acerca da caminhada construída e projeção das ações para o próximo ano. Sempre amparada por um processo dinâmico, reflexivo, participativo e dialético.

A Equipe Multidisciplinar conta com os seguintes profissionais: Coordenador do Curso, Coordenador de Plataforma, Coordenador de Tutoria, representantes docentes do curso, Administrador Plataforma – Campus Muzambinho, Design Instrucional, representantes de mediadores pedagógicos do curso, Representante do NTI do campus Muzambinho, representante do NAPNE, profissional que atua na ASCOM - estúdio de gravações do Campus Muzambinho.

Este órgão se reúne ordinariamente uma vez a cada semestre e extraordinariamente sempre que há demanda. Cientes de sua responsabilidade quanto a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para o curso de Pedagogia, a Equipe Multidisciplinar promoveu/promove debates e reflexões com o objetivo de propor melhorias ao curso, auxiliar a Coordenação, docentes e mediadores pedagógicos, atuando de forma enfática nos processos de produção do material didático autoral. Todas as ações são documentadas por meio de atas de reuniões, planos de ação, autoavaliações da Equipe e fluxo de validação de material didático, devidamente implantados.

Nesse sentido, o material didático do curso é selecionado/elaborado pelo docente, que discute o mesmo junto ao Professor Assistente. Neste processo, o material passa por avaliação da Equipe Multidisciplinar seguindo um “*Fluxo de Validação de Material Didático*” que permite acompanhar e gerenciar os processos.

A equipe multidisciplinar usufrui do sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões do IFSULDEMINAS, denominado de “Sistema Unificado da Administração Pública

(SUAP)”, que possibilita vários serviços, como, por exemplo, emissão de Portarias, registro das atas de reuniões que, após leitura dos participantes, são, a partir de 2020, assinadas eletronicamente, facilitando o processo de formalização dos trabalhos da equipe.

É importante mencionar que a avaliação dos educandos com necessidades educacionais específicas é acompanhada pelo NAPNE e pela equipe multidisciplinar do campus, que direciona as ações de inclusão no processo educacional. A exemplo, são realizadas adaptações de avaliações, ampliação de tempo para realização de atividades no AVA, aplicação individualizada de avaliações presenciais individuais, bem como acompanhamento individualizado de mediadores pedagógicos no polo de apoio presencial. Assim, evidencia-se o olhar cuidadoso da gestão e dos docentes (conteudistas e mediadores pedagógicos) para promover a inclusão no curso. A comprovação desta prática exitosa está na formatura da nossa primeira acadêmica considerada elegível receber certificação diferenciada ao término do curso, conforme a Resolução CONSUP nº 36/2020 que dispõe sobre a aprovação dos procedimentos referentes à Certificação por Terminalidade Específica para Estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS.

O coordenador atua diretamente e está em diálogo constante com o coordenador de Plataforma, com o coordenador Tutoria, com o Professor Assistente do curso e com a Equipe Multidisciplinar que exerce papel fundamental nesse processo. Esse diálogo é importante porque esses profissionais são responsáveis por articular o trabalho junto a todos os sujeitos envolvidos no desenvolvimento do curso, incluindo educandos, mediadores pedagógicos e docentes, promovendo a integração e aprimoramento contínuo.

Vale ressaltar, ao longo dos anos de existência do curso, que o trabalho desenvolvido pela Equipe Multidisciplinar proporcionou potencialidades ao curso, uma vez que, esta, avalia constantemente o material didático do curso, além do próprio AVA e a possibilidade de inserção de melhorias, tais como atualização de versão, inclusão de novos módulos e/ou extensões que visam incluir novas funcionalidades de apoio ao trabalho dos docentes e dos mediadores pedagógicos, inserção de recursos que facilitem a comunicação (caso dos fóruns), dentre outros. A avaliação e atualização técnica é realizada por servidores ligados ao setor de Tecnologia da Informação (TI) da Reitoria, além de um administrador da plataforma lotado no CEAD do Campus

Muzambinho (membro da Equipe Multidisciplinar) e do Núcleo de Tecnologia da Informação do Campus Muzambinho, cujo supervisor também é membro da Equipe Multidisciplinar.

13.8 Sobre a carga horária presencial

A carga horária presencial do curso de Licenciatura em Pedagogia semipresencial atenderá o que dispõe:

I) a **Resolução CNE/ CP nº 04, de 29 de maio de 2024**, que determina: pelo menos, 880 (oitocentas e oitenta) horas da carga horária do Núcleo II de que trata o art. 13, inciso II, da Resolução supracitada serão realizadas de forma presencial.

II) o **novo marco regulatório da EaD no Brasil, Decreto nº 12.456/2025**, que em seu Art. 11. determina que “os cursos de graduação semipresenciais deverão ofertar, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e ato do Ministro de Estado da Educação, no mínimo: 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso por meio de atividades presenciais; e 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso em atividades presenciais ou síncronas mediadas.

Com base nestas determinações legais, o curso contará com encontros presenciais para momentos formativos e avaliativos, a saber:

➤ Encontros formativos presenciais:

Estes encontros presenciais ocorrerão de acordo com a legislação vigente seguindo um cronograma de atividades do curso. A finalidade deste encontro é proporcionar um momento de atividades presenciais cujas aulas contam com atividades a serem realizadas de forma individual ou coletiva. Estas, serão aplicadas pelos docentes regentes e/ou pelos mediadores pedagógicos. Destaca-se que o corpo de mediadores pedagógicos, contam com professores habilitados em Pedagogia e com pós-graduação na área da Educação, o que resulta em um diferencial que estimula o ensino por meio da problematização e da pesquisa, dando ênfase na tríade ensino-pesquisa-extensão, ao longo de todo o processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que leva o educando a empregar conceitos e teorias, articulados com a prática, para a resolução de propostas, com o intuito de garantir o perfil desejado do egresso, bem como o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para um trabalho docente colaborativo, pautado em uma prática pedagógica crítico-reflexiva.

Dessa forma, atende-se ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, conforme a Resolução CNE/CP nº 04/2024, especialmente no que se refere à presencialidade obrigatória do Núcleo II, destinado à formação pedagógica e às práticas formativas articuladas à realidade educacional. E, considerando o novo marco regulatório da Educação a Distância (EaD), assegura-se, no mínimo, 30% da carga horária total seja desenvolvida de forma presencial, devidamente contabilizada e distribuída ao longo do percurso formativo. Esses momentos presenciais não se configuram como atividades eventuais, mas como espaços pedagógicos planejados, intencionalmente integrados ao currículo e às unidades curriculares.

Estes encontros presenciais formativos têm como finalidade:

- aprofundar os conteúdos trabalhados no AVA;
- promover a articulação entre teoria e prática;
- desenvolver competências profissionais docentes e favorecer experiências formativas que exigem a presença física dos estudantes;
- priorizar metodologias ativas de ensino e aprendizagem, tais como estudos de caso, resolução de problemas, oficinas pedagógicas, projetos colaborativos, simulações didáticas, práticas reflexivas e outras estratégias que colocam o(a) estudante como protagonista do processo formativo;
- possibilitar a integração e a interação em grupo, fortalecendo o trabalho colaborativo, o diálogo pedagógico, a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais essenciais ao exercício da docência.

➤ ***Encontros presenciais destinados à realização de avaliações***

Os encontros presenciais formativos são distintos e independentes dos momentos presenciais destinados à realização de avaliações, os quais ocorrem em todas as disciplinas, conforme normativas institucionais e legais específicas. Nesses encontros presenciais, cabe ao mediador pedagógico a aplicação da Avaliação Individual – com posterior correção e envio de feedbacks aos estudantes via AVA.

➤ **Carga horária presencial de Prática na Escola:** as disciplinas relacionadas abaixo terão carga horária destinada à “prática na escola”, definidas em seus planos de ensino e registradas no sistema acadêmico.

Essas atividades práticas (presenciais) serão organizadas pelos docentes regentes das disciplinas que possuem essa carga horária específica para trabalhar a prática no ambiente escolar. Essa organização e detalhamento da carga horária prática constará no **Guia da Disciplina (AVA)** e no **Plano de Ensino** cadastrado pelo docente no sistema Suap.

PERÍODO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DE PRÁTICA NA ESCOLA
1º	Ludicidade na Escola	20
	Didática do Ensino	20
2º	Metodologia da Educação Infantil	20
3º	Metodologia do Ensino da Matemática I	20
	Metodologia do Ensino da Arte	20
4º	Alfabetização e Letramento II	20
5º	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	20
	Metodologia do Ensino de História	20
6º	Metodologia do Ensino da Geografia	20
	Metodologia do Ensino de Ciências	20
7º	Fundamentos e Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos	10
8º	Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	20
	Gestão Escolar	10
	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	10
	Educação Inclusiva	20

- **Carga horária presencial de Estágio Supervisionado:** as 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado serão realizadas, integralmente, de forma presencial.
- **Carga horária presencial de Atividades de Extensão/Curricularização da Extensão:** as 320 (trezentas e vinte) horas destinadas às atividades de extensão serão realizadas, integralmente, de forma presencial.

Outros encontros importantes

- **Aula Inaugural do Curso (presencial ou à distância)**

Tem o objetivo de apresentar a estrutura do curso e de proporcionar um momento de interação entre os atores (diretores, coordenadores, docentes, mediadores pedagógicos e educandos). É importante que se faça uma explanação sobre a instituição e o “Educando de curso semipresencial”.

- **Projetos Integradores (Mostra de Projetos)**

Os cursos de licenciatura devem propiciar atividades práticas e teóricas aos educandos relacionadas ao exercício da docência do futuro docente da educação infantil e do ensino fundamental, além de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas às atividades de gestão e demais ações cotidianas não escolares. Quanto às atividades práticas, no âmbito das disciplinas *Projetos Integradores*, estas ocorrem de forma presencial. A conclusão da disciplina culmina na *Mostra de Projetos*, momento presencial realizado nos polos, que oferece aos participantes um espaço privilegiado para socializar os projetos e as práticas pedagógicas desenvolvidas. Esse evento favorece a troca de experiências, a reflexão sobre os avanços e os desafios da educação e a construção de diferentes perspectivas, integrando teoria e prática e reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito universitário.

- **Colação de Grau**

A colação de grau ocorre de forma presencial no IFSULDEMINAS - campus Muzambinho.

14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO¹

Ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior, a Resolução CNE/CP² nº 4, de 29 de maio de 2024, prevê, no Art. 14º, inciso IV:

400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio curricular supervisionado, conforme Núcleo IV de que trata o art. 13, inciso IV desta Resolução, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, na área de formação e atuação na Educação Básica, realizadas em instituições de Educação Básica, segundo o PPC da instituição formadora (Brasil, 2024, p.12).

¹ O estágio curricular supervisionado constitui componente obrigatório, insubstituível e não passível de aproveitamento, dispensa ou eliminação, em quaisquer hipóteses, conforme estabelece o Regulamento de Estágio da Instituição, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores.

² Resolução CNE/CP nº 4/2024 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-cp-2024>. Acesso em: 04 dez. 2025.

Segundo Tardif (2002, p. 13), os docentes possuem, desenvolvem e adquirem saberes variados, provenientes de suas experiências pessoais e profissionais. Os conhecimentos curriculares adquiridos na universidade, ou seja, na formação inicial, assim como os didático-pedagógicos que advêm da formação profissional, são entendidos como cultura pessoal e constituem sua prática pedagógica.

Quanto à formação inicial do docente, ele deve compreender que assumir-se como sujeito da produção do saber, desenvolvendo a concepção de que ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas articular vários conhecimentos e criar possibilidades para sua produção ou construção, constitui um dos saberes indispensáveis à prática docente (Raymundo, 1996, p.364).

O Estágio Curricular Supervisionado configura-se como um terreno fértil para a construção de saberes que permitirão ao futuro docente estruturar sua prática pedagógica por meio da articulação de fundamentos teóricos, metodológicos e práticos adquiridos nas disciplinas do curso de Licenciatura em Pedagogia. Além disso, possibilita a aproximação do futuro pedagogo com o ambiente educativo que compõem seu cotidiano, assim,

[...] a partir dessa experiência, os acadêmicos começam a se compreender como futuros docentes, encarando pela primeira vez o desafio de conviver, falar e ouvir linguagens e saberes distintos daqueles do seu meio, mais acessíveis à criança (Pimenta, 1997).

Elemento indispensável na formação docente, o estágio supervisionado integra o currículo do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, modalidade semipresencial, do Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho, e é regido pelas Normas de Estágio Curricular Supervisionado oferecidas pelo campus, em consonância com a Lei nº 11.788/08³ e com regulamento próprio. O estágio deverá ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, obrigatoriamente em instituições de ensino, sob a supervisão de um professor habilitado.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 04/2024, Art. 13. § 5º, o estágio, para cumprir seu objetivo, “deverá: I - ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso;” (Brasil, p.

³ Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 04 dez. 2025.

11). Assim, o educando iniciará suas atividades de estágio a partir do 1º período do curso, devendo contar com um professor-orientador⁴ do estágio designado pelo IFSULDEMINAS e com a Carta de Aceite carimbada e assinada pela escola escolhida. Caso o acadêmico realize estágio sem a observância das condições previstas, este não será contabilizado como estágio obrigatório.

Nesse sentido, a referida Resolução traz as seguintes orientações:

- II - considerar uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes;
- III - estar claramente articulado às disciplinas que envolvem a prática de ensino e estabelecer focos claros para cada um dos semestres letivos;
- IV - contar com a supervisão de membro do corpo docente do curso de licenciatura, cuja área de formação ou experiência profissional seja compatível com as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, que atuará em articulação com a instituição de Educação Básica no acompanhamento das experiências de aprendizagem do licenciando;
- V - contar com o apoio e a mediação de profissionais de referência, integrantes dos quadros docentes das escolas, redes e sistemas de ensino, com a tarefa de acolhimento, orientação e diálogo formativo com os licenciandos nas atividades de estágio, a partir de programas e projetos estruturados nos PPCs de seus cursos; e
- VI - oferecer múltiplas oportunidades estruturadas para que o licenciando aprenda práticas específicas relacionadas ao ensino e à condução dos processos educativos, por meio da observação, discussão e atuação direta, com múltiplas oportunidades de receber devolutivas sobre sua atuação (Brasil, 2024, § 5º, p. 11-12).

A carga horária total do estágio supervisionado compreenderá 400 (quatrocentas) horas, distribuídas entre a Educação Infantil, os anos iniciais do Ensino Fundamental e a Gestão Escolar desses níveis e da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAII (anos iniciais), além do Ensino Normal de Nível Médio. Essa carga horária será organizada entre atividades de orientação, observação, pesquisa e regência, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Quadro 1 - Organização da Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado.

HABILITAÇÕES NÍVEIS DE ENSINO	CARGA HORÁRIA TOTAL A SER CUMPRIDA	ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO (HORAS)	ESTÁGIO DE REGÊNCIA (HORAS)
EDUCAÇÃO INFANTIL	140	90	50
ENSINO FUNDAMENTAL I	160	105	55
EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS - EJAII	50	25	25
GESTÃO ESCOLAR	50	50	-
TOTAL	400	270	130

Fonte: Execução própria dos autores (2025).

⁴ Docente da IES responsável pelo acompanhamento pedagógico do estagiário.

Quadro 2 - Organização da distribuição de horas do Estágio Curricular
Supervisionado na Matriz Curricular.

HABILITAÇÕES NÍVEIS DE ENSINO	CARGA HORÁRIA TOTAL A SER CUMPRIDA	ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO (HORAS)	ESTÁGIO DE REGÊNCIA (HORAS)
EDUCAÇÃO INFANTIL (Creche)	70	1º período: 20 2º período: 25 TOTAL: 45	2º período: 25 TOTAL: 25
EDUCAÇÃO INFANTIL (Pré-escola)	70	1º período: 20 3º período: 25 TOTAL: 45	3º período: 25 TOTAL: 25
ENSINO FUNDAMENTAL I (1º, 2º e 3º anos)	85	4º período: 25 5º período: 30 TOTAL: 55	5º período: 30 TOTAL: 30
ENSINO FUNDAMENTAL I (4º e 5º anos)	75	4º período: 25 6º período: 25 TOTAL: 50	6º período: 25 TOTAL: 25
EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS - EJAII (Anos Iniciais Normal de Nível Médio)	50	7º período: 25 TOTAL: 25	7º período: 25 TOTAL: 25
GESTÃO ESCOLAR	50	8º período: 50 TOTAL: 50	-
TOTAL	400	270	130

Fonte: Execução própria dos autores (2025).

As atividades vinculadas ao estágio supervisionado devem compreender, desde a **observação** nas unidades escolares, aspectos relacionados às reuniões pedagógicas e de pais, bem como a prática pedagógica de docentes atuantes em sala de aula, possibilitando problematizações pertinentes. A análise de planos de ensino, projetos político-pedagógicos, currículos oficiais da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além dos resultados das avaliações em larga escala, viabiliza o entendimento de questões relacionadas à gestão escolar.

Quanto à **regência**, os futuros docentes deverão realizar um trabalho de pesquisa e planejamento, devidamente orientados pelos professores orientadores de estágio, a fim de desenvolver, em sala de aula, atividades que lhes permitam vivenciar práticas de ensino inovadoras e alinhadas aos fundamentos teórico-metodológicos trabalhados ao longo do curso de Pedagogia (em articulação com as disciplinas). São consideradas, também, as horas destinadas à pesquisa e ao planejamento das aulas ministradas nas diferentes áreas do conhecimento.

O estágio supervisionado será avaliado por meio de fichas de registro que deverão conter itens fundamentais da **observação** em sala de aula ou na instituição de ensino: local de realização do estágio, endereço, telefone, quantidade de horas realizadas e respectivas datas, atividades observadas e assinatura do professor supervisor⁵ e do diretor da escola. No que se refere à **regência**, será analisado relatório final contendo o plano de aula, a narrativa elaborada a partir da execução da aula e a sistematização das impressões do futuro docente em relação às suas observações e experiências de regência.

As fichas e os relatórios terão seus formatos definidos por meio de Regulamento de Estágio padronizado pela Coordenação e pelo Colegiado do Curso.

Vale ressaltar que a **observação** e a **regência** são realizadas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). As atividades de análise da gestão escolar, por sua vez, devem estender-se da Educação Infantil ao Ensino Médio – Normal de Nível Médio⁶, bem como à Educação de Jovens e Adultos (anos iniciais).

A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso⁷ celebrado entre o acadêmico e a parte concedente, com interveniência obrigatória da Instituição de Ensino. Entende-se por parte concedente as escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio, sejam elas privadas, municipais ou estaduais. O estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza.

A regulamentação do estágio supervisionado, organizada pelo NDE e aprovada pelo Colegiado de Curso, contempla diferentes modalidades de operacionalização, bem como formas de apresentação e avaliação dos relatórios parcial e final⁸. Nesse sentido, a minuta de orientação do estágio foi elaborada e organizada para instruir o educando a efetivar o estágio e, simultaneamente, orientá-lo a empregar conceitos e fundamentos teóricos nos diversos momentos de sua realização.

Uma reflexão relevante, no âmbito do NDE do curso, referiu-se à questão do “produto do estágio”. Essa reflexão fundamentou-se no entendimento de que o estágio curricular supervisionado é a atividade que promove a relação entre teoria e prática, articulando o currículo do curso com aspectos práticos da Educação

⁵ Profissional da instituição concedente que orienta e acompanha o estagiário no campo de atuação.

⁶ Curso de formação docente em nível médio, voltado à preparação de professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

⁷ Documento obrigatório que formaliza as condições do estágio entre educando, concedente e IES, solicitado via formulário ao setor responsável pelo estágio no Campus. O estudante não deve iniciar qualquer atividade de estágio sem que esse termo esteja devidamente assinado por todas as partes nele mencionadas, garantindo sua validade jurídica e a regularidade da prática formativa.

⁸ Instrumentos exigidos para avaliação formativa do estágio supervisionado.

Básica. Tal articulação inclui o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, a participação do licenciando em ações de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, a reflexão teórica sobre situações vivenciadas e a possibilidade de criação e divulgação de produtos pedagógicos que sistematizam e articulem teoria e prática, incluindo experiências exitosas ou inovadoras. Essas divulgações podem ocorrer no AVA.

No Ambiente de Estágio Supervisionado disponibilizado no AVA, o educando tem acesso ao gerenciamento de todas as suas atividades, sempre amparado por uma equipe de mediadores pedagógicos específica⁹. Todos os relatórios são avaliados pelos mediadores pedagógicos, que oferecem feedbacks personalizados, sugerindo melhorias e evidenciando pontos fortes. Além disso, há um Fórum de Dúvidas permanente e webconferências semanais para atendimentos, esclarecimentos e proposição de ações. De forma semelhante ao funcionamento de uma disciplina, o educando acompanha as validações e devolutivas emitidas pelos mediadores pedagógicos, bem como a carga horária validada. Ao atingir a carga horária obrigatória de cada modalidade, o Ambiente de Estágio Supervisionado bloqueia automaticamente novas postagens e disponibiliza uma nova aba, na qual o educando é parabenizado pela conclusão do estágio. Para efeitos curriculares, a aprovação é registrada pelo Coordenador de Estágio Supervisionado no Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP).

A regulamentação vigente determina que o acadêmico deverá concluir o estágio no prazo máximo de integralização curricular. Dessa forma, todas as atividades de orientação, supervisão, acompanhamento, avaliação e coordenação inerentes ao Estágio Supervisionado são designadas por Regulamento específico aprovado pelo NDE, estando em consonância com os documentos institucionais do IFSULDEMINAS. Considera-se que o estágio curricular supervisionado está institucionalizado e contempla carga horária adequada, orientação compatível com a relação orientador/educando, coordenação e supervisão, existência de convênios, estratégias de gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, alinhamento às competências previstas no perfil do egresso e interlocução institucionalizada da IES com os ambientes de estágio, gerando insumos para atualização das práticas.

Além disso, durante a formação no curso de Licenciatura em Pedagogia, o acadêmico tem a oportunidade de ampliar seu aprendizado e integrar-se ao mundo

⁹ O curso conta com uma equipe de mediadores pedagógicos responsável por acompanhar o andamento das atividades de Estágio Supervisionado no AVA, oferecendo orientações, *feedbacks* personalizados, elucidações e suporte contínuo aos estudantes.

do trabalho por meio do Estágio Não Obrigatório Remunerado, que lhe possibilita desenvolver prática profissional e aprofundar os conhecimentos construídos ao longo do curso. Esse estágio, entretanto, não é contabilizado como carga horária do Estágio Obrigatório. No IFSULDEMINAS, a Coordenação de Estágios, lotada na Reitoria, e os setores de estágio, presentes nos campi, são responsáveis por aproximar o estudante do mundo do trabalho, por meio da organização e promoção de estágios, realização da Feira de Estágios, assinatura de convênios institucionais, acompanhamento e encaminhamento dos egressos ao mercado. No caso específico da Licenciatura em Pedagogia, o Setor de Estágio do Campus Muzambinho é responsável por emitir e regulamentar os Termos de Compromisso firmados entre estagiários e escolas parceiras.

14.1 Organização e sistematização das atribuições de funções do Estágio

Com o objetivo de organizar as Funções do Estágio Supervisionado, após encaminhamentos discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE), este órgão colegiado aprovou o texto a seguir que tem como objetivo organizar e sistematizar as atribuições, naturezas das funções, responsabilidades e cargas horárias relacionadas às atividades do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia Semipresencial do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, considerando a organização institucional atualmente desenvolvida no curso.

14.1.1 Coordenação de Estágio Supervisionado

A Coordenação de Estágio Supervisionado caracteriza-se como função de natureza acadêmico-administrativa, organizacional e pedagógica, responsável pela gestão geral das atividades de estágio no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho.

Sua atuação compreende a organização dos fluxos institucionais do estágio, a interlocução com os setores institucionais e escolas-campo, o acompanhamento das atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a coordenação da equipe de mediadores pedagógicos, a validação e lançamento das atividades no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), bem como a elaboração, atualização e acompanhamento dos instrumentos normativos e regulatórios do estágio supervisionado.

Compete ainda à Coordenação de Estágio Supervisionado auxiliar a Coordenação de Curso nos processos relacionados à Avaliação da Prática do ENADE, especialmente no que se refere à organização dos fluxos acadêmicos, orientações institucionais,

acompanhamento dos estudantes em regência e interlocução com os sistemas oficiais de avaliação da educação superior.

Carga horária prevista: 6 (seis) horas-aula semanais por semestre, conforme organização institucional e quantitativo de estudantes ingressantes e vinculados ao estágio supervisionado.

14.1.2 Professor Orientador de Estágio

O Professor Orientador de Estágio caracteriza-se como função de natureza orientativa, pedagógica e formativa, responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico geral das atividades de estágio supervisionado, em articulação com a Coordenação de Estágio Supervisionado e com a equipe de mediadores pedagógicos.

Sua atuação compreende a mediação das principais orientações pedagógicas do estágio, a condução de encontros síncronos coletivos e atividades formativas relacionadas ao desenvolvimento das práticas de observação, planejamento, pesquisa e regência, bem como o alinhamento pedagógico das ações desenvolvidas pelos mediadores pedagógicos no AVA.

Compete ainda ao Professor Orientador de Estágio auxiliar na construção de diretrizes pedagógicas, instrumentos orientativos, encaminhamentos metodológicos e referenciais acadêmicos relacionados ao estágio supervisionado, promovendo a articulação entre os fundamentos teóricos do curso e as práticas desenvolvidas nos campos de estágio.

O Professor Orientador de Estágio também auxiliará a Coordenação de Curso e a Coordenação de Estágio nos processos pedagógicos relacionados à Avaliação da Prática do ENADE, na avaliação, na condução de orientações coletivas, elucidações acadêmicas e alinhamentos pedagógicos referentes às atividades de regência e às exigências formativas previstas pelos órgãos reguladores da educação superior.

Carga horária prevista: 8 (oito) horas-aula semanais por semestre, conforme regulamentação institucional vigente e aprovação dos órgãos colegiados competentes, garantindo, no mínimo, a realização de uma *webconferência* semanal para acompanhamento e orientação dos estudantes e dos mediadores pedagógicos.

14.1.3 Mediadores Pedagógicos do Estágio Supervisionado

Os Mediadores Pedagógicos do Estágio Supervisionado constituem equipe de apoio pedagógico e formativo responsável pelo acompanhamento direto dos estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e no polo presencial, atuando em articulação com a Coordenação de Estágio Supervisionado e com o Professor Orientador de Estágio.

Sua atuação compreende o acompanhamento contínuo das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, a mediação pedagógica das propostas de estágio e o esclarecimento de dúvidas acadêmicas e operacionais, realizadas via atendimentos síncronos e assíncronos, bem como o acompanhamento das atividades de observação, planejamento, pesquisa e regência realizadas nos diferentes campos de estágio.

Compete aos Mediadores Pedagógicos realizar a análise e correção dos planos, relatórios, fichas de acompanhamento e demais instrumentos acadêmicos vinculados ao estágio, emitindo retornos formativos, orientações pedagógicas e encaminhamentos necessários ao desenvolvimento das atividades propostas no componente curricular.

Além disso, os mediadores pedagógicos acompanham o desenvolvimento das atividades no AVA, monitorando postagens, validações, cumprimento de carga horária, participação dos estudantes e demais demandas acadêmicas relacionadas ao estágio supervisionado.

Os Mediadores Pedagógicos também atuam no suporte às atividades relacionadas à Avaliação da Prática do ENADE, especialmente no acompanhamento dos estudantes em regência, orientação quanto às atividades previstas e esclarecimento de dúvidas referentes aos procedimentos acadêmicos vinculados à avaliação prática.

Carga horária prevista: Carga horária estabelecida em contrato institucional vigente.

14.1.4 Observação Institucional

Considerando a complexidade e a abrangência das atribuições vinculadas à Coordenação de Estágio Supervisionado e à função de Professor Orientador de Estágio, recomenda-se que tais funções sejam exercidas por docentes distintos, evitando sobreposição de carga horária e assegurando melhores condições de execução das atividades pedagógicas, administrativas e institucionais previstas no âmbito do estágio supervisionado.

15. ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO - A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Para curricularizar a extensão, primeiramente é importante compreender o que é extensão para praticá-la da forma como ela é pensada atualmente, ou seja, repensar como se faz extensão.

Frutuoso (2020) explica que este debate da curricularização da extensão existe há algum tempo, desde 2001, quando o Plano Nacional de Educação – PNE, em seu objetivo/meta 23, tratava da implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de

Ensino Superior: “[...] assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos educandos em **ações extensionistas**” (Brasil, 2001).

Assim, quando os Institutos Federais foram criados em 2008, já existia essa condição de curricularizar a extensão, mas essa meta não foi cumprida e retorna no PNE de 2014: Estratégia 12.7 “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em **programas e projetos** de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014). Também é reforçada na Resolução do CNE/CES nº 7/2018 que, no artigo 4º afirma “as **atividades de extensão** devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (Brasil, 2018).

O Conselho Superior - CONSUP do IFSULDEMINAS, em 2019, estabelece as Diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos. No Capítulo I, determina, Art. 5º. “A extensão deve atender à especificidade de cada curso e abranger a diversidade das ações, mantendo seu caráter inerente de envolvimento com a comunidade”. No Capítulo II, define em seu Art. 8º. “As atividades de extensão, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

- I. Programas;
- II. Projetos;
- III. Capacitações (Cursos e oficinas);
- IV. Eventos;
- V. Prestação de serviços”.

No Capítulo III, Art. 9º, afirma que, “para o cumprimento do percentual mínimo de 10% de atividades extensionistas nas matrizes curriculares dos cursos de graduação do IFSULDEMINAS, a extensão deverá ser distribuída nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) das seguintes formas: I. como parte integrante da carga horária de componentes curriculares não específicos de extensão; II. como componentes curriculares específicos de extensão”. Neste mesmo Capítulo, inciso II, esclarece “§2º Dentre os componentes curriculares não específicos de extensão que terão parte de sua carga horária destinada às atividades extensionistas, está o Projeto Integrador, o qual será elaborado pelo próprio curso” (IFSULDEMINAS, 2019). No parágrafo único do Capítulo V,

esclarece-se que:

Parágrafo único. O Projeto Integrador corresponde a um componente curricular estratégico que promove a integração de disciplinas de um determinado semestre, em torno de um eixo temático, na elaboração de atividades de extensão e pesquisa a partir dos conteúdos trabalhados no âmbito do ensino, com a construção, realização e socialização dos resultados com a comunidade” (IFSULDEMINAS, 2019).

É com base na legislação vigente e nas Diretrizes de Curricularização da Extensão (CE) estabelecidas pelo CONSUP do IFSULDEMINAS que o NDE definiu curricularizar a extensão na matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia de acordo com as Diretrizes de CE, Art. 9º, inciso III:

“III. Como composição dos incisos I e II, nas matrizes curriculares dos cursos de graduação do IFSULDEMINAS, devendo corresponder ao mínimo de 10% de suas respectivas cargas horárias”

Diante do exposto, a curricularização da extensão se dará: “como parte integrante da carga horária de componentes curriculares não específicos de extensão” (Art. 9º, inciso I) e “como componentes curriculares específicos de extensão” (Art. 9º, inciso II), neste caso, por meio das disciplinas *Projetos Integradores* I, II, III, IV e V, promovendo a interdisciplinaridade no curso ao inter-relacioná-las com outros componentes curriculares e ao correlacionar assuntos e conteúdos no âmbito das áreas de atuação do pedagogo: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

O FORPROEX (2006, p.45) explica que se deve curricularizar a extensão porque “tudo o que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino superior é currículo”. Portanto, as atividades de extensão devem possibilitar ao estudante “refletir sobre as grandes questões da atualidade e, a partir da experiência e dos conhecimentos produzidos e acumulados, construir uma formação compromissada com a realidade da população brasileira (FORPROEX, 2006, p. 46-47).

A partir dessa consciência, percebe-se que não deve haver uma curricularização da extensão pelo fato de existir uma lei que obriga isso, mas, sim, pelo fato da dimensão que envolve essa prática pedagógica da extensão, pelo que é possível proporcionar ao educando no âmbito do conhecimento e da vivência da extensão dentro do curso, ou seja, a extensão traz significado para a formação. O FORPROEX de 2012 traz a extensão como meio para promover uma formação com significado. Nesse sentido, a extensão deixa de ser um “apêndice”, algo “extracurricular”, algo “complementar” no histórico do estudante

e passa a ser algo indissociável no seu currículo. Ressalta-se que, legalmente a extensão já é indissociável, desde 1988 (Constituição Federal), mas, de fato, agora que ela surge, realmente, como indissociável da pesquisa e do ensino.

Neste sentido, as disciplinas Projetos Integradores em articulação com outras disciplinas da matriz curricular, proporcionam aos alunos experienciar ações de extensão, prioritariamente, em instituições de Educação Básica aproximando a teoria com a prática, garantindo a indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão. Para isso, os estudantes são orientados a planejar e executar as ações de extensão que visem mitigar ou dirimir alguma(s) demanda(s)/necessidade(s) pedagógica(s) da escola/comunidade/sociedade. Considerando o histórico, contexto e entorno do local escolhido, em conjunto e a partir de demandas da escola/comunidade/sociedade, são definidas as ações de extensão, privilegiando-se a interdisciplinaridade e temas transversais contemporâneos.

Sobre as disciplinas Projetos Integradores, o desenvolvimento dos projetos inclui diversas etapas, executadas ao longo do semestre letivo, que incluem visitas à escola, pesquisas, redação do projeto, execução das atividades práticas, avaliação, produção de portfólio e socialização da proposta e dos resultados. Estas etapas são desenvolvidas seguindo prazos pré-estabelecidos no cronograma da disciplina, definidos pelo docente no início do semestre em curso. São documentadas e acompanhadas mediante a entrega de atividades/relatórios no AVA, que são corrigidos com a emissão de feedbacks detalhados pela equipe de mediadores pedagógicos, garantindo a correção de possíveis desvios e o aprimoramento das atividades práticas. A execução das atividades práticas é supervisionada, e posteriormente avaliada, por um supervisor/docente da escola.

A finalização da disciplina se dá com a *Mostra de Projetos*, etapa presencial realizada nos polos, oportunizando aos envolvidos espaço para a socialização dos projetos e práticas pedagógicas desenvolvidas, partilha de experiências, reflexões sobre os avanços e desafios da educação, proporcionando olhares distintos na perspectiva integradora entre teoria e prática, fundamentada pela indissociabilidade da tríade universitária ensino, pesquisa e extensão.

O FORPROEX de 2012 ressalta a necessidade de avaliação, ao citar critérios objetivos e subjetivos:

Ainda no que se refere à avaliação, cabe ressaltar que a Extensão Universitária deve ser entendida como processo formativo, prospectivo e qualitativo, a ser mensurado por critérios

objetivos (relatório, trabalho escrito, publicação ou comunicação) e subjetivos (compromisso, dedicação). Esse processo deve estar integrado à avaliação dos objetivos e metas do programa ou projeto extensionista, assim como à avaliação dos efeitos da participação do estudante - e da equipe de trabalho na qual este se inclui - sobre os problemas sociais (FORPROEX, 2012, p.59).

Diante do exposto, etapas e relatórios são validados pelos docentes responsáveis pelas disciplinas nas quais ocorre a integralização da extensão com a aprovação nas disciplinas.

16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Luckesi (1999) enfatiza que a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo e sistemático de acompanhamento e julgamento dos resultados do ensino e da aprendizagem, contemplando as modalidades de Avaliação Diagnóstica, Avaliação Formativa e Avaliação Somativa. A partir dessa fundamentação, o NDE definiu a avaliação da aprendizagem no curso de Pedagogia com caráter processual, diagnóstico e formativo, envolvendo docentes, mediadores pedagógicos e educandos.

Para assegurar esse princípio, a avaliação prioriza diversos instrumentos que observam os limites definidos em normas internas e externas ao IFSULDEMINAS, estando em conformidade com o Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o Art. 80 da LDB nº 9.394/1996.

Quanto aos critérios de promoção do educando, estes encontram-se regulamentados pela Resolução CONSUP nº 069/2017, atualizada pelas Resoluções CONSUP nº 075/2020 e nº 157/2022, sendo, portanto, adotada a regulamentação institucional em vigor.

No curso de Licenciatura em Pedagogia Semipresencial do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, a avaliação do desempenho do educando, para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados, dar-se-á no processo, mediante:

I. cumprimento das atividades programadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos Polos de Apoio Presencial e nas Escolas de Educação Básica (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental);

II. realização de avaliações presenciais obrigatórias nos Polos de Apoio Presencial, conforme cronograma do curso;

III. direito à avaliação presencial em primeira chamada e a uma avaliação presencial em segunda oportunidade, quando, por motivo justificável, o

educando não tenha comparecido à primeira, desde que formalizada a solicitação no setor responsável do campus no prazo máximo de 48 horas após o retorno às atividades acadêmicas, contadas a partir da data de aplicação da avaliação, conforme Resolução CONSUP nº 118/2016. Não haverá terceira oportunidade no caso de perda da segunda oportunidade;

IV. direito ao Exame Final presencial, em caráter individual;

V. quando em Regime Domiciliar, direito a Avaliação de Retorno do Regime Domiciliar, realizada presencialmente ao término do período previsto;

VI. acompanhamento dos educandos com necessidades educacionais específicas pelo NAPNE e pela Equipe Multidisciplinar do curso, que orientarão as ações de inclusão no processo educacional, tais como: adaptações de materiais didáticos e avaliações, ampliação de tempo para realização de atividades no AVA e avaliações presenciais, aplicação individualizada de avaliações presenciais e acompanhamento individualizado de mediadores pedagógicos no Polo de Apoio Presencial;

VII. no âmbito das atividades desenvolvidas no AVA, o docente, ao elaborar o Guia da Disciplina, deve considerar a diversificação dos instrumentos avaliativos e a dosagem das atividades que demandam maior dedicação dos educandos e mediadores pedagógicos, estabelecendo-se o limite de uma atividade do tipo Wiki e uma atividade de Fórum Avaliativo por disciplina. Tal deliberação do NDE e da Equipe Multidisciplinar (agosto/2022) visa assegurar o equilíbrio do trabalho acadêmico, a viabilidade do acompanhamento pedagógico e a preservação do caráter formativo da avaliação, evitando a sobrecarga de estudantes e mediadores.

VIII. acompanhamento das ações de avaliação da aprendizagem pela Coordenação de Tutoria, em parceria com o Coordenador de Curso, Professor Assistente e docentes responsáveis pelas disciplinas e em consonância com as deliberações do Colegiado de Curso, com vistas a potencializar os processos formativos desenvolvidos ao longo das disciplinas e qualificar as intervenções pedagógicas realizadas pelos mediadores pedagógicos no AVA e nos encontros presenciais. Esse acompanhamento constitui também espaço formativo para os mediadores pedagógicos, que, além de atuarem na aplicação das avaliações, refletem coletivamente sobre a prática e aprimoram o acompanhamento aos estudantes.

Evidencia-se, assim, o olhar atento da gestão do curso, dos docentes e dos mediadores pedagógicos para a promoção de práticas avaliativas que favoreçam a inclusão, o acompanhamento contínuo e o respeito às

singularidades dos educandos. Reafirma-se, nesse sentido, o compromisso institucional com a natureza formativa da avaliação, entendida como processo que orienta intervenções pedagógicas, evita trajetórias solitárias no percurso formativo e contribui para a superação de dificuldades de aprendizagem.

As ações avaliativas desenvolvidas no curso buscam assegurar condições para que o estudante avance de forma ativa e significativa, por meio do diálogo permanente entre docentes, mediadores pedagógicos e educandos; do acompanhamento sistemático no Ambiente Virtual de Aprendizagem e nos Polos de Apoio Presencial; e do uso de instrumentos variados que possibilitam a reflexão crítica sobre o próprio percurso formativo. Dessa forma, a avaliação consolida-se como elemento articulador entre ensino, aprendizagem e formação docente, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico, ético, humano e profissional dos futuros pedagogos.

16.1 Avaliação da Aprendizagem de Forma Presencial

Ao final de cada disciplina, o estudante realizará uma Avaliação Individual Presencial equivalente a sessenta por cento (60%) da nota total da disciplina, composta, obrigatoriamente, por questões dissertativas e objetivas, além de avaliações realizadas por meio de atividades práticas. Trata-se de uma avaliação obrigatória, com caráter formativo, e não apenas somativo/classificatório, uma vez que os resultados são acompanhados de feedback individualizado, disponibilizado no AVA, com a descrição e explicação dos critérios e dos itens avaliados. Tal prática possibilita que o estudante compreenda seus avanços e dificuldades, favorecendo uma avaliação mediadora que dialoga com o processo de construção do conhecimento.

Além disso, essa atividade contempla a análise do desempenho do estudante em nível acadêmico adequado à etapa formativa, contribuindo para o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades relacionadas à escrita acadêmica, ao raciocínio crítico e à prática na escola.

16.1.1 Sistema de Avaliação para Disciplinas com Prática na Escola

Ao final de cada disciplina, o estudante realizará uma Avaliação Individual Presencial equivalente a 60% da nota total da disciplina, composta, obrigatoriamente, por questões dissertativas e objetivas, além de avaliações realizadas por meio de atividades práticas. Esta avaliação individual presencial terá a seguinte estrutura:

- 20 pontos para as questões objetivas, sendo 5 questões com valor de 4 pontos cada;
- 20 pontos para as questões discursivas, sendo 2 questões com valor de 10 pontos cada;
- 20 pontos para a realização da Prática na Escola e elaboração do relatório final, sendo as etapas presenciais obrigatórias.

16.1.2 Sistema de Avaliação para Disciplinas sem Prática na Escola

Ao final de cada disciplina, o estudante realizará uma Avaliação Individual Presencial equivalente a 60% da nota total da disciplina, composta, obrigatoriamente, por questões dissertativas e objetivas, além de avaliações realizadas por meio de atividades práticas. Esta avaliação individual presencial terá a seguinte estrutura:

- 40 pontos para as questões objetivas, sendo 8 questões com valor de 5 pontos cada;
- 20 pontos para as questões discursivas, sendo 2 questões com valor de 10 pontos cada.

16.2 Avaliação da Aprendizagem no AVA

As avaliações realizadas no AVA correspondem a quarenta por cento (40%) do valor total da nota da disciplina, sendo trinta e cinco por cento (35%) referentes às atividades avaliativas online e cinco por cento (5%) destinados à autoavaliação do educando. A autoavaliação contempla a reflexão do estudante sobre sua participação, envolvimento, trajetória formativa na disciplina, interação com os colegas, mediação pedagógica e processos avaliativos, fortalecendo a autonomia intelectual e a responsabilidade acadêmica.

a) Disciplinas do Núcleo I

Nas disciplinas do Núcleo I, os trinta e cinco por cento (35%) referentes às atividades avaliativas online poderão compreender atividades realizadas integralmente no AVA, de forma individual ou em grupo. No planejamento dessas atividades, busca-se explorar, de forma equilibrada e intencional, os diferentes recursos disponíveis na plataforma (fórum, verdadeiro ou falso, questões de múltipla escolha, tarefas discursivas, palavra cruzada, wiki, entre outros), bem como a realização de trabalhos autorais, fichas de observação, relatórios e

registros reflexivos, análises de materiais e situações pedagógicas.

Compreende-se que a utilização repetida de um único tipo de instrumento avaliativo limita a compreensão global do processo de aprendizagem do estudante. Por isso, a diversificação de propostas busca revelar diferentes modos de aprender, pensar e expressar conhecimentos, possibilitando que cada educando se reconheça no processo e avance a partir de suas potencialidades.

A avaliação, nesse contexto, não se reduz à atribuição de nota: ela se constitui como momento de orientação e acompanhamento, à medida em que as devolutivas registradas no AVA procuram dialogar com o estudante, indicando avanços, apontando aspectos a serem reelaborados e incentivando a continuidade dos estudos, fortalecendo, assim, uma perspectiva de avaliação mediadora e comprometida com a aprendizagem.

b) Disciplinas do Núcleo II

Nas disciplinas do Núcleo II, os trinta e cinco por cento (35%) referentes às atividades avaliativas poderão compreender diferentes dimensões formativas, articulando atividades online individuais, trabalhos em grupo e propostas vinculadas à Prática na Escola. Nessas disciplinas, a avaliação busca aproximar o estudante das situações concretas do fazer pedagógico, favorecendo a reflexão sobre a docência e o diálogo permanente entre teoria e prática.

As atividades relacionadas à **Prática na Escola** são planejadas e orientadas no AVA e desenvolvidas presencialmente nas instituições de educação básica, em parceria com as escolas e em consonância com seus projetos pedagógicos. Assim, as etapas presenciais são obrigatórias. Após as vivências, os estudantes elaboram relatórios com registros reflexivos e análises das situações observadas e/ou das intervenções realizadas, de modo a ressignificar a experiência como conhecimento pedagógico e formativo.

As **atividades em grupo** também assumem papel central no processo formativo, por estimularem o trabalho colaborativo, a corresponsabilidade acadêmica e a construção coletiva do conhecimento. Entende-se que o exercício do diálogo, da escuta e da negociação de ideias fortalece a autonomia intelectual e prepara o futuro docente para atuar em contextos de cooperação, planejamento coletivo e atuação interdisciplinar, dimensões essenciais da prática pedagógica.

Nesse percurso, destacam-se ainda os **encontros formativos presenciais**, nos quais valorizam-se a socialização das experiências desenvolvidas ao longo da disciplina e do curso, trocas de percepções, a análise

crítica de situações vivenciadas na prática e a ampliação do olhar pedagógico. Esses momentos configuram-se como espaços de reflexão, diálogo e partilha que contribuem para o percurso formativo do estudante, favorecendo a identificação de lacunas na aprendizagem e o acompanhamento diagnóstico do processo, com mediações pedagógicas que favoreçam a reorganização do estudo, a superação de dificuldades e a apropriação progressiva dos conhecimentos trabalhados.

As sínteses e registros decorrentes dessas vivências são retomados no AVA, integrando o acompanhamento contínuo da aprendizagem e fortalecendo o protagonismo discente no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à sua futura atuação docente e pedagógica.

16.3 Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

De acordo com o aproveitamento dos educandos em cada disciplina do curso, será considerado:

1. **APROVADO**, o educando que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.
2. Terá direito ao **EXAME FINAL** da disciplina o educando que obtiver Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 4,0 e inferior a 6,0. Após o exame final, será considerado aprovado o educando que obtiver nota final (NF) maior ou igual a 6,0. A média final da disciplina após o exame final será calculada de acordo com a seguinte fórmula.

$$NF = \frac{MD + 2 \times EF}{3}$$

A nota final (NF) corresponderá à média ponderada do valor de sua média da disciplina (MD), peso 1, mais o valor do exame final (EF), peso 2, sendo essa soma dividida por 3.

A avaliação de exame final será presencial, em caráter individual e poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O exame final terá o valor de 10 (dez) pontos (Sistema Unificado da Administração Pública - SUAP), correspondente a 100 pontos no AVA.

3. **REPROVADO**, o educando em que a nota final for inferior a 6,0 (seis) pontos.

Segundo a Resolução nº 118/2016 de 15 de dezembro de 2016, no Capítulo III - Dos direitos do corpo discente, Art. 5º, item XII, fica estabelecido que as justificativas de ausências, mediante apresentação de documentação comprobatória, devem ser apresentadas até 48 horas, contadas a partir do término do evento, ou seja, da data da prova de Exame Final.

17. TERMINALIDADE ESPECÍFICA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Conforme Resolução CONSUP nº 102/2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS, têm-se:

17.1 Terminalidade Específica

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica

[...] é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla (MEC, 2001).

A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos educandos com necessidades educacionais específicas, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do educando com necessidades educacionais específicas deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, por meio dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o Parecer MEC/SEESP/DPEE nº 14/2009,

O direito de educandos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC, 2009).

Desta forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos educandos com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a

certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o educando tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma legislação (Resolução CNE/CEB nº 02/2001) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades educacionais específicas matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir deste procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, essas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício de funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades educacionais específicas, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas a sua autonomia e a sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

Neste sentido, diante da necessidade de regulamentar a emissão de diplomas e históricos escolares para casos de certificação por terminalidade específica de cursos do IFSULDEMINAS, embasado na legislação em vigor, a Resolução CONSUP nº 36/2020 dispõe sobre os processos e procedimentos para organização e elaboração dos registros acadêmicos bem como sobre a composição de banca examinadora responsável por essas ações.

17.2 Flexibilização Curricular

As adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

1. **Adaptação de objetivos:** estas adaptações se referem a ajustes que o docente deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do educando com necessidades educacionais específicas. O docente poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

2. **Adaptação de conteúdo:** os tipos de adaptação de conteúdo podem englobar a priorização de áreas ou unidades de conteúdo, a reformulação das sequências de conteúdo ou, ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.
3. **Adaptação de métodos de ensino e da organização didática:** modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais específicas do educando. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.
4. **Adaptação de materiais utilizados:** são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades educacionais específicas de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.
5. **Adaptação na temporalidade do processo de ensino e aprendizagem:** o docente pode organizar o tempo das atividades propostas para o educando, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

17.3 Avaliação Inclusiva

O fazer docente se objetiva na relação ensino-aprendizagem que permeia a relação docente-educando, constituindo a base de qualquer instituição escolar. É preciso enfatizar que tal fazer não se concretiza em um grau maior de importância, é um fazer que parte de uma concepção de relação horizontal com os educandos não podendo haver uma valorização maior tanto de um como de outro.

Dentre as ações que compõem o fazer docente encontra-se a avaliação, com o objetivo de refletir sobre o processo ensino-aprendizagem. O importante, porém, mais do que o instrumento em si, é o referencial teórico que direciona o fazer docente e esclarece a intencionalidade com que esse instrumento é utilizado. Na avaliação classificatória o resultado é tido como verdadeiro e imutável. Assim, o papel político pedagógico da nota legitima o fracasso devido ao caráter de terminalidade da prova, o que dificulta a superação e o crescimento, estereotipando o educando.

A avaliação em uma perspectiva inclusiva e democrática deve considerar a

aprendizagem não a partir dos mínimos possíveis, mas sim, a partir dos mínimos necessários, possibilitando o acompanhamento do desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, propiciando reflexão tanto da eficácia do fazer docente diante da especificidade deste educando, quanto do progresso no desempenho deste educando.

Para Luckesi (2004), o ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem. Ela se realiza através de um ato rigoroso e diagnóstico, tendo em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, frente aos objetivos que se pretendem alcançar.

Como expõe Luckesi (2004), avaliar, na perspectiva inclusiva, significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar algo. A realização de avaliação diagnóstica é extremamente pertinente à realidade do ensino técnico/tecnológico para identificação dos conhecimentos, experiências e saberes resultantes da trajetória pessoal e de vida. Essa avaliação permite também a identificação de insuficiências formativas. Sua utilização pode orientar o educando na complementação e/ou prosseguimento dos estudos e no exercício profissional.

Para se realizar uma avaliação inclusiva faz-se necessário considerar alguns pressupostos, entre eles:

1. Disponibilidade do docente em fazer da avaliação mais um momento de aprendizagem;
2. Estabelecimento de um ambiente de confiança;
3. Esclarecimento aos educandos do que se espera da avaliação;
4. Previsão de tempo adequado para resolução das atividades avaliativas;
5. Atribuição de valores às questões, conforme a singularidade das necessidades educacionais específicas;
6. Consideração do processo de resolução, do raciocínio;
7. Utilização de enunciados sucintos, elaborados com objetividade e clareza, com apoio de figuras que auxiliem na interpretação da questão, quando a deficiência for intelectual;
8. Adequação do ambiente e dos instrumentos necessários para realização da atividade avaliativa, quando a deficiência for física ou sensorial;
9. Comunicação dos resultados o mais rápido possível objetivando discriminar as necessidades o quanto antes;
10. Valorização das habilidades em detrimento das limitações.

Ressalta-se que o processo de avaliação dependerá de conhecimento

sobre especificidade de cada caso, considerando a trajetória do sujeito para promover, o melhor possível, o seu desenvolvimento integral. Entende-se, também, na perspectiva inclusiva, que os resultados advindos da utilização de instrumentos avaliativos, são provisórios e não definitivos. O que o educando demonstrou não conhecer em um momento, poderá vir a conhecer em outro, superando, inclusive, o determinismo de um prognóstico preestabelecido.

18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso será realizada pelo Coordenador juntamente com o Colegiado de Curso e com Núcleo Docente Estruturante - NDE, e estes órgãos colegiados deverão organizar espaços de discussão e acompanhamento do processo didático-pedagógico do curso, por meio de reuniões e levantamentos semestrais que permitirão observar, além da produção dos docentes, o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade e o desempenho dos educandos.

Além da atuação do Colegiado de Curso, no qual existe a representação discente, e do NDE, conta-se, ainda, com a Avaliação Institucional que tem como objetivo geral promover a qualidade da oferta dos cursos do IFSULDEMINAS, sendo constituída pela autoavaliação, sob responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação – CPA. Essa comissão é composta por representantes da comunidade externa ao Instituto, do corpo técnico-administrativo, e por representantes educandos e docentes. Para avaliação, adota método participativo da comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, utilizando-se diferentes instrumentos, como o uso de questionários validados previamente e, também, por meio de reuniões pedagógicas com educandos e docentes, e avalia as seguintes dimensões: projeto pedagógico do curso (condições de oferta do curso), estrutura física, corpo docente e educando, corpo técnico administrativo.

As avaliações são realizadas por toda a comunidade acadêmica e ocorrem no início de cada semestre, sempre referente ao semestre anterior cursado. Decorrido o processo de avaliação, os resultados são tabulados e analisados estatística e qualitativamente pelos membros da CPA para divulgação e propostas de melhoria.

Além da autoavaliação institucional conduzida pela CPA, ocorre também, periodicamente, a avaliação externa do curso instituída pela Lei nº 10.861/2004,

que institui o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sistema e-MEC). Essa avaliação externa é constituída por uma análise *in loco* realizada por especialistas da área, que se utilizam de um Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores.

Outra forma de avaliação corresponde ao ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Educando), que permite o reconhecimento ou credenciamento do curso avaliado. Esse instrumento avalia o desempenho dos educandos do Ensino Superior por meio da aplicação de um exame de conhecimentos adquiridos, e integra o Sistema Nacional de Avaliação do Curso Superior (SINAES). Tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o rendimento dos educandos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências desenvolvidas.

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, Art. 5º, § 5º: o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os educandos selecionados pelo INEP para participarem do ENADE deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente, o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar. São avaliados pelo Exame todos os educandos do primeiro ano do curso, como ingressantes, e do último ano do curso, como Concluintes.

Ingressantes são todos aqueles que, até uma determinada data estipulada a cada ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tiverem concluído entre 7% e 22% da carga horária mínima do currículo do curso. Já, os concluintes são todos os educandos que integralizaram pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do respectivo curso, até uma determinada data estipulada pelo INEP a cada ano, ou ainda, os que tenham condições acadêmicas de conclusão do curso durante o referido ano letivo.

A partir dos resultados oriundos do conjunto de avaliações exposto acima, são implantadas, no âmbito do curso, ações acadêmico-administrativas que objetivam tanto o aperfeiçoamento da formação educando como o incremento da estrutura institucional. Os resultados dessas avaliações são divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de reuniões, endereços eletrônicos das IES e confecção de documentos informativos. Tais resultados exibem as informações coletadas ao longo do processo avaliativo, assim como as ações planejadas e propostas para melhoria das condições de oferta do curso e das demais dimensões avaliadas, sendo uma ferramenta importante para identificar

forças e fragilidades.

A partir das informações disponibilizadas, os diferentes setores e atores envolvidos passam a traçar propostas juntamente ao NDE, objetivando a correção de rumos que assegurem a melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem.

19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC fundamenta-se na tríade ensino-pesquisa-extensão, vivenciada efetivamente pelo educando ao longo do curso, seja no âmbito das experiências no Estágio, Projeto de Pesquisa, Projeto de Extensão, Projeto Integrador ou, ainda, no âmbito dos projetos e ações de atividades acadêmicas de extensão - Curricularização da Extensão. A elaboração do TCC é um exercício do educando em que o ensinar e o aprender se articulam efetivamente, promovendo a construção de habilidades acadêmico-científicas que promoverão a construção do conhecimento para atender o perfil do egresso previsto no PPC do curso.

Reafirma-se que sua produção se dá, portanto, obrigatoriamente, a partir de uma experiência vivenciada ao longo do curso (Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, Projeto de Pesquisa, Projeto de Extensão, Projeto Integrador). Interdisciplinar por excelência, o TCC da Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, concretiza o caminhar do educando pelos vários conteúdos curriculares que, ao se interrelacionarem de forma articulada com a prática pedagógica, possibilitam problematização da realidade e o estabelecimento de estratégias para melhor compreendê-la, e portanto, melhores propostas de intervenção na realidade, exercitando dialogicamente o ato de pesquisar (procurar, questionar, refletir, discutir, buscar dados).

As disciplinas de TCC I e II tratam da reflexão crítica da práxis, entendida aqui como a relação permanente entre teoria-prática, garantindo a articulação dinâmica e efetiva da tríade ensino-pesquisa-extensão.

Assim, tanto a elaboração/construção como a apresentação/defesa do TCC, atrelada a alguma experiência vivenciada durante o curso, proporciona a articulação interdisciplinar entre os componentes curriculares do curso, tendo como pressuposto didático-pedagógico, o aprofundamento e a continuidade do exercício crítico-reflexivo sobre as atividades vivenciadas como objetos de estudo e pesquisa ao longo dos semestres. Foi a partir desse entendimento que

o NDE do Curso configurou o formato do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia – IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho como metodologia ativa, onde o educando constroi seu relato de experiência a partir das aprendizagens/experiências vivenciadas ao longo do próprio curso.

As orientações para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso ocorrem ao longo de duas disciplinas curriculares: Trabalho de Conclusão I e Trabalho de Conclusão de Curso II. Ambas organizadas com materiais didáticos auto instrucionais, videoaulas, com suporte dos mediadores pedagógicos e acompanhamento do docente responsável pela disciplina. O acompanhamento e orientação na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso é feita mediante Fóruns de Dúvidas do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, das webconferências semanais para orientação, instrução e acompanhamento do passo-a-passo da construção do TCC de forma sistemática e personalizada. Além, dos atendimentos individualizados para os grupos de acordo com as necessidades específicas de cada um. A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso da Pedagogia está estruturado em dois momentos:

Disciplina TCC I – 7º período, quando os educandos sob orientação do docente da disciplina, bem como dos mediadores pedagógicos de orientação do TCC e dos mediadores pedagógicos de apoio da plataforma, escolhem a prática vivenciada ao longo do curso que será base do exercício acadêmico-científico crítico-reflexivo (Estágio, Projeto Integrador, Prática como Componente Curricular, Projeto de Pesquisa ou Projeto de Extensão), definem o referencial teórico e, a partir dele, realizam a análise reflexiva sobre a prática escolhida. Seguindo todos os passos para a construção do seu TCC, ao final do semestre letivo, finalizando a disciplina TCC I, os trabalhos são submetidos a uma Banca de Qualificação composta pelo tutor Orientador do TCC e um docente convidado da área de abrangência do TCC.

A Banca de Qualificação é um evento online e privado, entendido como importante etapa avaliativa e promotora de aprendizagens múltiplas, que vão desde aspectos acadêmico-científicos da produção escrita, passando pela forma de organizar e realizar a comunicação dos seus resultados, até orientações sobre como se portar diante da banca, entre outros.

Disciplina TCC II - 8º período, orienta os ajustes no trabalho, a partir das indicações da Banca de Qualificação, orienta a construção do instrumento de comunicação dos resultados da pesquisa (pôster ou slide - período remoto) e prepara o educando para a Banca de Defesa. Diante do exposto, é **pré-**

requisito para cursar a disciplina TCC II, ter sido aprovado na disciplina TCC I. Os TCC 's submetidos às Bancas de Defesa são apresentados por escrito e oralmente.

A Banca de Defesa é composta por até três docentes, sendo um deles o tutor-orientador do trabalho. A Banca de Defesa avalia os quesitos: trabalho escrito; apresentação pública (tempo, segurança, profundidade e clareza) e domínio do conteúdo. A Banca Avaliadora emitirá um dos seguintes conceitos finais: Suficiente (S), Suficiente com ressalva (SR) ou Insuficiente (I). Para os casos de aprovação com ressalvas, o educando terá o prazo de 15 dias, a contar do dia da Banca de Defesa, para entregar a versão final com as correções solicitadas. Caso não entregue, o educando fica reprovado no TCC II. Nos casos dos trabalhos avaliados como INSUFICIENTE - reprovação, a banca emitirá um parecer sobre os procedimentos a serem realizados pelo educando para nova investidura no pleito: reordenação e revisão do projeto conforme as observações propostas; ou elaboração de novo projeto e apresentação na próxima oferta da disciplina TCC II.

O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser realizado prioritariamente em duplas ou em trios, desde que a prática escolhida tenha sido vivenciada por todos os membros do grupo. A escrita individual somente será aceita com solicitação com justificativa plausível e deverá ser deferida em decisão entre docente da disciplina e tutor-orientador. Em nenhuma hipótese, um educando poderá realizar seu TCC a partir de uma prática da qual ele não tenha feito parte. Poderão compor as Bancas Avaliadoras (Qualificação e Defesa) dos TCCs: docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia, docentes de outras licenciaturas do IFSULDEMINAS, docentes convidados de outra Instituição de Ensino Superior (caso haja formalização da manifestação de interesse em orientar TCC).

Poderão também mediadores pedagógicos da Licenciatura em Pedagogia e professores da Educação Básica, ambos com formação em Pedagogia e titulação mínima de mestrado concluído.

Os estudantes e docentes do IFSULDEMINAS ou docentes de outras instituições poderão participar da Banca de Defesa, que é um evento público, de maneira online (caso seja necessário, devido à distância do polo).

Como forma de estimular o exercício crítico e reflexivo produto da tríade ensino-pesquisa e extensão e a produção científica dos nossos educandos, as publicações em eventos científicos de alcance regional e nacional, publicadas, poderão ser utilizadas como documentação comprobatória para solicitação de

dispensa da Banca de Defesa do TCC. Não dispensando, contudo, o educando de todos os processos didático-pedagógicos envolvidos na construção do TCC, trabalhados passo-a-passo ao longo das disciplinas TCC I e TCC II. Como “publicações em eventos científicos de alcance regional e nacional”, serão considerados: 1. Produção de pesquisa educacional que resulte em artigo, resumo expandido, pôster, texto completo publicados em anais ou apresentados em forma de comunicação oral em eventos científicos; 2. Relatos de Experiências apresentados por meio de artigo científico ou resumo expandido, apresentados por meio de pôster ou comunicação oral em eventos científicos; 3. Produção de pesquisa educacional que resulte em artigo, relato de experiência ou resumo expandido publicados em revistas gabaritadas da área da educação.

As diretrizes para o desenvolvimento das atividades do TCC foram definidas pelo NDE e aprovadas pelo Colegiado do Curso, normatizadas através de regulamento próprio disponível no AVA do curso. Os Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados devem ser disponibilizados no SUAP, sendo incentivada sua publicação no sistema Pergamum (biblioteca.ifsuldeminas.edu.br).

20. APOIO AO EDUCANDO

Ao pensar em ações de acolhimento e permanência, discorreremos sobre a Aula Inaugural, primeiro encontro presencial do curso de Pedagogia do IFSULDEMINAS, onde os educandos são recepcionados em cerimônia pela equipe gestora das atividades de ensino, de pesquisa e extensão do Instituto.

Neste encontro, os estudantes são apresentados aos mediadores pedagógicos, aos docentes e à coordenação de curso; são informados sobre o cotidiano acadêmico, oportunidades, desafios e responsabilidades, além de características gerais do curso e o perfil do egresso que os qualificará profissionalmente. Recebem instruções de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), local onde está disponível os documentos legais do curso como, por exemplo: o PPC e respectiva matriz curricular; o Cronograma de Atividades das Disciplinas constando as datas dos encontros presenciais e webconferências; Informativos do Colegiado do curso, entre outros documentos e informações.

Após a cerimônia, são convidados a realizar um tour pelo AVA nos Laboratórios de Informática, onde são recepcionados pelos mediadores pedagógicos que acompanham e orientam o acesso na plataforma mediante login e senha. Nessa oportunidade, os calouros são conduzidos a acessar a

Área do Aluno – que contém materiais instrucionais e orientadores, e a disciplina *Educação em Ambientes Digitais*, identificando a localização dos materiais didáticos, atividades avaliativas e fórum de dúvidas. Essa iniciativa é fundamental principalmente para aqueles educandos que, mesmo recebendo via e-mail vídeo tutorial para o primeiro acesso, ainda apresentam dificuldades.

Nos dias que seguem, fase inicial delicada, os mediadores pedagógicos ficam atentos a qualquer demanda específica como, por exemplo: marcar atendimentos individualizados no polo e fazer contato via telefone. No decorrer do curso, apesar do educando adquirir segurança, o atendimento e o monitoramento da assiduidade do educando no AVA continuam a ser realizados. Ao identificar a ausência de educandos na plataforma e/ou envio de atividade, os mediadores pedagógicos deverão intervir pontualmente (mensagens no AVA, ligações telefônicas, WhatsApp) e através do diálogo com o estudante, realizar as intervenções pedagógicas necessárias.

Com foco na acessibilidade e na equidade do aprendizado dos educandos, sempre que necessário, os mediadores pedagógicos também deverão realizar webconferências, sanando dúvidas sobre conteúdos e recursos da plataforma, além de realizarem encontros presenciais para atividades avaliativas.

Acredita-se que os feedbacks frequentes dos mediadores pedagógicos aos educandos possibilitam um clima de afetividade entre ambos, tornando-os mais próximos e companheiros. Esse vínculo, permeado pela atenção e carinho (de ambas as partes) se reflete na aprendizagem que se tornará mais prazerosa. Tais ações supracitadas resultarão em práticas exitosas e inovadoras visto que no plano afetivo o educando se sentirá seguro em seu processo de aprendizado, dando espaço a interação e a colaboração.

No plano Institucional, há programas que merecem destaque, como: Programas de Internacionalização do IFSULDEMINAS: Dupla Diplomação; Ensino de Português como Língua Adicional da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Mobilidade Estudantil. Outras ações são possíveis em atendimento ao educando: incentivar a criação do Centro Acadêmico e a criação e desenvolvimento de empresas juniores com vistas ao incentivo a projetos com características empreendedoras e/ou inovadoras e/ou empresariais.

Ainda, no plano institucional, cada um dos polos possui uma Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando - CGAE, setor diretamente ligado ao educando que por meio de uma Equipe Multidisciplinar promove a orientação educacional para assuntos didáticos, pedagógicos, socioeconômicos

e emocionais. Tem como objetivo intervir positivamente na formação dos educandos da instituição e proporcionar-lhes ambiente e condições adequadas ao seu processo de aprendizagem; coordenar, acompanhar, e avaliar o atendimento aos educandos, bem como orientar aqueles que apresentam problemas que interferem no seu desempenho acadêmico e no cumprimento das normas disciplinares da instituição.

Adicionalmente, o IFSULDEMINAS oferece oportunidades de apoio financeiro nos quais os educandos do curso de Pedagogia podem participar mediante aprovação em processos seletivos, tais como: estágio remunerado não obrigatório, monitoria, bem como projetos de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação financiados por órgãos de fomento ou pelos próprios campi.

Destaca-se, ainda, o atendimento às pessoas com deficiência ou com transtornos globais, no qual o IFSULDEMINAS conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com necessidades educacionais específicas - NAPNE (equipes nos *campi*), sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos educandos com necessidades educacionais específicas no espaço educacional da IES.

Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 12.686, de 2025, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. A exemplo de atuações assistidas: gestantes; educandos acidentados; deficientes físicos; educandos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual. Neste sentido, com o intuito de facilitar a aprendizagem do educando que apresenta algum tipo de deficiência visual ou auditiva, o AVA do curso de Pedagogia conta com algumas ferramentas para intervenção, caso necessário: 1. Ferramenta de acessibilidade que aumenta ou diminui o tamanho e a cor da fonte; 2. Link ao DosVox, sistema que realiza a comunicação com o deficiente visual através da síntese da voz em português ou outro idioma.

Além do exposto, durante o período de formação no curso de Pedagogia, o acadêmico que desejar realizar Estágio Não Obrigatório Remunerado será acompanhado e orientado pelo setor de estágio do campus, possibilitando ao mesmo ampliar seu aprendizado, integrar-se ao mundo do trabalho, buscar oportunidade profissional para desenvolver a prática profissional nos conhecimentos construídos no decorrer do curso.

Nos planos de acessibilidade, o IFSULDEMINAS prevê nos seus

regulamentos:

Acessibilidade arquitetônica – condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal – refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica – ausência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente. A forma como os docentes concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações – eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital – direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

20.1 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

Conforme PDI 2024-2028 do IFSULDEMINAS, os NAPNES analisam os laudos médicos quando apresentados e, no caso de ingresso do candidato, encaminham as providências para que os novos educandos tenham pleno acesso aos serviços pedagógicos. O NAPNE tem as seguintes competências:

- Refletir e promover a cultura da inclusão no âmbito do IFSULDEMINAS por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas e ações inclusivas nas esferas municipal, estadual e federal;
- Implantar e implementar políticas de acesso, permanência e conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do educando, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;

- Assegurar ao educando com necessidades educacionais específicas o espaço de participação, de modo que, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos e também valores sociais consistentes que o levem a atuar na sociedade de forma autônoma e crítica;
- Propiciar o envolvimento da família do educando com necessidades educacionais específicas nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
- Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ensino regular;
- Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e sociedade civil;
- Captar e gerir os recursos financeiros disponibilizados pelo poder público e iniciativa privada, definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
- Sugerir a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos educandos com necessidades educacionais específicas, possibilitando a estruturação dos Núcleos de Acessibilidade;
- Fazer cumprir a organização curricular diferenciada, bem como a adequação de métodos, técnicas, recursos educativos e demais especificidades pedagógicas que se fizerem necessárias;
- Incentivar projetos de pesquisa e projetos de extensão na área da Educação Inclusiva;
- Trabalhar na elaboração de estratégias para a certificação por Terminalidade Específica.

Os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que ingressarem no Curso de Licenciatura em Pedagogia poderão ser acompanhados pelo NAPNE, com apoio dos setores de Assistência ao Educando e Pedagógico, docentes, familiares e demais integrantes da comunidade escolar, que fará uma primeira avaliação dos mesmos, encaminhando-os se necessário a profissionais da área da saúde, bem como, acompanhando-os em seu processo educativo, a fim de garantir a permanência e a conclusão do curso com êxito, dentro de suas possibilidades,

auxiliar sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, assegurar o cumprimento da legislação nacional e das Políticas de Inclusão do IFSULDEMINAS.

21. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático disponibilizado ao educando é elaborado/selecionado pelo docente responsável pela disciplina e contempla a ementa da mesma, considerando as referências bibliográficas básicas e complementares previstas na ementa que podem ser acessadas pelo educando na Biblioteca Virtual da instituição ou nas bibliotecas dos polos de apoio presencial.

O material didático é constituído por videoaulas - gravações feitas pelo docente, webconferências - transmissões simultâneas estabelecidas entre docente e educando que são gravadas e disponibilizadas no AVA da disciplina, além do material digital no formato de apostila. Também compõe o material didático disponibilizado para os educandos os materiais complementares indicados pelos docentes que são capítulos de livros, artigos, vídeos, entre outros materiais que podem enriquecer o processo de construção do conhecimento de cada disciplina.

Para a gravação do material audiovisual - videoaulas, os docentes contam com estúdios profissionais de gravação. No campus Muzambinho, o estúdio está localizado no Centro de Educação a Distância – CEAD. Tanto as videoaulas, quanto o material didático do curso é planejado de forma a garantir a dialogicidade com o acadêmico(a), por meio do qual o docente explica, instiga, indaga, exemplifica e resume o conteúdo, objetivando garantir o aprendizado de forma didática. No curso de Pedagogia do IFSULDEMINAS as videoaulas são consideradas material didático obrigatório, dispostas semanalmente no AVA, juntamente com o material digital em texto. Assim, considerando as exigências contemporâneas da educação superior e a crescente utilização de metodologias mediadas por tecnologias digitais, **torna-se fundamental que as videoaulas do curso de Licenciatura em Pedagogia sejam gravadas em estúdio, com o uso de equipamentos adequados.** A captação de imagem e som de qualidade, aliada a uma iluminação apropriada e a recursos técnicos compatíveis, contribui significativamente para a clareza da comunicação, a compreensão dos conteúdos e o conforto visual e auditivo dos estudantes. Além disso, a produção profissional das videoaulas reforça a credibilidade institucional, valoriza o trabalho docente e promove uma experiência de

aprendizagem mais envolvente, acessível e alinhada aos padrões de qualidade exigidos na formação de futuros pedagogos.

Quanto à elaboração do material digital em formato de apostila, os docentes do curso têm priorizado a seleção de materiais disponibilizados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma vez que fazem uso de linguagem dialógica, que permite por meio do texto uma conversa indireta entre professor/educando. Assim, o Professor Assistente encaminha aos docentes das disciplinas os downloads dos materiais produzidos e utilizados nos cursos de Licenciatura em Pedagogia UAB da UFSCar e da UFPR, a fim de que sejam apreciados pelo docente. Ao mesmo tempo, preconiza a existência de outros materiais de domínio público que podem ser consultados pela internet no Portal EDUCAPES (educapes.capes.gov.br), por meio do qual se disponibiliza materiais diversos elaborados em cursos UAB - licenciados sob licenças abertas. Caso material disponível não contemple a ementa da disciplina, os docentes do curso podem optar por incluir no material apostilado textos elaborados por eles e/ou recortes de outras obras (até 30%), além de webgrafia com textos e artigos de repositórios de domínio público disponibilizados na internet.

Isto posto, importante se faz esclarecer que o Professor Assistente incentiva o docente à elaboração do seu próprio material: material didático autoral, mas o professor tem autonomia para decidir a melhor maneira de organizar seu material para a disciplina. Ainda, sobre o material didático autoral, esclarece que foi a partir de 2021, que se deu início ao processo de produção do material didático autoral com a contratação de um Designer Instrucional específico para gerir esse processo

Ressalta-se que existe no curso a preocupação constante com a linguagem inclusiva e acessível, além da integração permanente de recursos comprovadamente inovadores. A exemplo, podemos citar os materiais em linguagem dialógica e a disponibilização na plataforma de programas específicos para atenderem essa demanda, caso do aplicativo DosVox que transforma texto em áudio e pode converter arquivos em PDF, no formato Word e TXT simples para MP3, permitindo que o educando ouça quaisquer documentos, anotações ou livros.

O trabalho desenvolvido pela Equipe Multidisciplinar do curso, responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e dos recursos educacionais para a Educação à Distância, proporciona qualidade aos materiais. Equipe essa que, como já se apontou

anteriormente, no âmbito do material didático, tem atuado principalmente na conscientização dos docentes quanto à qualidade dos materiais áudio visuais e apostilados, com resultados comprovados pela evolução dos materiais didáticos ofertados.

O material didático possibilita o desenvolvimento formativo, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação.

21.1 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)

O curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS contempla a produção e material didático digital, veiculado via plataforma, portanto, de acordo com decisão do NDE do curso, não há distribuição de material didático impresso. Assim, como viu-se anteriormente, o material didático é selecionado/elaborado pelo docente, que discute o mesmo junto à Coordenação de Curso e Professor Assistente. Neste processo, o material passa por avaliação da Equipe Multidisciplinar seguindo um *“Fluxo de Validação de Material Didático”* que permite acompanhar e gerenciar os processos.

22. ÓRGÃOS COLEGIADOS

22.1 Núcleo Docente Estruturante - NDE

A Resolução CONSUP nº 107/2014, posteriormente atualizada para a Resolução CONSUP nº 056/2019, de 29 de Agosto de 2019, dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. O NDE é um órgão consultivo responsável pela concepção e consolidação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de Graduação e tem por finalidade a atualização e revitalização deles. São atribuições do NDE:

- I - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; - Colaborar com a atualização periódica do PPC;
- II - Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados dos respectivos Cursos, sempre que necessário;
- III - Contribuir para a análise e avaliação do PPC, das ementas, dos conteúdos programáticos e dos planos de ensino dos componentes curriculares;
- IV - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação;

V - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

VI - Auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente;

VII - Analisar e propor ações a partir dos resultados das avaliações institucionais, entre outras ações.

O NDE do curso de Pedagogia do IFSULDEMINAS está de acordo com a Resolução CONSUP nº 056/2019, que exige pelo menos 60% (sessenta por cento) dos docentes que compõem o NDE deverão possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e preferencialmente com formação acadêmica na área do curso. Soma-se que todos os membros devem possuir regime de trabalho parcial ou integral, sendo, pelo menos, 20% em tempo integral. Adicionalmente, que se assegure a renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a dar continuidade no processo de acompanhamento do curso. O NDE reunir-se-á no mínimo 1 (uma) vez por semestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou pela maioria simples de seus membros. As decisões são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes. O quórum mínimo para dar início à reunião é de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos membros.

22.2 Colegiado de Curso

Os Colegiados de Curso do IFSULDEMINAS estão institucionalizados pela Resolução CONSUP nº 032/2011, posteriormente atualizada para a Resolução nº 020/2019, de 27 de março de 2019 que determina a representatividade dos segmentos (educandos e docentes), a periodicidade de reuniões e o registro das ações devidamente registradas em ata. É um órgão consultivo e deliberativo, responsável por zelar pelo cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação, ouvir e dar encaminhamento às demandas da comunidade acadêmica, do acompanhamento do processo de avaliação interna e externa do curso e outras atividades administrativas e pedagógicas, pautadas pelo seu presidente (Art. 2º da Resolução nº 020/2019, de 27 de março de 2019).

A Resolução determina que o Colegiado do Curso deve reunir-se no mínimo duas vezes por semestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou pela maioria simples de seus membros. As decisões são

tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, devendo ocorrer o registro em ata. As reuniões extraordinárias são convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se a pauta.

O Colegiado do Curso de Pedagogia do IFSULDEMINAS está de acordo com a resolução supracitada. Possui a constituição prevista na resolução, a saber: I – Coordenador de Curso; II – Vice Coordenador de Curso, quando houver; III - Cinco (5) docentes efetivos, sendo três (3) da área profissionalizante e/ou específica do curso e dois (2) da área básica e, quando possível, contar com representantes da equipe pedagógica. Ter no mínimo 1 suplente para cada área; IV - Dois (2) discentes regularmente matriculados no curso e, no mínimo, 1 discente regularmente matriculado como suplente; V - Fica facultado: Um (1) Técnico Administrativo em Educação, efetivo, ligado à Diretoria de Ensino Pesquisa e Extensão (DEPE) ou Diretoria de Desenvolvimento Educacional (DDE), tendo um (1) membro suplente. Conforme o Art. 6º da referida resolução, os membros do Colegiado do Curso terão mandato de 2 anos, sendo possível reeleição por mais dois anos.

Suas competências e funcionamento são regidos pelas normas acadêmicas do IFSULDEMINAS - Resolução CONSUP – que dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno dos Colegiados de Cursos de Graduação, tendo como atribuições:

- I - Auxiliar a Coordenação e o NDE do curso sempre que solicitado;
- II - Elaborar o seu regimento interno devendo prever questões como: quórum para as reuniões, faltas dos membros;
- III - Analisar e aprovar planos de ensino e, quando possível, com o apoio da equipe pedagógica;
- IV - Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;
- V - Conduzir e validar o processo de eleição de Coordenador e Vice-Coordenador do Curso, observando o regimento próprio. Sendo esse processo conduzido pelo colegiado ou comissão eleitoral;
- VI - Receber, analisar e encaminhar solicitações de ações disciplinares referentes ao corpo docente ou discente do Curso;
- VII - Emitir parecer sobre processos de aproveitamento de estudos e consequente dispensa de disciplina, conforme prevista nas Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS;

- VIII - Apoiar e assessorar o coordenador de curso no desenvolvimento de suas atividades, notadamente na condução das ações de execução dos regimentos acadêmicos do IFSULDEMINAS e demais normatizações;
- IX - Atuar em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação – CPA no processo de autoavaliação institucional, com a responsabilidade de envolver toda a comunidade acadêmica, em auxílio ao NDE;
- X - Analisar os encaminhamentos sugeridos pelo NDE e deliberar ações a respeito desses encaminhamentos e resultados da autoavaliação;
- XI - Coordenar a implementação das ações, propostas pelo NDE e pelo Colegiado de Curso, a partir dos resultados da autoavaliação institucional (CPA) e da autoavaliação do curso.

22.3 Atuação do(a) Coordenador(a)

A Resolução CONSUP nº 112/2018, trata-se de um regulamento que disciplina as atribuições dos Coordenadores e Vice Coordenadores dos Cursos de Graduação (CCG) do IFSULDEMINAS. Nesse regulamento estão previstas as participações do coordenador de curso junto aos órgãos colegiados e a sua atuação frente às questões administrativas e pedagógicas do curso; junto aos educandos e aos docentes do curso; junto à gestão do *campus* e frente à elaboração de planos de ação e propostas.

A atuação da coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS desenvolverá seu trabalho conforme prevê a Resolução citada. Com a responsabilidade de zelar pelo curso, o papel do coordenador será compreendido como um “guardião” do Projeto Pedagógico, que o remete a ações planejadas para o cumprimento do que nele está proposto e validado pelas instâncias aos quais foi submetido até ser aprovado pelo Conselho Superior da Instituição (CONSUP). Nesse sentido, o coordenador deverá organizar, a cada semestre, um Plano de Ação, a ser publicado na página oficial do curso de Pedagogia alocada no site oficial do Campus Muzambinho e na Área do Aluno disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso, que tem por objetivo guiar suas ações no semestre letivo. Antes da publicação, esse documento será discutido, avaliado e validado nas reuniões do colegiado de curso.

Para além do planejamento do plano de ação, e de seu desenvolvimento, o coordenador, no dia a dia, dará encaminhamento às demandas da

comunidade acadêmica, das atividades administrativas e pedagógicas. No que diz respeito às ações planejadas, como nas demandas circunstanciais, que surgem ao longo do percurso acadêmico, será característica da coordenação do curso de Pedagogia ouvir, contextualizar, socializar, reunir e analisar para que se chegue a um consenso mediante às deliberações que se fizerem necessárias. A busca desse consenso poderá ocorrer por meio de reuniões presenciais ou por webconferência junto aos órgãos colegiados (NDE, Colegiado de Curso e Equipe Multidisciplinar) aos quais será o presidente, ou por meio de consultas formais e/ou informais a integrantes do corpo discente, docente e/ou mediadores pedagógicos.

23. CORPO DOCENTE

Segue abaixo detalhamento do corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS:

NOME	TITULAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Aracele Garcia Fassbinder	Graduação em Ciência da Computação Especialização em Designer Instrucional para EaD Virtual Especialização em Administração de Sistemas de Informação Especialização em Licenciatura em Computação Mestrado em Ciência da Computação Doutorado em Ciência da Computação	Informática
Cristiane Fortes Gris Baldan	Licenciatura em Pedagogia Graduação em Agronomia Especialização em Educação Infantil Mestrado e Doutorado em Ciências	Educação
Elisângela Silva	Licenciatura em Educação Física Especialização em Treinamento Esportivo Mestrado em ciência da Motricidade Humana Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias	Educação Física
Hugo Baldan Junior	Graduação em Estudos Sociais Mestrado em Meio Ambiente e Recursos Hídricos Doutorado em Ciências	Educação Ciências
Jonas Bento de Godoi	Graduação em Pedagogia Bacharel em Letras Libras Especialização em TILS - Tradução e Interpretação da Libras Especialização em Educação Especial e AEE. Mestrado em Educação	Educação Letras/Libras
Karina Elizabeth Serrazes	Graduação em História Graduação em Pedagogia Especialização em Educação a distância.	Educação História

	Especialização em Docência do Ensino Superior Mestrado em História Doutorado em Educação Escolar	
Larissa Sales Martins	Graduação em Enfermagem Especialização em Administração Profissional na área da saúde: Enfermagem Especialização em Administração Hospitalar e Gestão em Saúde Especialização em Saúde da Família Mestrado em Enfermagem Doutorado em Enfermagem	Enfermagem
Lívia Carolina Vieira	Licenciatura em História Licenciatura em Pedagogia Especialização em MBA em Gestão de Pessoas Especialização em Metodologia e Gestão para Educação a Distância Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Educação História
Marcus Fernandes Marcusso	Graduação em História Mestrado em Educação Doutorado em Educação	História
Maria Aparecida Lúcio Mendes	Graduação em Pedagogia Pós-graduação em Psicopedagogia Mestrado em Educação Tecnológica	Educação
Maria Lúcia de Queiroz Guimarães Hernandes	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Educação
Raissa Medici de Oliveira	Graduada em Letras Especialização em Estudos Linguísticos e Literários. Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa. Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa.	Letras
Raphael Antonio do Prado Dias	Graduado em Matemática Mestrado em Agronomia Doutorado em Agronomia	Matemática
Renato Machado Pereira	Graduação em Matemática Mestrado em Filosofia Doutorado em Filosofia	Matemática
Rogério Melo Grillo	Graduação em Educação Física Graduação em Pedagogia Especialização em Educação Física Escolar Mestrado em Educação Doutorado em Educação Física	Pedagogia Educação Física
Sofia Valeriano Silva Ratz	Graduação em Pedagogia Graduação em Ciências Biológicas Pós-Graduação em Informática em Educação Mestrado em Ensino de Ciências Doutorado em Ensino de Ciências	Educação Ciências Biológicas
Tarcísio de Souza Gaspar	Graduado em História Mestrado em História Doutorado em História	História

Valdirene Pereira Costa	Graduação em Pedagogia Especialização em Psicopedagogia Especialização em Design Instrucional Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Educação
-------------------------	--	----------

24. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

O corpo técnico-administrativo de apoio às atividades acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia - modalidade semipresencial é composto pelos seguintes profissionais:

- 1) Coordenador de Plataforma;
- 2) Coordenador de Tutoria;
- 3) Administrador de Plataforma;
- 4) Design Instrucional - DI;
- 5) Apoio Administrativo e Pedagógico do Curso (dois profissionais para demandas de secretaria do curso, denominados de tutores, conforme legislação vigente);
- 6) Técnico em Audiovisual (atuação em estúdio de gravação e edição de videoaulas).

25. MATRÍCULA, CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA, TRANCAMENTO DE MATRÍCULA, APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS, MUDANÇA DE CAMPUS E DE POLO PRESENCIAL, VAGAS REMANESCENTES (TRANSFERÊNCIA EXTERNA E PORTADOR DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO), AVALIAÇÃO, DEPENDÊNCIA, REUNIÕES PEDAGÓGICAS.

Este Projeto Político-Pedagógico seguirá o regimento vigente para os cursos de graduação do IFSULDEMINAS (Normas Acadêmicas para Cursos Superiores). Atualmente encontram-se regulamentado pela Resolução CONSUP nº 069/2017, atualizada pela Resolução CONSUP nº 075/2020 e, posteriormente, atualizada pela Resolução CONSUP nº 157/2022, mas é importante frisar que sempre estarão em consonância com a regulamentação institucional em vigor.

Quanto ao quesito “matrículas” o NDE definiu, em reunião ocorrida em agosto de 2022, que as matrículas são destinadas apenas para os educandos dos Polos Ativos no âmbito do curso e deste Projeto Político-Pedagógico. Justifica-se que esta decisão é amparada na exigência do curso quanto ao número de educandos a serem atendidos pelos mediadores pedagógicos. O próprio curso já preenche essa demanda de atendimento pelos tmediadores

pedagógicos, via suas matrículas regulares, matrículas de vagas remanescentes, dependências e aproveitamentos de disciplinas.

26. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS MUZAMBINHO (CAMPUS PROPONENTE)

O patrimônio imobiliário do IFSULDEMINAS campus Muzambinho está constituído de glebas de terras distribuídas nos municípios de Muzambinho, Minas Gerais (183 ha) e Guaxupé, Minas Gerais (80,01 ha), perfazendo uma área total de 263,01 hectares. As áreas encontram-se ocupadas por construções civis, áreas de produção, áreas naturais e demais estruturas.

26.1 Setor Pedagógico

O IFSULDEMINAS campus Muzambinho, conta com uma área de 2.245 m² destinada ao setor pedagógico, abrangendo as seguintes instalações:

1. Secretaria de Registros Escolares: destinada ao cadastro, transcrição, manutenção e emissão de registros escolares dos que frequentam ou frequentaram a Escola. O ambiente de trabalho está informatizado com o software GIZ.
2. Sala de reprografia: destinada à confecção de provas e apostilas, equipada com máquinas fotocopadoras.
3. Sala de docentes.
4. Sala do Departamento de Desenvolvimento Educacional.
5. Auditório com capacidade para 200 pessoas, destinado a fins diversos, com TV 29", vídeo e DVD, com acesso à internet e projeto do tipo Datashow.
6. Laboratórios de informática: destinados a ensino-aprendizagem, operação e utilização de softwares na área profissionalizante e com acesso à internet. Serve ainda de infraestrutura para cursos técnicos.
7. Sala de multimídia com TV 29", vídeo, DVD e projeto do tipo *Datashow*, além de contar com lousa digital.
8. Sala da Coordenação de Orientação Educacional.
9. Sala da Coordenação Geral de Ensino.
10. Sala do Setor de Estágio.
11. Coordenação de Cursos e Coordenação Pedagógica.

26.2 O Centro de Educação a Distância – CEAD do Campus Muzambinho

A Instituição possui o Centro de Educação a Distância – CEAD com toda infraestrutura necessária: Sala de Coordenadores de Curso, Sala de

Coordenadores de Tutoria, Sala de Armazenamento e distribuição de Material Didático, sala de apoio didático-pedagógico, sala de apoio aos docentes na postagem do material instrucional, sala de elaboração de material didático, estúdio para gravação e transmissão de aulas, banheiros, biblioteca, laboratório de informática, sala de aula e reunião.

26.2.1 Infraestrutura do Polo de Apoio Presencial do Campus Muzambinho

Sala de Coordenação do polo

Sala de Tutoria

Laboratório de Informática com internet banda larga

Laboratórios específicos do Curso ou Convênios de uso pelos educandos

Sala de aula equipada com Multimídia, tela, televisão, computador

Sanitários por sexo e com atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas.

Biblioteca

Sala de webconferência

Equipamentos de televisão, videocassetes, áudio-cassetes, fotografia, impressoras, linhas telefônicas, fax, equipamentos para produção audiovisual, computadores ligados em rede e/ou stand alone e outros, dependendo da proposta do curso.

Centros de documentação e informação ou midiatecas (que articulam bibliotecas, videotecas, audiotecas, hemerotecas e infotecas, etc.) para prover suporte a educandos, mediadores pedagógicos e docentes.

26.3 Biblioteca Monteiro Lobato

A Biblioteca "Monteiro Lobato" se encontra descrita no item 12.1 - Biblioteca do Campus proponente – Muzambinho.

26.4 Laboratórios específicos do curso de Licenciatura em Pedagogia

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS possui dois laboratórios didáticos de formação específica, o Laboratório de Práticas Pedagógicas - Brinquedoteca, e o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE. De acordo com a definição de Laboratórios Didáticos no Glossário do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - IACG (INEP/MEC, 2017, p. 47), eles se caracterizam por serem *"Laboratórios, ambientes e/ou espaços onde se desenvolvem atividades pedagógicas de*

integração entre teoria e prática".

26.4.1 Laboratório de Práticas Pedagógicas - Brinquedoteca

A Brinquedoteca do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS é um núcleo de apoio pedagógico ao curso, no qual os educandos podem pensar, discutir, analisar e investigar o valor do brinquedo, dos jogos e das brincadeiras no desenvolvimento da criança e, ainda, compreender que esta é livre para brincar, aprender, interagir, criar e, nesse sentido, o lúdico desenvolve um papel essencial.

Para atender as demandas do curso de Pedagogia, há Brinquedotecas nos polos. Estruturada pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso, o espaço das Brinquedotecas foi organizado de acordo com sete "cantinhos":

- 1) **Cantinho "Mercadinho Kids"**: espaço criado para o desenvolvimento cognitivo e social, simulando situações de compra e venda de produtos diversos. A criança tem a oportunidade de expressar e aprimorar o conhecimento cultural e o raciocínio lógico matemático, além de possibilitar reflexões sobre o consumismo, qualidade da mercadoria, prazo de validade, tabela nutricional, cuidados com o armazenamento e organização dos produtos.
- 2) **Cantinho da Leitura**: considerando ser a leitura fundamental para o desenvolvimento intelectual, esse cantinho promove o desenvolvimento da interpretação, representação, ampliação de vocabulário, criatividade e imaginação, proporcionado por uma diversidade de fantoches e uma coletânea de livros infantis.
- 3) **Cantinho do Faz de Conta**: possibilita representações cognitivas e afetivas, estimulando a fantasia e a imaginação com personagens de histórias infantis e profissões do mundo real. O faz de conta estimula a criança a lidar com muitas questões, já que ela comanda a história (aprendizado dos papéis familiares, refletir sobre a importância das profissões; estimular o senso de respeito, cuidado e afetividade, regras de convivência, entre outras). Por meio de brinquedos, brincadeiras, teatro de fantoches e fantasias, a criança procura entender como se dão as relações no mundo em que vive (real) e o imaginário (criando mundos e fazendo de conta que eles existem).
- 4) **Cantinho da Beleza**: este espaço remete ao cuidado de si e à construção de uma imagem corporal, que é também cultural, se baseando nas experiências de vida das crianças. Proporciona ações de autonomia e

aprendizagem das crianças, além de incentivar a autoestima, a criatividade e o respeito pelas diferenças.

5) **Cantinho da Cultura e das Artes:** espaço para valorizar a cultura e as diversidades culturais na educação porque é por meio dela (educação) que as crianças devem conhecer, respeitar e valorizar as culturas presentes em nossa sociedade. Propício para dar asas à criatividade, preferencialmente, através da pintura, desenho, colagem, explorando-se o uso de sucatas, bem como da música e da expressão corporal, neste cantinho a criança tem a liberdade para expressar seus sentimentos, desenvolvendo o senso estético, através do contato com obras de arte de artistas renomados, seja por figuras, fotos, visitas a sites específicos.

6) **Cantinho dos Jogos, Brinquedos e Brincadeiras:** separados por faixa etária, os itens deste cantinho trabalham a atenção, a memória e o sentido de equipe. Por brincarem em conjunto, as crianças aprendem a dividir, favorecendo a interação entre as várias idades e/ou escolarização. Neste espaço encontramos jogos específicos que permitem explorar o pensamento, desenvolvimento intelectual e emocional, além de trabalhar possíveis dificuldades de aprendizagem.

7) **Cantinho da Recreação:** situado na área externa da Brinquedoteca, é um espaço que possibilita o desenvolvimento social, físico e intelectual da criança, especialmente na fase da pré-escola até os primeiros anos do ensino fundamental, propício para interações sociais, aprendizados sobre companheirismo e solidariedade, divertimento, desenvolvimento de sensações (satisfação e dinamismo) e habilidades, além de aprimoramento de conhecimentos. Conta com área gramada para atividades físicas, itens diversos para recreação (cones, bambolê, tapetes emborrachados, etc), casinha de boneca, piscina de bolinhas, caixa de areia e *playground* infantil (escorregadores, balanços, gangorras, trepa-trepa).

Para a organização do espaço em cantinhos, vários materiais (de consumo e permanente) foram adquiridos, seguindo orientações da Associação Brasileira de Brinquedotecas – ABBri, além de contar com diversos materiais criativos produzidos pelos educandos do curso de Pedagogia. Algumas disciplinas do curso exploram os materiais lúdicos desse rico espaço de aprendizagem, a exemplo: disciplinas que envolvem as metodologias de ensino (artes, matemática, língua portuguesa, ciências, história, geografia, educação física); os Projetos Integradores; Educação, corpo e movimento; Ludicidade na

escola e Metodologia da Educação Infantil. É sugestão do NDE do curso que as disciplinas citadas desenvolvam a parte conceitual e proponham a inter-relação dessa teoria com a prática no espaço da brinquedoteca.

As brinquedotecas tem o objetivo de contribuir para a conceituação de jogo, brinquedo e brincadeira e sua importância na educação; formar profissionais que valorizem o lúdico; desenvolver pesquisas que apontam a relevância dos jogos, brinquedos e brincadeiras para a educação; promover a extensão ao elaborar projetos que envolvam a comunidade, oferecer informações, organizar cursos e divulgar experiências; estimular ações lúdicas entre os educandos do curso e as crianças que frequentam a brinquedoteca.

Tem como apoio pedagógico um estagiário, educando do curso, cujo papel é promover ações que propiciem situações de interação e aprendizagem e que estendam o desenvolvimento do brincar às crianças; elaborar projetos coletivos com docentes e educandos a longo, médio e curto prazo sobre o trabalho metodológico, as aulas práticas, as tarefas de iniciação científica e demais atividades que garantam a missão e objetivos que se propõem alcançar com a brinquedoteca tornando-a “um espaço onde a liberdade, a arte, a vontade, a sensibilidade, a cultura, o prazer de brincar e o respeito à criança estejam sempre presentes” (Kishimoto, 2001); realizar atendimento ao público; cuidar da higienização do espaço e dos brinquedos; zelar pelo espaço e sua organização, além de organizar a catalogação dos jogos, brinquedos e materiais diversos.

Diante do exposto, as Brinquedotecas do IFSULDEMINAS atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC; possuem Normas de funcionamento, utilização e segurança; apresentam conforto; passam por manutenção periódica (reparos, limpeza, etc.); contam com a disponibilidade de serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, uma vez que possuem acesso a um computador interativo (projektor multimídia) e rede sem-fio.

Por fim, informa-se que foi implementado um portal, denominado Brinquedoteca Virtual, como ferramenta de formação inicial e continuada, visando democratizar e ampliar à comunidade interna e externa do IFSULDEMINAS, o acesso remoto a recursos eficazes no processo de ensino e aprendizagem, além de fonte de informações para projetos e planos de ações vindouros. <https://brinquedoteca.ifsuldeminas.edu.br/>

26.4.2 Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE da CAPES

O LIFE surgiu de um auxílio da CAPES para aquisição de bens e materiais permanentes, destinados à criação de Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores através do programa LIFE. O laboratório foi criado no *campus* Muzambinho objetivando promover a integração entre os cursos graduação/licenciatura e a articulação com os projetos PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e Novos Talentos. Com a implantação das unidades, foi possível incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas, elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar, uso de tecnologia da informação e comunicação e amparar projetos que envolvem pesquisa e extensão.

Atualmente o LIFE presta atendimento a todos os educandos dos cursos de Licenciatura, mas destacamos como um diferencial o atendimento aos educandos envolvidos em projetos do PIBID, da Residência Pedagógica e aqueles envolvidos com o Estágio Curricular e o TCC. Possui Normas de Funcionamento, e encontra-se à disposição não só de licenciandos mas de docentes que atuam nas licenciaturas, como em eventos e atividades ligadas aos seus cursos mediante agendamento prévio e ordem de prioridade: 1) Atividades ou eventos das disciplinas dos cursos de Licenciaturas; 2) Eventos da área de educação, palestras, atividades didáticas que necessitem justificadamente da infraestrutura do LIFE; 3) Eventos oficiais da área de educação, palestras, atividades didáticas que necessitem justificadamente da infraestrutura do LIFE; 4) outros eventos.

No caso do Campus Muzambinho, conta com uma sala de, aproximadamente, 100m², isolamento acústico e ar-condicionado, capacidade para até 40 pessoas sentadas, dispondo de conforto - iluminação e ventilação, acesso à internet Wireless, manutenção periódica - limpeza e organização do espaço, e sempre que solicitado, acesso aos serviços de apoio técnico. Possui como estrutura: mesas redondas, cadeiras, 4 computadores completos, 3 notebooks, 2 projetores, 3 lousas digitais, 1 câmera digital, 2 GPS, 2 impressoras, 1 televisão de 72" e 2 mini system. Possui, ainda, diversos materiais de papelaria (cola, tesoura, tinta, papeis variados, bexigas, régua, alfinetes, canetinha, lápis de cor, fita, grampo, grampeador, clips, caderno, pastas variadas, cola quente com pistolas, TNT), além de materiais pedagógicos como binóculo, óculos simulador de embriaguez, modelos anatômicos (mini esqueleto humano, vagina, pênis, crânio, cérebro, útero com bebê, simulador de

parto), maquete de célula animal e vegetal, quites diversos (consequência do abuso do álcool, física, ensinando plantas medicinais na escola). Todo esse material é disposto em planilhas excel para controle de estoque.

O LIFE do Campus Muzambinho é um laboratório didático que, atualmente, conta com a coordenação de um servidor efetivo do Campus Muzambinho. Uma das normas do LIFE é referente a responsabilidade que os docentes têm junto aos materiais emprestados, assim, no caso de empréstimos aos educandos envolvidos com PIBID, Residência Pedagógica e Estágio Curricular e TCC, é o docente responsável pelos programas (e/ou orientador) que deve assinar e se responsabilizar pelos materiais emprestados. É importante ressaltar que alguns projetos de pesquisa e de extensão também utilizam recursos desse laboratório.

27. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, o educando deverá concluir com aprovação todos os componentes curriculares descritos na matriz, o Trabalho de Conclusão de Curso, o Estágio Curricular Supervisionado, Extensão demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, além de apresentar a regularidade com o ENADE.

Em relação à expedição de Diplomas e Certificados, as Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS (Resolução CONSUP nº 069/2017) disciplina:

Art. 52. O IFSULDEMINAS expedirá diploma de TECNÓLOGO, LICENCIADO ou BACHAREL aos que concluírem todas as exigências do curso em que estiver matriculado ou de uma de suas habilitações ou modalidades, de acordo com a legislação em vigor.

§ 1º. A colação de grau no IFSULDEMINAS é obrigatória, conforme a data prevista no Calendário Escolar.

§ 2º. É vedada a colação de grau antes da data prevista no calendário escolar, salvo em caráter excepcional.

§ 3º. Caso o educando esteja ausente na colação de grau na data prevista no Calendário Escolar, uma nova data será definida pelo Reitor do IFSULDEMINAS ou seu representante legal, conforme sua disponibilidade (IFSULDEMINAS, 2017).

28. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá

outras providências, e nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS. Brasília, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 7.037/2009.** Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 21 de outubro de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.. Brasília, 2025.

BRASIL. **Instrumento de avaliação de cursos de avaliação:** presencial e a distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento. Brasília: MEC/INEP/DAES, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997.** Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **LEI Nº 010172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o SINAES - Sistema

Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Define a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em 08.out. 2025.

BRASIL. **Número de crianças em creches cresce 150% em uma década. 2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/207-1625150495/17753-numero-de-criancas-em-creches-cresce-150-em-uma-decada>

BRASIL. **Parecer 67/2003**. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação – Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2003.

BRASIL. **Parecer CNE 776/97**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 02/2013**. Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Brasília, 2013.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 28/2001**. Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Docentes, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

BRASIL. **Parecer MEC/SEESP/DPEE nº 14/2009**. Terminalidade Específica. Brasília, 2009.

BRASIL. **Portaria MEC nº 40/2007**. Institui o e-MEC. Brasília, 2007.

BRASIL. **Portaria SERES/MEC nº 375, de 8 de agosto de 2016**. Autoriza o curso superior de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS na modalidade a distância. Brasília, 2016.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. MEC/Secretaria de Educação a Distância, Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 dez. 2025

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf Acesso em 29 ago. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, 2024.

FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular:** uma visão da extensão. Fórum de Pró-Reitores da extensão de Universidades Públicas Brasileiras. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf Acesso em 29 Ago 2022.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Fórum de Pró-Reitores da extensão de Universidades Públicas Brasileiras. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf> Acesso em: 26 set 2025.

FRUTUOSO, T. P.; JULIANI, D. P. **Caminhos para a curricularização da extensão:** ações do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: Editora CRV, 2020. E-BOOK [98 p.]. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19cgR66q9krmAT7egCfWtJ6DxJJowpLd/view> Acesso em: 29 ago. 2022.

FRUTUOSO, T. P. **Caminhos para a Curricularização da Extensão.** IFSP/IFSC. 2021. 1 vídeo (2:50:56). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gw2-Kl1GwNQ&t=3s> Acesso em: 29 ago. 2022.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 028/2011, de 05 de agosto de 2011.** Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Transferência Interna. Pouso Alegre, 2011.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 041 de 08 de agosto de 2011,** que dispõe sobre a aprovação “*ad referendum*” da criação do Curso Superior de Pedagogia. Pouso Alegre/MG, 2011.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 030/2012, de 19 de julho de 2012.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2012.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 047/2012, de 13 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a aprovação das Normas de Calendário Acadêmico do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2012.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 012/2013, de 29 de abril de 2013.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 102/2013, de 16 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 107/2014, de 18 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Cursos de Graduação - IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2014.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 014/2017, de 27 de março de 2017.** Dispõe sobre a homologação da Resolução 002/2017 “*ad referendum*” da reestruturação da Resolução 071/2013 – Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação. Pouso Alegre, 2017.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 069 de 2017.** Dispõe sobre alterações das Normas Acadêmicas dos cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2017.

IFSULDEMINAS. **Dispõe sobre alterações das Normas Acadêmicas dos cursos de Graduação do IFSULDEMINAS.** Pouso Alegre, 2017.

IFSULDEMINAS. **Curricularização da Extensão:** diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Pouso Alegre, 2019.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 036/2020, de 30 de setembro de 2020.** Dispõe sobre a aprovação dos procedimentos referentes a Certificação por Terminalidade Específica para estudantes dos cursos técnicos e de graduação do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2020.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 38/2020, de 30 de setembro de 2020.** Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2020.

IFSULDEMINAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028.** IFSULDEMINAS, 2024. Aprovado pelo Conselho Superior (CONSUP) em 13 dez. 2023. Pouso Alegre, 2024. Disponível em: <portal.ifsuldeminas.edu.br>. Acesso em: 26 set 2025.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2006.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2010.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>.
- KISHIMOTO, T.M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999
- LUCKESI, C.C. Estados de consciência e atividades lúdicas. *In*: PORTO, Bernadete. **Educação e ludicidade**. Ensaios 3. Salvador: UFBA, 2004, pp. 11-20.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.
Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores**. São Paulo: Cortez, 1997.
- RAYMUNDO, G.M.C. **O Estágio Supervisionado**: locus formativo para acadêmicos que atuam como professores na educação básica. Florianópolis/SC: ANPED SUL, 1996.
- REVISTA EXAME. **Número de crianças matriculadas em creches sobe em 2019, aponta censo**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/numero-de-criancas-matriculadas-em-creches-sobe-em-2019-aponta-censo/> Acesso em: 01. set. 2022.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SILVA, R.S. da. **Gestão de EAD**: educação a distância na era digital. São Paulo: Novatec, 2013.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002.

Documento Digitalizado Público

Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia semi presencial

Assunto: Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia semi presencial
Assinado por: Hugo Junior
Tipo do Documento: Projeto Pedagógico de Curso
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Hugo Baldan Junior, DIRETOR - DIRETOR - MUZ - DE-MUZ**, em 13/07/2026 15:27:14.

Este documento foi armazenado no SUAP em 13/07/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 859691

Código de Autenticação: 2ece5f9978

